

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

BOLETINS DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

L V

THEODORO HENRIQUE MAURER JUNIOR

FILOLOGIA ROMANICA

N.º 1

**A MORFOLOGIA E A SINTAXE
DO
GENITIVO LATINO**

(ESTUDO HISTÓRICO)



SÃO PAULO — BRASIL

1948

7/7

A MORFOLOGIA E A SINTAXE
DO
GENITIVO LATINO
(ESTUDO HISTÓRICO)

Í N D I C E

INTRODUÇÃO	pág.	9
MORFOLOGIA	"	11
Substantivos e adjetivos	"	11
Pronomes	"	35
SINTAXE (as origens)	"	41
AS FUNÇÕES DO GENITIVO	"	61
O genitivo adverbial	"	61
O genitivo partitivo	"	74
O genitivo adnominal	"	79
HELENISMOS NA SINTAXE DO GENITIVO	"	89
ABREVIATURAS	"	94

P R E F A C I O

O objetivo dêste breve prefácio é dizer duas palavras de explicação. Pode parecer estranho que a Cadeira de Filologia Românica publique um boletim sôbre um assunto que interessa antes a lingüística clássica e indo-européia. Explica-se isto pelo fato de ser o presente trabalho a tese de doutoramento do autor, defendida em julho de 1944, quando 1.º assistente do Prof. Dr. Urbano Canuto Soares, na Cadeira de Língua e Literatura Latina.

Deixamos exarados aqui os nossos agradecimentos aos membros da Comissão Julgadora, os ilustres professores, Dr. Urbano Canuto Soares, Dr. Francisco da Silveira Bueno, Dr. Fernando de Azevedo, Dr. Mário Pereira de Souza Lima e Otoniel Mota, pelo generoso acolhimento que deram ao nosso trabalho, embora nem sempre concordassem com as conclusões a que chegamos.

Ao erudito e culto mestre, Prof. Urbano Canuto Soares, consignamos, de um modo especial, a nossa gratidão por tôdas as atenções e provas de carinhosa amizade dele recebidas durante os sete anos em que tivemos a honra de servir no cargo de assistente da Cadeira que rege com tanto brilho e saber.

O boletim sai na forma original em que foi apresentado com raríssimos e insignificantes retoques. Haveria lugar para modificações e adições em vários pormenores, embora continuemos na convicção de que a solução aqui exposta para o intrincado problema da origem do genitivo latino e indo-europeu satisfaz plenamente aos fatos hoje conhecidos, apesar de alguns pontos obscuros.

São Paulo, novembro de 1948

THEODORO HENRIQUE MAURER, JR.

INTRODUÇÃO

O assunto por nós escolhido para a tese de doutoramento foi, como diz o título, a morfologia e a sintaxe do caso genitivo. Poderá causar surpresa um título que sugere matéria já tão explorada no domínio da lingüística I. E. e latina.

Há, contudo, vários problemas ainda debatidos, quer morfológicos, quer sintáticos, dêste caso, o que dá lugar ao estudo de várias questões interessantes.

Na morfologia, que constitui a primeira parte da nossa dissertação, temos entre outros problemas o gen. dos temas em *o*, em cuja explicação ainda não estão acordes os entendidos. Também é controversa a formação do gen. pronominal latino em *iūs*, particularidade desta língua, ao que sabemos no presente.

Sobre o primeiro problema entendemos que se trata de um gen. próprio dos nomes temáticos e provavelmente aparentado à segunda parte da desinência pronominal I. E. *-s-yo*, a qual se deve decompor, como cremos, em um elemento *-s-*, encontrado também em outros casos do pronome, não pertencente assim à desinência casual, e outro *-yo*, que alterna desde a língua I. E. com um *-ī*, resultando êste de uma contração daquela desinência (*yo*) com um vocalismo diferente.

Quanto ao gen. pronominal, aceitamos a divisão já estabelecida por Meillet *-ī-us*, sendo *-us* a desinência do gen. dos temas em consoante com vocalismo *o*. Quanto ao *-ī*, vemos nele a desinência antiga do gen. pronominal.

Na segunda parte ocupa-nos a questão fundamental da sintaxe do gen., i. e., o problema de sua função original, função capaz de explicar por si tôdas aquelas que o mesmo caso tomou através do seu desenvolvimento histórico dentro das línguas I. E.

Geralmente se admitem duas funções irreduzíveis para o gen. I. E. — a de *partitivo adverbial* e a de *adnominal restritivo*. Partindo do fato de que no I. E. o gen. e o abl. eram iguais no singular de todos os nomes atemáticos e da evolução da prep. *de*, a qual, indicando procedência em sua origem, acabou por substituir o caso gen. na passagem do latim para as línguas româ-

nicas, fomos levados a supor que também o gen. I. E. era em sua origem um abl. De acôrdo com esta hipótese o I. E. em uma fase mais primitiva não possuía uma desinência própria para exprimir êste caso, sendo sua função expressa pela composição, ou a princípio simplesmente pela juxtaposição dos nomes.

Na terceira parte estudamos perfunctòriamente as funções sintáticas do caso, procurando fazê-lo segundo o seu desenvolvimento genético, naturalmente de acôrdo com a nossa hipótese, partindo de um abl., observando o aparecimento sucessivo das diversas funções sempre mais remotas, até chegarmos a um simples gen. adnominal.

De acôrdo com o ponto de vista que se expõe na tese, abandonamos a divisão tradicional do gen. em duas funções principais, ou antes, preferimos distinguir três: 1) *gen. adverbial*, mais ou menos ligado a uma noção primitiva de procedência, causa ou relação; 2) *genitivo partitivo*, quando êle serve para designar apenas a parte de um todo; 3) *genitivo adnominal restritivo*, aquêle em que se enuncia uma relação de dependência entre dois nomes.

Como a questão central da tese é a das origens, limitamo-nos a generalidades no que diz respeito ao desenvolvimento histórico do caso dentro do latim. O mesmo objetivo explica porque no decorrer do trabalho a documentação arcaica sobreleva muito a dos escritores da época clássica.

M O R F O L O G I A

I — SUBSTANTIVOS E ADJETIVOS

O gen. dos substantivos e adjetivos latinos apresenta na língua clássica as terminações seguintes:

Singular

Temas em	cons.	gen.	-is	
"	"	<i>i</i>	" -is	(reg-is)
"	"	<i>u</i>	" -ūs	(ovis)
"	"	<i>ā</i>	" -ae (<ā-ī)	(fructūs)
"	"	<i>ē</i>	" -ei	(rosae)
"	"	<i>o</i>	" -ī	(rei)
				(dominī)

Plural

Temas em	cons.	gen.	-um	
"	"	<i>i</i>	" i-um	(reg-um)
"	"	<i>u</i>	" u-um	(ovi-um)
"	"	<i>ā</i>	" ā-rum	(fructu-um)
"	"	<i>ē</i>	" ē-rum	(rosārum)
"	"	<i>o</i>	" ō-rum	(rērum)
				(dominōrum)

No quadro que apresentamos nem sempre se podem separar nitidamente o tema e a desinência casual. Assim, se por uma parte são perfeitamente separáveis em *reg-is*, *reg-um*, *ovi-um*, etc., temos em outros casos a fusão de elementos vocálicos pertencentes aos dois componentes da palavra declinada, v.g. em *rosae* (rosā-ī). Em outros ainda como *dominorum*, *ovis*, etc. a analogia criou formas novas introduzidas de outras declinações. Este estado não é particular ao latim: já no I. E. devia ter-se operado frequentemente o mesmo trabalho de fusão dos elementos juxtapostos.

Outra observação interessante sugere-nos o exame do quadro acima: é que se podem reunir os diversos temas em dois grupos: o primeiro deles abrange os temas em cons., *i* e *u*, os quais têm um gen. em *-s* no singular e em *-um* no plural, enquanto o segundo, formado pelos temas em *o*, *ā*, *ē*, tem o gen. sing. em *ī* e o gen. plural em *rum*.

Esta disposição simétrica não é herança da língua I. E., mas sim o fruto de um nivelamento analógico multissecular, encontrando-se ainda na época arcaica e, às vezes, até na clássica, sobrevivência do estado primitivo em diversas irregularidades dentro da declinação latina. Faremos aqui um estudo sucinto das diversas formas apresentadas pelo gen. na língua original, notando ao mesmo tempo as inovações do latim. Começemos pelo

GENTIVO SINGULAR

Antes de mais nada note-se que no gen., como em alguns outros casos, v.g. instrum. do plural, os nomes temáticos (temas em *o*) se distinguem claramente dos outros substantivos. Enquanto eles apresentam uma desinência de forma diferente em várias línguas, os outros, chamados atemáticos, têm sempre este caso formado com uma desinência em que entra a consoante *s*.

TEMAS EM CONSOANTE — A desinência tem a forma *-es* ou *-os* (com vocalismo *e* ou *o*), mas não se pode estabelecer completa uniformidade para o I. E.

Pressupõem *-os* o grego *νήων-ος*, o céltico, onde Lewis e Pedersen derivam *rīg* (gen. de *ri* = *rex*) de *rēg-os*. Nas inscrições ogâmicas ainda se encontra *-as*, v.g. *Lugudeccas*, *Decceddas* (1). Os exemplos acima são do irlandês, mas Dottin dá também *-os* para o gaulês, citando um exemplo provável de *Samorigos* (*La Langue Gaul.*, 120). O hitita tem *-as* v.g. *nepesas* (gen. de *nepes* = céu), o que supõe I. E. *-os*, pois nesta língua *o* primitivo dá *a*, v.g. *yukan* (conf. lat. *iugum*) do I. E. **yugom*, mas é preciso lembrar que houve grande simplificação e nivelamento de formas, de tal modo que *-as* serve de desinência do gen. em todos os nomes, até nos temáticos.

(1) O primitivo dá *a* nas inscrições ogâmicas. Sobre a questão ver *A Concise Celt. Grammar*, pgs. 65 e 174, dos mesmos autores.

Outros grupos, como o balto-eslavo, postulam *-es*, vg. eslavo litúrgico *slovo* (palavra), gen. *slovese* (1) e lit. *akmuo* (pedra), gen. *akmens*, *duktē* (filha), gen. *dukters*.

Em outras línguas não é possível distinguir a forma original devido a certas particularidades fonéticas que não permitem a distinção de *e* e *o*, assim no gótico, onde *hairto* (coração) faz no gen. *hairtins*. Ora, tanto *o* como *e* desapareceram em sílaba final nesta língua. Igualmente incerto é o testemunho do grupo indo-irânico, vg. sans. *vāk* (palavra), gen. *vācās*, *pāt.* (pé), gen. *padās*, por causa de um dos característicos fonéticos mais distintivos do grupo, isto é, a passagem das vogais *e* e *o* para *a*. Verdade é que se distingue ainda *e* de *o* em certos casos pelo tratamento da gutural precedente, mas na declinação nada se pode concluir daí, pois nela se verifica normalmente a intervenção da analogia, que nivela formas foneticamente diversas.

No grupo itálico o osco e o úmbrio nada nos ensinam, porque os temas em cons. aí tomaram o gen. dos temas em *i*, vg. osco *medikeis*, tema *medik* (iudex) e umbr. *matrer* (matris).

Temos de concluir, portanto, que o vocalismo primitivo era *e* ou *o*, sem ser possível explicar a diferença. Alguns autores vêem na diversidade do vocalismo uma conseqüência de acentuação diversa (2), mas se muitas vezes se pode estabelecer uma relação entre o acento e a presença ou ausência de uma vogal (cf. grego *λείπειν* e *λιπεῖν*), é mais difícil fazê-lo entre o vocalismo *e* e *o* (cf. grego *λείπω* e *λέλοιπα*). (3). Demais, nenhuma língua da família conserva a distinção primitiva entre *-es* e *-os*, de modo que seria necessário supor a sua completa eliminação não só no grego e no latim, como quer Leumann, mas em tôdas as outras línguas.

O latim, como já dissemos, apresenta *-is*, que continua o I. E. *-es*, pois *e* em sílaba final seguido de *s* dá *i*. Em inscrições antigas encontram-se numerosos exemplos da forma anterior, como se vê das expressões “Iunones pocolom”, “Salutes pocolom”, “Veneres pocolom” e outras (Ernout, *Rec.* pgs. 52 e 53).

(1) O eslavo perdeu *s* final primitivo.

(2) Assim Stolz-Schmalz, pg. 267: “Die sicher durch den idg. Akzent bedingte ursprüngliche Verteilung der Formen auf *-os* lat. *-us* und auf *-es* lat. *-is* ist im Lat. wie im Griech. nicht mehr erkennbar”.

(3) de leloik^{wa}.

Há, porém, em latim vestígios do vocalismo *o* em muitas inscrições arcaicas (1). Exemplos são: *nominus* no Sen. C. de Bacch., *Kastorus* na Epistula L. Corn. praet. ad Tiburtes (*Rec.*, pgs. 59 e 68). Encontram-se sobretudo em inscrições dialetais, vg. em Preneste, onde temos *nationu* e *Diouo* (Iovis) em uma tábua de bronze e “ara Salutus” em outro documento epigráfico (pgs. 27 e 28). Em uma lei de Bância da época dos Gracos lê-se *partus* (partis) e *Castorus* (pg. 86). Cápuia fornece-nos *Venerus* e *Cererus*, o primeiro exemplo de 108 e o outro de 106 A. C. (pg. 49). Do monte Casino temos *Venerus* (pg. 50) (2).

Baseado neste fato Ernout considera dialetal o gen. em *-os*, distinguindo-o do de Roma, onde a desinência é *-es*. De fato, mesmo os dois exemplos que citamos de Roma podem explicar-se como resultado de influências dialetais, pois se trata de epístolas enviadas da capital para outras cidade e aí gravadas em pedra por um gravador local, que facilmente introduziria alguns dialetismos.

2) TEMAS EM *I E U* — Apresentam alternância vocálica do elemento predesinencial em sua declinação, não sendo sempre fácil fixar os casos em que aparece determinado vocalismo. No hitita encontram-se dois tipos de temas em *i* ou *u*, isto é, ora o elemento predesinencial tem a forma *i* (grau zero), ora *ai* (grau *o*). A mesma variação nota-se nos temas em *u*. É interessante observar que a mesma palavra pode apresentar no mesmo caso um ou outro vocalismo. Sturtevant registra de *supis* (puro) o abl. *supiyaz* e *supayaz*, de *mekis* (grande), o nom. pl. *mekes* e *mekaes* etc.. (3) Provavelmente se trata de uma inovação hitita em que se estendeu a todos os casos um vocalismo originalmente pertencente a alguns apenas.

Quanto ao gen. singular, há, porém, hesitação no I. E., onde podemos distinguir pelo menos dois processos de formação. O tipo normal devia ter vocalismo *e* ou *o* do elemento predesinencial e vocalismo zero da desinência. Podia ser, portanto, **-eis*

(1) Com formas diversas: *-os* só aparece após *v* e *u*; *-us* pela transformação regular de *o* em *u* em sílaba final quando seguido de *s*. Freqüentemente falta o *s*, que tendia a cair, no período arcaico. Na poesia da época o *s* muitas vezes não faz posição na parte fraca do pé. Assim: “Ova parire solet genu pennis condecoratum” Enio (*Rec.* pg. 146).

(2) As páginas são do *Recueil de Ernout*.

(3) *Hittite Grammar*, pg. 179 e 180.

ou *-ois para os temas em *i* e *-eus ou *-ous para os temas em *u*.

Dos primeiros temas: sanscr. *agneh* (do fogo), lit. *nosies* (do nariz), got. *anstais* (da misericórdia), osco *aeteis* (partis) e umbr. *punes* (poscae) e *ocrer* (montis). (1) Exemplos de temas em *u*: sanscr. *sūnoh*, lit. *sunaus*, got. *sunaus* (do filho), osco *castrous* (capitis), umbr. *trifor* (tribūs), irl. *mugo* ou *muga* (de *mug*=escravo) e nas inscrições ogâmicas ainda *Cunagussos* (2).

Nos temas em *u* parece prevalecer *-ous, antes que *-eus. Isto indicam o celt., o got. e o lit. (o germ. e o báltico tem *au* de *ou*). O sanscr. e o itálico admitem a mesma interpretação, embora não seja possível distinguir aí *eu* e *ou* primitivos, porquanto no indo-irânico *au*, *eu* e *ou* evoluem igualmente para *o*, ao passo que no itálico *eu* se confundiu com *ou* em época pré-histórica.

Mais incerto é o problema nos temas em *i*: o osco e o umbr. supõem *-eis*, pois *ei* nunca se confunde com *oi* nestes dialetos. Outras línguas, como o sanscr. e o lit., nada nos ensinam, visto tanto lit. *-ies* como sanscr. *-eh* poderem provir de uma ou outra forma. O got. *ai* resulta de *oi*. Não há aqui completa uniformidade e parece-nos difícil afirmar categóricamente com Lewis e Pedersen: "The I. E. ending was *-ois*" (op. cit., pg. 172).

Ao lado dêste processo comum, há vestígios de outro em algumas línguas, i. e., o elemento predesinencial apresenta vocalismo zero e a desinência tem a forma *-es* ou *-os*. Acharo-lo, por exemplo, no sanscr. védico *avyah* (da ovelha), *madhvah* (do mel). No grego sobrevive em *oīs*, gen. *oíos* e *γόνυ*, gen. *γοννός* (Hom.) de **γονFος*. Nestes exemplos a soante antes da vogal seguinte aparece como consoante, mas o gen. comum do hitita e do grego (3) conserva a vogal, hit. *tuzis* (exército) gen. *tuziyas* e *asus* (bom), gen. *asuwas*, grego *πόλις*, gen. *πόλιος* e *στάχυς*, gen. *στάχυος*. A conservação da vogal é própria dos temas em *i* e *ū* e deve ter provindo de lá por uma confusão freqüente dos temas em vogal longa e em vogal breve.

(1) No celt. o gen. dos temas em *i* é analógico. Lewis e Pedersen, *Celt. Gram.*, pg. 72, notam: "The ir. ending is probably taken from the *u* stems".

(2) *-os* de *-*ous* (op. cit., pg. 170 e 171).

(3) O gen. jon-at. é inovação grega, criado sobre um velho loc. **πολη*. Daí surgiu *πόλιος*, de onde por metátese quantitativa *πόλιεως*. Nos adjetivos de tema em *u* o grego apresenta interessante cruzamento: vocalismo e do elemento predesinencial + vocalismo o da desinência, * *-ew-os*.

O latim não manteve nenhum dos processos acima indicados. O gen. *ovīs* não poderia ter vindo de **oweis* ou **owois*. Ele é analógico dos temas em cons. A tendência para confundir os dois temas é do itálico todo, embora nem sempre com o mesmo resultado; assim no gen. singular o osco e o umbr., ao contrário do latim, eliminaram a desinência primitiva dos temas em cons., tomando *-eis* (umbr. *-er*) dos temas em *i*.

Quanto aos temas em *u*, o latim conserva regularmente o estado primitivo: *manūs* de **manous* (poderia ser também **maņeus*, mas já vimos que no I. E. prevalecia **-ous*).

Os temas em *u* admitem várias outras formações em latim: a) um gen. *-uos* (predesinencial com vocalismo zero), que Ernout considera dialetal (*Rec.* pg. 62) e se encontra no falisco *senatuo* (*ib.* pg. 37) e algumas vezes na *epistula C. de Bacch.*: *senatuos* (*ib.* pg. 59). b) Por confusão entre os temas em *o* e *e* os temas em *u* aparece na língua arcaica com freqüência um gen. *ī*, v.g. *senatī*, *exercitī*, *partī*, *aspectī* (*Rec.* pgs. 90, 139, 198, 208). c) Por fim alguns exemplos existem de gen. em *-uis*, v.g. *anuis* (Ênio, *Rec.* pg. 181).

Admite-se geralmente aqui influência analógica do dat. em *ī* dos temas em cons., i. e. de *senatui* se fez *senatuis* como existia *regis* ao lado de *regī* (Ernout, *Morph.*, pg. 108, etc.) Leumann nega explicitamente que possa haver qualquer vestígio dos temas em *ū* nesta criação. (1) É curioso, contudo, observar que os exemplos são sobretudo de velhos temas em *ū*, v.g. *suis*, *socruis* (cf. sanscr. *çvaçrūh*) ou de termos que passaram a temas em *u* por analogia com *socrus*, v.g. *anuis* e *nuruīs*.

NOTA — Os temas em *ī* e *ū* faziam no I. E. o gen. singular em **-iy-es* e **-uv-es* (ou **-iy-os* e **-uv-os*). Assim sanscr. *bhrūh* (sobancelha), gen. *bhruvāh*, gr. *ῥς*, gen. *ῥς*, eslavo lit. *svęcry* (sogra), gen. *svęcruve*. (2) Por outra parte *dhīh* (pensamento), gen. *dhiyāh*, gr. *ῥς* (orgulho), gen. *ῥς* (*ī* por analogia com o nom.). Em latim estes temas se confundem geralmente com os temas em *i* e *u*, por terem alguns casos iguais. Assim *pelvis* e *neptis* se declinam como *ovis*, conservando apenas por mais tempo o ac. em *-im*, enquanto *-im* antigo passara cedo a *-em*. Da mesma maneira *socrus* segue a declinação dos temas em *u*.

(1) "In der 4. Dekl. setzen weder die Genetive auf *-is* wie *senatuis*, noch *anuis* Ter. oder *socruis* von einem *ū* Stamm den idg. Gen. der *ū* Stämme fort" (pg. 268).

(2) Brugmann KVGr., pg. 381.

3) TEMAS EM A — Tinham na origem o gen. em *-ās*, i. e., a desinência *-s* já estudada, com vocalismo zero, juntada ao tema. Documentos dêste gen. são: gr. *χώρα*, gen. *χώρας*, lit. *stirna* (veado), gen. *stirnós*, got. *giba* (dádiva), gen. *gibōs*, osco **eituo* (pecunia), gen. *eituas*, umbr. **tuta*, gen. *totar*. irl. *ben* (<*g^wenā=mulher), gen. *mna* (a de *ās*).

Algumas línguas, como o sanscr., o eslavo e mesmo o celt., apresentam inovações. Outras, como o hitita, não possuem temas em *ā* distintos dos temas em *o*, o que provavelmente se deve a duas causas: a) foneticamente se confundiam estas vogais, pois que *o* passa a *a* e ao que parece o hitita não conservou a distinção quantitativa nas vogais. Assim *paszi* (êle bebe) tem a mesma raiz do latim *pōtus*, sanscr. *pā-ti* (cf. *pra* ao lado do gr. *πρό*). b) Morfológicamente o hitita revela notável igualdade de desinências em todos os temas, o que deve ser o fruto de um trabalho de uniformização analógica. Esta é sobretudo compreensível em um caso onde já causas fonéticas concorriam para confundir os temas. Admitindo esta fusão, podemos supor que o gen. dos nomes hititas em *a* (correspondentes aos nomes I. E. em *o*) é de fato o gen. *-ās* dos temas em *ā*, vg. *atas* (patris) como *anas* (matris).

Mas vamos ao latim. Nele existia ainda, como em outras línguas itálicas, o gen. primitivo. É usado com certa freqüência em alguns textos literários da época arcaica. Registramos no *Recueil* de Ernout: *escas*, *Latonas*, *Monetas* (Liv. Andr.), *Terras* e *fortunas* (Névio), *vias* (Enio). Na língua clássica sobrevive apenas nas expressões consagradas “*pater familias*” e “*mater familias*”.

O gen. latino é, porém, geralmente em *-ae*, criação nova com a desinência *ī*, dos nomes temáticos, acrescentada ao tema em *ā*. No latim arcaico ainda aparece freqüentemente a terminação primitiva *āi* (duas sílabas longas). Os poetas mantêm êste uso ainda em uma época quando já se tinha abreviado em latim vogal antes de vogal; *famīliai* (Pl. *Amphitr.* 359), *audaciai* (ib. 367), *impudicitiai* (ib. 821), *filiai* (id. *Aulul.* 295), *animai* (ib. 305). A existência de duas sílabas na terminação verifica-se bem em um verso como o de Enio:

“*Olli respondit rex Albai Longai*” (*Rec.* 148).

que é um hexâmetro inteiramente espondeico. Em Lucrécio esta forma é muito comum, mormente no fim do verso. Só no primeiro canto do seu poema encontramos 26 vezes a terminação *ai* constituindo o espondeu final do verso. Alguns exemplos são *patriai* (I, 42), *militiai* (I, 30). Ainda algumas vezes se acha em Vergílio, vg. En. 9, 26.

As duas sílabas se reduziram ao ditongo *ai*, o qual na latini-
dade clássica passou para *ae*. A ortografia *ai* é comum nas inscri-
ções arcaicas, mas não se pode concluir com segurança se já se
trata do ditongo ou se devemos ver nele ainda as duas sílabas
encontradas nos poetas. Cremos que já no 2.º século A. C. o grupo
se tinha simplificado em ditongo, o que explicará melhor a trans-
formação posterior de *ai* em *ae*, exatamente como no ditongo *ai*
antigo.

PROBLEMA — Ernout entende que o novo genitivo em *ī* sur-
giu primeiro nos adjetivos, onde sob o modelo *bon-ī* se formou
bonā-ī, estendendo-se depois a mesma desinência aos substantivos.
(1) A hipótese é perfeitamente plausível, mas o autor não discute
um problema que nos parece importante: é que na primeira decli-
nação o *ī* foi adicionado à vogal final do tema, enquanto ela não se
encontra no mesmo caso da 2.ª declinação. Na época histórica as
duas declinações apresentam um paralelismo quase perfeito, vg.
acus. sing. *-am* e *-om*, abl. sing. *-ād* e *-ōd*, acus. pl. *-ās* e *-ōs*, dat. abl.
pl. *-eis* (de *-ais* e de *-ois*), etc. Ora, ao lado disto uma forma *bonai*
(com três sílabas) nada tinha de normal em relação a *boni*. Um
produto mais ou menos recente do paralelismo entre os dois temas
verifica-se no gen. pl., onde se cria *-ōrum* como já havia *-ārum*,
i. e., o que aparece na 2.ª declinação não é o *o* breve do tema,
mas sim um *o* longo analógico do *ā* da 1.ª.

A nosso ver a 1.ª declinação deve ter recebido o seu genitivo em
em final absoluta). O mesmo se pode afirmar do ac. sing., onde
lelismo entre as duas declinações era então ainda menos sensível,
ou antes, sentia-se melhor a diferença essencial entre elas — a de
que uma tinha vogal temática breve, enquanto a outra a tinha longa.
Sabemos que o *a* do nom. sing., breve em latim, era longo ainda
no itálico comum, cf. osco *viū* e umbr. *mutu* = multa (*a* longo
nestas duas línguas fecha-se bastante, enquanto *a* breve se mantém
em final absoluta). O mesmo se pode afirmar do ac. sing., onde
a vogal se abreviou em latim sob a influência de *-m* em época
prehistórica, enquanto ainda era longo no itálico comum, o que
se verifica por exemplo pelo osco *paam*. A diferença quantitativa
explica como se conservava a vogal temática *a*, embora não apa-
recesse a vogal correspondente nos nomes temáticos. Este com-
portamento do *ī* lembra de perto o modo por que se junta a
partícula epidítica *ī* aos demonstrativos gregos: *τοιτῖ* (nom. e ac.
neutro) por *τοιτο* + *ῖ*, mas *τοιτοιῖ* (gen. masc. e neutro).

(1) *Morphol.* pg. 32.

2) O gen. em *-ās*, comum em Lívio Andronico, Névio e Ênio, falta mais ou menos inteiramente nas inscrições. Procuramo-lo em todas as inscrições contidas no *Recueil* de Ernout e no volume bem mais completo de Warmington "Archaic Inscriptions" e o que se nos deparou foi sempre o gen. em *ai* ou *ae*, com uma exceção e esta curiosa, como adiante se verá. Também na Lei das Doze Tábuas só encontramos *-ae*. Ora, alguns destes documentos são bastante antigos, anteriores a Lívio Andronico, por exemplo alguns citados por Warmington, pg. 74, e anteriores à segunda guerra púnica, onde aparecem os genitivos *Aecetiai*, *Belolai* (*Belonae*), *Menervai*, *Vestai*. O fato nos leva à conclusão de que no terceiro século A. C. o processo de formar o gen. com *-ās* já não era vivo. Somos levados mesmo a perguntar se nos escritores acima mencionados a frequência deste gen. não é devida a influências estranhas, por exemplo do grego em Lívio Andronico e do osco em Ênio. É interessante que o único exemplo por nós encontrado de um gen. em *ās* nas inscrições latinas seja de uma lei de Bância, justamente na mesma tábua onde está um texto osco.

Conclusão: O gen. em *-ai* eliminou em uma época pré-histórica muito antiga o gen. primitivo dos temas em *ā*. Alguns restos muito exíguos podiam ter-se mantido no uso popular, mas a abundância de exemplos nos textos literários é artificial e causada por influência de outras línguas, nas quais continuava vivo o gen. em *ās*.

NOTA — Uma terminação *aes* aparece em inscrições plebéias do séc. I A. C. e I A. D. vg. *Avoniaes* em uma *tabella defixionis* e *Pesceniaes*, *Laudicaes* num epitáfio de Cápua (*Rec.* pgs. 101 e 48). Há aqui certamente um cruzamento da desinência *-ae* com outra que continha o elemento *s*. Leumann vê nela influência do osco *-ās* ou do grego *-ας, -ης*. (1) Do mesmo parecer é Ernout, que sugere *ης* de *Μούσης* ou contaminação do gen. osco-umbr. em *ās* com o gen. latino. (2) Em nossa opinião não há necessidade de ir buscar fora do latim a causa deste plebeísmo. Se tivesse tal origem, seria mais natural que se criasse um gen. em *-as*, a semelhança do que já existia na língua. Preferimos, por isto, ver nesta inovação influência dos nomes da terceira declinação sobre os da primeira. O próprio Ernout lembra que o gen. dos temas em *-ā* tinha um aspeto insólito e que com a adição do *-s* *Valeriaes* ficava para o dat. *Valeriae*, como *Veneris* para *Veneri*. Nisto deve ter consistido o fator principal do aparecimento do *-s*.

(1) Stolz- Schmalz, pg. 270.

(2) *Morphol.* pg. 33.

4) TEMAS EM *E* — Muito se tem discutido a existência de temas em *-ē* no -I. E. Há apenas duas línguas da família, onde ocupam lugar de relativa importância (o latim e o lituânio). Em várias não há o menor vestígio, enquanto em outras, como nas do grupo indo-irânico, se confundiriam com os temas em *-ā*.

Meillet, na *Introduction*, pg. 318, apenas os menciona no título “Thèmes terminés par-ā (ou -ē)”. Na “Grammaire Comparée”, pg. 448, do mesmo autor e de Vendryes, admite-se a existência de temas em *-iē* ao lado de *-ia* sem discutir a filiação I. E.

Em 1926 o ilustre lingüista dinamarquês, Pedersen, estudou o problema sob o título “La Cinqüème Declinaison Latine” e apresentou razões plausíveis para a existência de nomes em *ē* e *iē* na língua original. Não podemos aqui enumerar todos os argumentos aduzidos pelo autor. Limitamo-nos a observar que substantivos formados sobre a raiz **dhē* se encontram no lit. vg. *pradē* (começo), *avidē* (redil) e certamente em compostos sâns-critos como *sudhā* (prosperidade), *çrad-dhā* (fidelidade), onde aparece a mesma raiz e o *ā* representa um *ē* primitivo. Segundo o referido autor os temas em *-iē* estão representados nas duas línguas, o latim e o lit.. Pedersen também os acha no tocário A e B.

Desde o princípio, certamente, deviam apresentar formas paralelas aos nomes em *-ā*. Isto explica a igualdade perfeita dos dois temas no sanscr. e a simetria existente entre os temas em *a* e em *ē* no lit.: *kurpe* (sapato) se declina como *stirna* (corça). O gen. seria, portanto, na origem **-ēs*.

A mesma terminação se encontrava no latim arcaico. Aulo Gélio, nas *Noites Aticas*, IX, 13, cita uma frase de Q. Claudius, na qual aparece o gen. *facies*. No capítulo seguinte tece um breve comentário a esta forma: “Quod autem supra scriptum est in Q. Claudii verbis: *Propter magnitudinem atque immanitatem facies*, id nos, aliquot veteribus libris inspectis, exploravimus; atque, ita esse, ut scriptum, est, comperimus. *Sic enim pleraque aetas veterum declinavit: haec facies, hujus facies*, quod nunc propter rationem grammaticam *faciei* dicitur”. Pouco adiante, no mesmo capítulo, afirma que verificara em velhos exemplares do discurso de Cícero *pro P. Sestio* a existência do gen. em *-es*: “Equites vero daturos illius *dies poenas*” e admite-o na frase de Vergílio

“*Libra dies* somnique pares ubi fecerit horas”
baseado na informação de alguns que pretendiam ter visto o

manuscrito autógrafo do próprio poeta (os textos dão *diē*, mas é fácil explicar a omissão do *s* antes de *somni*; ver *Georg.* I, 208). Diversas explicações se têm aventado para o gen. latino em *-ēs* (1). Mais comum é a de que se trata de analogia com os temas em *-ā*. Julgamos preferível considerá-lo primitivo, pois: a) o gen. lit. é este; b) como atrás se viu, a existência de um gen. em *-ās* é muito incerta e mesmo nos autores literários, limita-se, ao que parece, a Lívio Andrónico, Névio e Ênio. Ora, uma forma quase obsoleta não teria vigor suficiente para propagar-se. c) Enquanto *-ās* é apenas de alguns autores arcaicos, na quinta declinação, segundo o testemunho de Aulo Gélcio acima transcrito, o gen. em *-ēs* ainda é empregado até por Cícero e Vergílio (2).

A desinência dominante em latim é, porém, *-ī* juntado ao tema. Daí regularmente *-ei*, a princípio formando duas sílabas, vg. em fim de hexâmetro: “*longa diei*” e “*tela diei*” (Lucrécio, I, 558 e II, 59). Na época republicana *-ēi* reduziu-se a ditongo, o qual acabou por simplificar-se na vogal longa *i*. O mesmo Aulo Gélcio já citado se refere a esta forma, dizendo “*Sic autem dies dii a veteribus declinatum est, ut famēs fami, pernīcīes pernīcii, progenies progeniī, luxuriēs luxuriī, aciēs aciī*”. Subsistiam assim, lado a lado, nada menos de três, e talvez quatro formas do gen., pois freqüentemente se encontra simplesmente *-ē*, mas, apesar dos exemplos aduzidos por Ernout, não devia ser tão comum, porquanto Aulo Gélcio o regista como opinião de César, notando que achou um exemplo em Salústio. Os exemplos certos parecem geralmente posteriores a César e podem refletir as suas idéias. Certo é que o exemplo único citado nas *Noites Aticas* contrasta com os comentários mais variados feitos sôbre as outras formas.

Na época imperial prevalece *-ēi*, ou ainda *-ēi* nos nomes de sufixo *-iēs*.

5) NOMES TEMÁTICOS — É provável que os substantivos da declinação temática representem uma criação de época mais recente do que a dos atemáticos. Isto concorda com o que sabemos da conjugação dos verbos, onde formas atemáticas mais antigas são eliminadas com freqüência por verbos temáticos recentes.

(1) “Entwever ist *-ēs* nur durch diese falsche Deutung aufgekommen, oder nach dem *-ās* der *ā* Stämme, oder endlich *diēs diēs diem* nach *vīs vīs vim neptis -is -im*. “Stolz-Schmalz, pg. 270”.

(2) Note-se a frase: “*Sic enim pleraque aetas veterum declinavit*” no texto de A. Gélcio.

Assim se podem compreender algumas particularidades destes nomes em sua flexão, as quais tendem a aproximá-los dos pronomes. A semelhança é certamente primitiva em alguns casos, como no instrum. plural em *-ois*, no ablat. sing., que tem desinência própria e não a mesma do gen. como acontece nos atemáticos. A imitação dos pronomes continua a manifestar-se na evolução de várias línguas da família, o que se nota sobretudo no nom. plur., onde aparece *-oi*, vg. no lit. *vilkai*, no eslavo lit. *vluci* (lobos), gr. *λόγοι*, iri. *fir* (viri). (1) É provável que a desinência já pertencesse ao indo-europeu.

Quanto ao gen., os nomes temáticos não apresentam a mesma uniformidade dos que já estudamos e é mesmo difícil discernir qual o estado primitivo.

Quatro processos se encontram nas línguas derivadas:

a) algumas apresentam um gen. em *-s* como os atemáticos, por ex.: o hitita, onde a terminação é *-as*, exatamente como nos mais substantivos, vg. *atas* (pai), gen. *atas*; o osco e o umbr. com a desinência *-eis* (vg. osc. *sakarakeis* (sacelli), umbr. *popler* (populi). Em ambos os casos devemos ter inovação: o gen. em *-eis* do osc. e do umbr. tem sua origem nos temas em *i* (Buck, *A. Grammar of Osc. and Umbr.*, pg. 116); quanto ao hitita, como já acima se disse, o *-as* podia ter sua origem nos temas em *-ā*.

b) Nas línguas balto-eslavas não há traço de qualquer forma própria do gen. O que aí aparece é o abl. empregado nas duas funções (de gen. e abl.), o que facilmente se compreende, lembrando que em tôdas as outras declinações os dois casos têm uma forma só no singular. Tal é o gen. lit. *vyro* (do homem), e russo *stolá* (da mesa).

c) A terminação é a mesma dos demonstrativos, e admite uma variedade de formas como **-o-syo*, **-o-so*, **-e-syo* e **-e-so*, com alternância da vogal temática e da desinência. Este gen. pertence ao grupo indo-irânico, vg. sanscr. *açvasya* (nom. *açvah.*) (do cavalo), persa ant. *kāra-hyā* (do povo), ao grego *λύκοιο*, at. *λύκου* (2). No germ. temos **-eso* no got. *dagis* (do dia). No armênio aparece *gailoy* (3).

(1) lat. *lupi* (*ī < oi*).

(2) De *λύκος*.

(3) A. Meillet *Introduction*, pg. 322.

d) O quarto tipo é o que mais nos interessa, por ser o único de forma inteiramente original, de procedência misteriosa e sobretudo por ser latino.

A desinência é sempre *-ī*. Assim o lat. *lupi*. Nas línguas célticas temos o irlandês com a forma original nas inscrições ogâmicas, vg. *MAQI* (do filho) (cf. *Mac* em nomes escoceses modernos, vg. *MacDonald*) e depois com a queda da final, o irl. *fir* (do homem). (1) O *-i* se encontra igualmente nas poucas inscrições que chegaram até nós da Gália antiga, vg. *Dannotali* na inscrição de Alise-Sainte-Reine e a expressão “Doiros Segomari” = Doiro, filho de Segomaro, de uma inscrição de Couchey (Dottin, *La L. Gaul.*, pgs. 160 e 162).

Até há poucos anos só no itálico e no celt. se encontraram exemplos seguros deste gen.. Recentemente, porém, Conway *et al.* em seu erudito e longo trabalho *Prae-Italic Dialects of Italy*, reuniram cuidadosamente todo o material epigráfico encontrado na Itália e pertencente a várias línguas que não se filiam no grupo itálico. Os autores julgam ter elementos suficientes para admitir o caráter indo-europeu de algumas delas e tentam esboçar-lhes a gramática. Em duas línguas pelo menos das que estudam aparece um gen. em *i* nos nomes temáticos.

Nas inscrições lepontinas citam-se, por exemplo, expressões como “alkouinos aškoneti” (pg. 94), “Ateka ašouni” (pg. 108) etc., nas quais eles vêem um gen. como segundo membro. Interessante é notar que também nos nomes em *ā* aparece um gen. em *-ai* (2) (vg. *sapsutai*, pg. 586) que lembra a 1.^a declinação latina.

No messápico o gen. dos nomes temáticos tem a forma *-a-ihī* (*dazimas*, gen. *dazimaihi*) ou nos temas em *-io*, só *-ihī*, vg. *dazes*, gen. *dazihī* (3). Também aqui os temas em *-ā* apresentam o mesmo gen., vg. *basta-hi* (o *h* indica apenas vogal longa, segundo os autores).

(1) Lewis e Pedersen (pgs. 165 e 166).

(2) Sobre a classificação lingüística notam eles: “Pedersen, therefore, concluded, that the correct view to be taken of the Lepontic inscr. is, in agreement with Kretschmer, to consider them not Keltic but rather Ligurian, which is for him Indo-European” (II, pg. 69)

(3) No messápico *o > a* (ib II, pg. 600).

Notável é que estas formas se distinguem bem dos outros temas, onde aparece uma desinência com a consoante *-s*, vg. *θαοτοι, θαοτορας, πλατω, gen. platoras, etc.* Para os citados lingüistas (II, pg. 600) *-aihi* representaria *-oi* e *-ahi* viria de *-āi*, e seriam ambos dissilábicos (1).

Admitidos os fatos aduzidos por êstes autores, e parecem bastante prováveis pelo menos no que diz respeito ao messápico, estende-se muito o uso da desinência *-ī*. Teremos dêste modo o latim no grupo itálico (talvez a princípio também o osc. e o umbr.), o grupo céltico, o grupo ilírico (pelo menos o messápico) e possivelmente o lígúrio.

Tôdas estas línguas concordam em que o elemento característico é um *-ī* I. E. e, com exceção do messápico, não apresentam vestígio da vogal temática **-e/*-o*.

Limitando-nos ao latim, onde nos é possível estudar o assunto com mais pormenores, verificamos que êste *-ī* se distingue bem das outras desinências casuais dos temas em *-o*, em que o *ī* é apenas produto da simplificação de um ditongo. Dois fatos o comprovam: a) enquanto a ortografia republicana antiga atesta ditongo para o loc. sing. e para o nom. voc. dat. e abl. plur., o gen. sing. tem sempre *-ī*, exceto na época de transição em que *ei* já se tinha reduzido a *ī*, surgindo a confusão ortográfica entre o velho *ī* e o resultante da redução do ditongo. Temos *Ladinei* (loc. sing.) em uma moeda de bronze de Larino, *foideratei, oinuorsei, virei* (nom. plur.) no *Sen. C. de Bacch.*, *facteis* (abl. plur.) nos *Elogia Scipionum*, mas *Latini, sacri, urbani* (gen.) no *Sen. C. de Bacch.* (2)

b) o fato de se contrair na época republicana com um *-i* anterior, enquanto os outros casos não sofriam contração. Assim loc. sing. *Brundisii* (ênio, *Rec.* pg. 195).

Sobre os casos do plural e loc. sing. nota Leumann que em Plauto e Terêncio não se dá a contração e que em poetas posteriores é rara (pg. 276). Como adiante veremos, o gen. é contrato nos temas em *-io*.

(1) Sobre a classificação do messápico, Helbig demonstrou em 1876 por um estudo cuidadoso de nomes próprios, bem como de lendas (vg. de que Iápix era filho do rei ilírico Licaão) a filiação ilírica dos Iápiges (Conway et al. II, pg. 260). Estes observam: "it is almost certainly not a *satəm* or sibilizing speech" (ib. pg. 264).

(2) *Rec.* pgs. 11, 58 a 60 e 18 (respectivamente).

ORIGEM DA DESINÊNCIA *-ī* — Na discussão desta matéria, uma das mais obscuras no domínio do indo-europeu, queremos começar por referir-nos a uma importante e sugestiva solução do intrincado problema. Referimo-nos ao magnífico estudo de Wackernagel sob o título “Genetiv und Adjektiv” publicado nos *Mélanges de Linguistique offerts à M. Ferdinand de Saussure*, pgs. 125 a 152.

Em resumo são as seguintes as idéias do autor a respeito do gen. em *-ī*: a) admite que esta desinência seja primitiva nos temas em *-o* dos substantivos (1); b) o gen. em *-ī* do italo-céltico é aparentado ao *-ī* sânscrito que aparece como final de primeiro elemento de composição dos temas nominais em *-a*, *-ā*, *-i*, *-r* e *-an*, às vezes *-as*, quando antepostos aos verbos *karoti* (fazer) e *bhavati*, às vezes também *asti* (ser, tornar-se).

Em defesa do segundo ponto argumenta: 1) as formas que não recebem *-ī* são recentes. As formas em *-ī*, ao contrário, são muito antigas, mas não em todos os casos. Assim, não há documentação de *rī* (temas em *-r*) nem de *-ī* de temas em *-ā*. Muito raro aparece *-ī* nos nomes em *-an*, *-as* e *-i*, vg. *a-mani-bhāvati* (libertar-se de Manas), *musti-karoti* (fechar as mãos). Ao contrário, a desinência se encontra em pleno vigor como final do primeiro elemento nos temas em *-a* e deve ser primitiva neste caso. Exemplos *mīthuni-karoti* (acasalar) e *mīthuni-bhavanti* (acasalam-se) de *mīthunā*, casal, par, *grāmī-bhavati* (apoderar-se da aldeia) de *grāma* (aldeia). (2) 2) Notando que o gen. em *-ī* tem no latim algumas funções particulares que não parecem pertencer ao gen. em geral, pelo menos na origem, o autor menciona uma, na qual há extraordinária coincidência com a dos temas sânscritos acima mencionados, quando servem de primeiro elemento de composição, i. e., o gen. de apreciação, que é especialmente comum com os verbos *facio* e *sum*, onde deve ser antigo. Com os outros verbos será o resultado de uma extensão analógica. 3) O gen. de qualidade, nota o A., não se ajusta bem no quadro das funções do gen. nas línguas I. E., havendo dele raros e duvidosos exemplos nas outras línguas da família. Em latim, na língua antiga, pertence sobretudo ao singular da 2.^a declinação. Existe muita relação entre este gen. e o mencionado acima. Como aquele, também o gen. de qualidade se emprega com os verbos *fio* e *sum*.

(1) Ver pg. 126, onde se refere elogiosamente à tese de Brugmann, o qual considera o gen. em *-ī* primitivo.

(2) “Alt und voll lebendig ist *-ī* nur bei den Stämmen auf *-a*” pg. 128.

A tese de Wackernagel encontrou justificada acolhida entre alguns dos mais eminentes lingüistas. Os fatos apontados pelo illustre autor são certamente ponderáveis e nos revelam mais um grupo da grande família indo-européia, onde parece existir um vestígio do misterioso gen. em *-ī*.

Onde, porém, fazemos alguma restrição às conclusões de Wackernagel é no que diz respeito à função original d'êste elemento. Entende êle que o gen. em *-ī* é um complemento adverbial como o gen. em *-os* no I. E. (1) Parece-nos antes que o gen. referido era de caráter essencialmente adjetivo (qualificativo) e, pois, também, adnominal em seu emprêgo mais antigo. Levamos a isto as razões seguintes: a) o fato de *-os* exercer função de abl. e gen., o que não se verifica com a desinência *-ī*; b) O uso das formas em *-ī* com os verbos *karoti* (fazer, tornar), *bhavati* (tornar-se, ser) e *asti* (ser) não exclui o seu emprêgo adnominal, antes parece sugerir-lo. Tôdos êstes verbos recebem normalmente um complemento nominal, adjetivo. Enumerando as diversas funções do prefixo no sânscrito, cita o eminente sábio a seguinte: indicar um simples predicativo dos verbos já mencionados, i. e., *ser* ou *tornar alguma cousa* vg. *mithunī-karoti* (tornar acasalado) e reconhece ser esta função a mais comum, a ponto de ser considerada como seu valor semântico verdadeiro. (2) c) O gen. de qualidade considerado pelo A. como próprio d'êste genitivo tem função tanto *adnominal* como *adverbial*. Existem, no latim arcaico, indícios de que um substantivo sozinho neste caso podia exercer função de qualificativo, vg. "homo nihili", "homo non nauci" (homem inútil, de nenhum valor). Ora, são exatamente estas palavras algumas das que mais freqüentemente se nos deparam como complemento de apreciação "nihili facio hominem", etc. d) Possivelmente temos também um vestígio da função primitiva do *-ī* nos partitivos de alguns adjetivos neutros substantivados, vg. "quid novi", "nihil boni". Semelhante origem explicará porque o latim emprega êste partitivo normalmente com os adjetivos da 1.^a classe, enquanto com os da 2.^a se prefere dizer "quid dulce", "nihil acre". Admitido isto, teremos mais uma confirmação do uso adnominal da desinência. Simples sugestão.

(1) "Die *-ī*-Formen der *o*-Stämme waren, so weit sie grundsprachlich bereits genitivisch waren, sicher adverbaler Bedeutung; ebenso von Haus aus die Kasusformen auf *-os*, sonst würden sie nicht noch ablativ-funktion haben" (pg. 147).

(2) "Und so überaus oft, auch in der klassischen Sprache, wofür dies Panini, 5, 4, 50 nebst Vartt. I als eigentliche Bedeutung hinstellt", (pg. 129).

Mencionaremos ainda algumas teorias sobre a origem do gen. em \bar{i} antes de apresentarmos o nosso ponto de vista.

1) Teoria inteiramente caduca, mas defendida outrora por alguns, é a de *Andreas Bell* na obra “De locativi vi et usu”, Breslau, 1889, o qual considera o gèn. como um locativo antigo. Esta teoria tornou-se naturalmente insustentável com o rigor a que chegaram os estudos da fonética histórica em nosso século (1).

2) *Gray*, em “Foundations of Language” pg. 195 e 196, toma o \bar{i} por forma reduzida de uma desinência $*-ei/*-oi$ ($\bar{i} < ei$) com que se formou o dat. no I. E. O grau zero da mesma apareceria no *i* que termina o primeiro elemento de composição em latim, vg. *belli-ger*. A esta teoria objetamos: a) a suposição de uma origem comum do gen. e do dat. é pura hipótese que não se baseia em dados históricos dentro do I. E.; b) embora tentadora a relação de *belli-ger* com o caso genitivo, especialmente admitindo-se, como adiante veremos, a semelhança de emprêgo dêste caso e da composição nominal do indo-europeu, não há o mínimo indício de que o *-i* de *belli* no composto acima seja primitivo. Nada se encontra de semelhante em outras línguas da família, nem mesmo nos escassos elementos fornecidos pelo osco e pelo umbr. Antes, o que se nos depara fora do latim é o próprio *o*, o qual nesta língua passava naturalmente a *-i* em sílaba interior aberta, pelo menos quando seguido de gutural, dental, *l* palatal e muitas vezes labial. Demais o mesmo *i* aparece antes de sufixos, vg. *humani-tas*, onde não havia razão para a presença do *i* do gen.

3) *V. Pisani*, em uma pequena “Introduzione alla Linguistica I. E.” recentemente publicada, à pg. 68, tira *lupī* de $*lupeiie$ e êste de $*luposio$, citando em abono de sua teoria um falisco *Kaisio-sio*, gen. de *Kaisios*, lat. *Caesius*. (2)

A teoria encontra obstáculos sérios: a) a existência de um gen. falisco em *-sio* nada prova quanto à origem do gen. latino em \bar{i} ; b) a transformação fonética de *-osio* em *-eiie* e a redução dêste grupo vocálico a \bar{i} é simples suposição enquanto não se demonstrar que *-sy-* passa a *-i-* dentro do latim; c) nos documentos existentes do latim arcaico não há a menor indicação de que \bar{i} tivesse apresentado uma forma anterior menos simples; d) a existência do *i* simples em vários outros grupos indo-europeus revela

(1) A teoria é mencionada no *Grundriss*, III, 307.

(2) O mesmo autor publicou, já começada a guerra, um trabalho mais extenso sobre o I. E., mas êste infelizmente não chegou até aqui.

a antigüidade do \bar{i} , excluindo portanto a contração recente suposta por Pisani.

4) Brugmann considera o \bar{i} primitivo no gen. dos temas em $-a$, sendo êle eliminado em vários grupos pelo gen. pronominal em $*-syo$ etc.. Indo mais longe, tenta descobrir relações entre este \bar{i} e o final $-yo$ de $-syo$ e o identifica com o sufixo adjetivo $-yo$ (vg. gr. *ἴπιος* e com o sufixo formativo do feminino: $*wlk\bar{i}$ (sânsr. *urkī*) fem. de $*wlkós$ lobo. (1)

Em outro passo (KVG, pg. 462) identifica-o ainda com o \bar{i} de $*-ino$.

Wackernagel critica com razão a tentativa de identificar a desinência \bar{i} com o sufixo que serve de formar o feminino dos nomes (sânsr. *rksī* ursa, latim *nutr-ī-x*, gr. *ἰέγεια*), notando que este sufixo é raro justamente com os nomes onde mais devia ser encontrado de acôrdo com a hipótese, isto é, nos temas em $-o$. Além disso não se explica porque \bar{i} passou a tomar acepção exclusivamente feminina. Apesar destas e outras objeções que se possam opor a Brugmann, nem tudo é de desprezar nas idéias do eminente glotólogo. Vamos agora ao nosso ponto de vista.

Consideramos \bar{i} como a desinência própria do gen. nos temas em o , provàvelmente de criação menos antiga e certamente de função diversa do gen. dos nomes atemáticos em sua origem. Concordamos com a sugestão de Brugmann de que há uma relação entre o gen. em \bar{i} e o final $-yo$ da desinência pronominal $*-syo$, embora o A. não apresente razões para o seu parecer.

Decompomos a desinência $*-syo$ em duas partes: a primeira $-s-$ característica pronominal que não indica o caso, mas reforça freqüentemente o tema dos pronomes e se acha com diversas desinências: a segunda $-yo$ (com algumas outras formas vocálicas) é a desinência casual, tendo a mesma origem do \bar{i} .

RAZÕES: 1) $-s-$ aparece não só no gen. sing. dos pronomes, mas em vários outros casos está entre o tema e a desinência. Assim dat. sing. $-smōi$ (sânsr. *tasmai*, got. *thamma*), loc. $-smi$ (sânsr. *tasmīn*, umbr. *esme*, *pusme* = in quo, de *pui*, Buck, *Osc. and Umbr. Gramm.*, pg. 142) abl. $-smod$ ($-t$), vg. sânsr. *tasmāt*. Também no feminino aparece em vários casos: gen: $*e-syas$,

(1) A mesma relação com $-yo$ dos adjetivos é admitida por Schwyzer, *Griechische Grammatik*, pg. 466. Sobre a teoria de Brugmann ver a sua *K. Vergleichende Grammatik*, pg. 435 e o artigo citado de Wackernagel (pg. 126).

*-e-sas (sanscr. *tasyāh*, got. *thizōs*), dat. *e-syāi, *e-sāi (sanscr. *tasyāi*, got. *thizai*, etc.). No plural se encontra -s- no gen. fem. *oi-s-om (sanscr. *tes-am*). Em algumas línguas se encontram formas sem s, como no eslavo lit. *tomu* (dat. sing.) e *tomī* (loc.)

2) A parte final, que vem depois de -s-, é certamente a desinência casual, embora apareçam freqüentemente elementos superpostos. Por exemplo, no gen. plur. masc. e fem. -om de *-ois-om e *-ās-om é a mesma desinência do gen. plur. dos substantivos. Em formas góticas como *thizos* e *thizai -ōs* (de *-ās*) e *-ai* (de *-āi*) são exatamente as formas dos casos correspondentes dos substantivos femininos no gen. e no dat. sing. O que os pronomes têm de especial é o -z-, o qual pertence a ambos os casos. Em algumas formas masculinas e neutras surge um -m- que lembra provavelmente o -m- com que se indicam vários casos, vg. dat. instrum. e loc. no balto-eslavo e no germânico.

Do mesmo modo *-āt* do abl. pronominal sanscr. em *-smāt* é a terminação do mesmo caso nos nomes temáticos; *-āi* do dativo em *-smāi* é o mesmo do dat. dos nomes temáticos no I. E. (no sanscr. *-ai* de *-ōi*). Decomposição semelhante se poderia fazer em outros casos. Bastam estes para concluirmos que também no genitivo -s- deve ser um elemento predesinencial e a desinência será *-yo* ou *-o*, (também teòricamente com vocalismo e: *-ye* ou *-e* (1).

Fica, porém, ainda um grave problema: pode haver relação entre o elemento *-yo* da desinência pronominal e o *-ī* do gen. dos nomes temáticos? Como já se viu o *ī* deve ser indo-europeu, e, pois, não podemos supor contração posterior de uma desinência *-yo* ou *-ye* em *-ī*. Mas é certo que dentro de I. E. já se verificaram muitas contrações de vogais iguais ou próximas. Podemos supor que *ī* seja a contração de uma desinência primitiva **-ye/yo* em uma forma de vocalismo reduzido *i^o>ī*, exatamente como se admite *°i>ī* e *°u>ū* (2).

De que o I. E. já contraía vogais fracas não pode haver dúvida, lembrando-se que *chva* na vizinhança de *y* e de *w* se contrai

(1) Formas alternantes com *-y-* e sem *ē* em desinências casuais não são raras. Basta lembrar algumas já citadas: **-esyās* ou **esās* (gen.) **-esyāi* ou **-esāi* (dat.) ou ainda em alguns casos do plural as variantes **-bhos* ou **-bhȳos* etc..

(2) Assim Stolz-Schmalz, pg. 71, e Sturtevant, *Hittite Grammar*, pg. 108. Alguns como Buck, *Comp. Gramm.* pg. 107 dão *i* breve. Neste caso o alongamento poderia atribuir-se à vogal temática.

normalmente com estas soantes, dando \bar{i} e \bar{u} . Baste o exemplo do sufixo $-\bar{i}$ formativo do feminino, que apresenta ainda $-ia$ no grego, mas aparece normalmente como $-\bar{i}$ em outras linguas, vg. no sanscr. *devī* deusa, no lat. *vīctr.ī-x* (1) (cf. gr. *ἰέρε(F)ια* de *ἰερεῦς*).

É possível, pois, que o gen. em \bar{i} abranja desde o I. E. a vogal temática em uma forma reduzida ou então com vocalismo e exatamente como no vocativo. Enquanto geralmente não se encontra traço da vogal temática, no messápico aparece $-a-ihī$, em que $-a$ representa o do tema. Este fato permite a suposição de que também devia existir, embora em alguma forma reduzida, na sua origem indo-européia, mesmo lá onde já não se encontra traço dela.

Concluindo estas considerações, queremos notar que os nomes temáticos, como os pronomes, apresentam uma forma especial para o abl., o que favorece a hipótese de que o gen. de ambos tinha uma função primitiva comum e de que, excluído o $-s-$ dos pronomes, as duas desinências são formas diversas do mesmo elemento morfológico.

O GENITIVO DOS NOMES TEMÁTICOS EM LATIM — Sobre a evolução dêste gen. dentro do latim pouco há que dizer. Apenas faremos referência ao gen. dos nomes em $-yo$ (lat. $-io$). O gen. sing. destes nomes apresenta uma forma contrata $-\bar{i}$ em lugar $-\bar{i}i$ durante a época republicana, por tratar-se de um $-\bar{i}$ antigo que se contraía naturalmente com a vogal anterior do mesmo timbre (cf. *dēmo* < *dē*+*emo* e *lābrum* < *lāvābrum*).

Embora os textos antigos às vezes tenham $-\bar{i}i$, esta forma é suspeita, pois os meios mais seguros que temos de averiguar o uso republicano, i. e., as inscrições e a métrica, nos revelam o emprêgo mais ou menos absoluto de $-\bar{i}$ até Augusto. Das inscrições citamos alguns exemplos encontrados em *Archaic Inscriptions* de Warmington: *Grani*, *Maeci*, *Luci* e *Vergilei* (*ei* representa \bar{i}), todos êles do primeiro século A. C. (2) Nos textos literários temos *auxili* (Plauto, *Amphitr.* 157), *negoti* (*ib.* 350), *mendaci* (*id.* *Asin.* 30), *consili* (*ib.* 358), *commerci* (*Aulul.* 631), *Aesculapi* (*id.* *Curcul.* 14), *Favoni* (Lucrecio, I, 11).

Em Lucrecio existem já alguns exemplos de adjetivos com $-\bar{i}i$, vg. *patrii* “concedit nobis patrii sermonis egestas” (I, 832).

(1) Com um refôrço $-c-$.

(2) Os exemplos são das pgs. 20, 24, 26 da obra citada.

Duas vezes se encontra *medī*. Ernout (Morphol. 47) supõe que *-ī* começou por aí: “il semble que *-ī*- se soit d’abord répandu dans les adjectifs”. Trata-se, porém, apenas de três exemplos em tôda a obra. Em Vergílio *-ī* é ainda muito raro: *fluviī* (En. III, 102) e *Palladī* (ib. IX, 151) e notam Plessis e Lejay, comentando o primeiro passo, que são os únicos exemplos no poeta. São ambos substantivos, o que daria lugar a uma conclusão exatamente contrária à de Ernout, se tomados isoladamente. Cremos que a res-tauração de *-ī* está na necessidade de simetria. Esta não podia existir no contraste entre *fluvi* (gen. sing.) e *fluvii* (nom. e voc. pl.) ou *fluviis* (dat. e abl.), ao lado de *servi*, *servi*, *servis*, depois que nestes outros casos o ditongo *ei* se tinha reduzido a *i*. Desde Augusto *-ī* se generaliza ficando a forma contrata apenas em algumas expressões consagradas como “*compendi facere*”, “*res mampipi*” (Stolz-Schmalz, pg. 268).

Quanto à época em que se deu a contração, Wackernagel parece entender que é I. E., por encontrar-se também no sanscr. e no celt. A referência ao céltico é estranha, pois no gen. dos temas em *-yo* o irl. faz *céli* (nom. *céle* companheiro) enquanto o gen. de *fer* é *fir* (1), o que indica tratamento diferente da final. Demais, informa-nos o gramático latino Nigidio, contemporâneo de Cícero, de que a acentuação não recuava para a antepenúltima sílaba, quando a penúltima era breve, como acontecia com o vocativo dos mesmos nomes (2). Foi esta informação de Nigidio que sobretudo levou Meillet à suposição de um vocativo antigo em *-i*. O mesmo fato justifica a conclusão de uma contração recente no gen.

Poderia alguém alegar que se trata, na distinção de Nigidio, de simples subtileza de gramático, mas outra regra, esta de ortografia, citada por A. Gélio (a de que se deve escrever *amici* e *magni* no gen., mas *amiciei* e *magnei* no nom. plural) reflete um espírito conservador, desejoso de manter uma tradição antiga. O mesmo deve verificar-se com a diferença estabelecida no que diz respeito à acentuação do gen. e do voc.

(1) Lewis e Pedersen, *Celt. Gramm.* pg. 165 e 167.

(2) Diz este gramático citado por Aulo Gélio, XIII, 26: “Deinde, inquit, voculatio qui poterit servari, si non sciemus in nominibus, ut *Valeri*, utrum interrogandi an vocandi sint? Nam interrogandi secunda syllaba superiore tono est quam prima, deinde novissima deicitur: at in casu vocandi summo tono est prima”. O *casus interrogandi*, explica A. Gel., é o genitivo.

GENITIVO PLURAL

A desinência I. E. era *-om* (1). Não se pode estabelecer com certeza a quantidade primitiva da vogal. No *Grundriss* (1.^a edição) Brugmann, seguindo Osthoff, formula a hipótese de que a desinência casual era *-ōm*. Este *-ōm* se teria contraído com o *o* dos nomes temáticos, de onde *-ōm*, havendo depois uma redistribuição de formas (2). É esta ainda a explicação aceita por Buck (*Compar. Gramm.*, pg. 174), mas o próprio Brugmann já na *K. Vergl. Grammatik* dá só *-ōm* e explica o eslavo, que era o grande impecilho, por uma lei fonética pela qual se teria abreviado o *ō* primitivo (3).

Há, porém, algumas outras línguas nas quais é difícil apurar a quantidade primitiva, vg. o itálico. Buck, no passo acima citado, atribui breve ao céltico. Lewis e Pedersen, ao contrário, no *Celt. Gramm.* explicam o gen. plur. irl. *rign* por **rēgōm*, supondo um abreviamento da vogal antes do *-m*, em época muito antiga (pg. 66). Um vestígio da breve existe no pronome pessoal sânscrito, vg. *asmākam* e *yusmākam*, se é que se deve separar *asmā-kam*, como parece.

Diante disto será mais prudente a atitude de Meillet, que se limita a dar **-om*, sem definir a quantidade. Talvez, já no I. E., se tivesse verificado um abreviamento parcial do *o* antes de *-m*.

TEMAS EM CONSOANTE E SOANTE — Exemplos de temas em consoantes: sanscr. *pad-ām*, gr. *ποδῶν*, osco *liimitú* (limitum), umbr. *fratrom*, lat. *regum*, got. *guman-ê* (4) (hominum), lit. *akmenú* (nom. *akmuo* pedra), eslavo lit. *slovesu* (nom. *slovo* palavra), celt. *rign*.

(1) Meillet dá também *-on*, mas aquela forma deve ser a primitiva. Há indícios de que o lat. e o sanscr. representam melhor o estado I. E., vg. no gr. *χθῶν* contrasta com *χαμαί* e *χθαμ-αλός*, mostrando que *ον* é, na primeira palavra, transformação de *m* final.

(2) *Grundriss*, II, pgs. 688 e 689: "So lange keine annehmbare Möglichkeit gefunden ist, das *-u* der aksl. *matēr-u sloves-u* u. s. w. als Fortsetzung eines uridg. **-ōm* zu erklären, halte ich es mit Osthoff u. A. für wahrscheinlich, dass die grundsprachliche Gestalt des Suffixes unseres Casus **-ōm* war".

(3) "Hinter langem Vokal fand (a) bei ursprünglichem Schleifton Kürzung des Vokals statt und dann Schwund des *-n* (wie bei a): Gen. Pl. *vlūkū* aus *-on* uridg. *-ōm*: gr. *θεῶν* (pgs. 279 e 280).

(4) O *ê* do gótico é ainda de explicação incerta.

Os temas em *i* e *u* nada apresentam de especial. A desinência se junta diretamente ao tema. O elemento predesinencial fica no grau zero: lat. *ovium*, umbr. *peracnio* hostiarum, gr. *οἰών*, iri. *faithen*, got. *thrijé*; lat. *fructu-um*, gr. hom. *γούρον* (de **γούρων*), lit. *suná*, got. *suniwé* (com o vocalismo *e* do elemento predesinencial).

No latim, limitamo-nos a notar a tendência para confundir também aqui os temas em consoante com os temas em *i*, embora seja o único caso em que continuaram distintos através de toda a história da língua: *reg-um*, mas *ovi-um*. Era inevitável que também aqui surgissem confusões. Daí apresentarem muitos antigos temas em *i* um gen. em *um*, enquanto temas em consoante têm às vezes *-ium*.

Assim no participio generaliza-se *-ium*, embora haja traços de *-um*. Comumente se explica o fato como extensão ao masc. de uma forma própria ao fem., que era um tema em *i* (Meillet e Vendryes, *Gramm. Comp.*, pg. 457). No *Esquisse d'une Histoire de la L. Latine*, pg. 19, Meillet considera *ferens*, uniforme para os dois gêneros, uma sobrevivência do estado primitivo encontrado no hitita e no armênio. Tratar-se-ia então antes, no gen. plur., de uma confusão com os adjetivos, onde dominam os temas em *i*.

Julgamos estranho, porém, que o latim não tivesse forma própria para o fem. dos participios, quando geralmente parece ter levado mais adiante do que o grego, por exemplo, a distinção dos gêneros. Demais, nos adjetivos, exemplos como *suavis*, *gravis* (antigos temas em *u*) parecem confirmar a hipótese de que formas femininas se usaram em latim em lugar das masculinas. O mesmo se poderia ter verificado com os participios.

Um gen. em *-um* se encontra com freqüência nos nomes em *-ās* (gen. *ātis*), e *-īs* (gen. *-ītis*), que são temas em *i* (cf. *Arpinatum*, Cic. *De Off.* I, 7).

TEMAS EM A E EM E — Fora do latim só daremos exemplos do primeiro. A forma primitiva devia ser **-ōm*, contrata de **-ā-ōm* ou de *-ə-ōm* (com a vogal predesinencial no grau zero). Pedersen prefere a segunda forma em *La Cinquième Decl. Latine*. Também Meillet, *Introduction*, pg. 319, aceita este ponto de vista, explicando assim a substituição do gen. primitivo, que parecia anormal.

O got. *gibō* e o lit. *rankū* supõem contração de *-āom* (Meillet, *Introd.*, 319).

O indo-irânico apresenta inovação: sanscr. *senānām*, de *senā* exército. No itálico, bem como no grego, a inovação consistiu em introduzir a desinência **-s-ōm* dos pronomes (donde *-āsōm*. Daqui o grego *-āων*, que se encontra em Homero. No jônico regularmente *-εων* por *-ηων* (1) e no ático por contração *-ōν*. No dórico, no tessálio e no beócio *-āν*. No itálico temos osco *egmazum*, umbr. *pracatarum* (com rotacisimo) e lat. *terrarium*.

Nos poetas, em nomes cujo segundo elemento é *-gena*, *-cola* e em alguns patronímicos gregos em *-ades*, *-ides*, o gen. termina em *-um* (Vg. Aeneadum).

Talvez se trate de uma criação analógica, influência dos temas em *-o*. Pedersen, porém, vê neste gen. em *-um* de nomes compostos (vg. *terrigenum*) sobrevivência de um uso próprio da língua original. Observa êle que temas em *-ā* (com alternância vocálica) servem muitas vezes no I. E. de segundo elemento de composição. O gen. plur. latino referido seria, na opinião do eminente lingüista, um vestígio da desinência *-um* juntada a uma forma reduzida do tema.

A respeito dos temas em *-ē* (5.^a declinação latina) basta lembrar que só dois nomes têm o gen. plur. na língua clássica: *rerum* e *dierum*. Mais alguns aparecem na língua arcaica, vg. *facierum*, *sorderum* e poucos outros (2). Este gen. é analógico evidentemente do da primeira declinação.

NOMES TEMATICOS — A desinência é a mesma dos atemáticos no I. E., mas mesmo aqui, onde era de esperar *-ōm* pela contração com a vogal temática, não se pode estabelecer com segurança a quantidade. Temos ved. *caráthām* (Whitney, *Sanskrit. Gramm.* pg. 115) gr. *λόγων*, eslavo lit. *vlūkū* (luporum), lit. *vyrū* (virorum), irl. *fern-* (id.), nas inscrições ogâmicas ainda *maqa filiorum* (Lewis e Pedersen, pg. 167), got. *dagē* (com *ē* já assinalado nos atemáticos), osco *zicolom* dierum, umbr. *pihacolorum*.

Em latim, pelo paralelismo já existente entre as duas primeiras declinações, criou-se *-ōrum* para o gen. plur. como já

(1) *α* passa a *η* no jônico.

(2) *boverum* De Agr. 62 (Catão).

havia *-ārum* na 1.^a. Enquanto *-ōrum* é apenas latino, *-ārum* tem a sua origem no itálico comum.

Tanto as inscrições arcaicas como os textos são unânimes em revelar-nos uma inovação recente. Naquelas temos ainda *-om*, muito comumente *-o* pela pronúncia fraca do *-m*. Assim *Romanom* em 1 asse de 5 libras, anterior a 264 A. C. (*Rec.* pg. 10), *Suezano* em uma moeda de bronze de *Suessa*, *Cozano* em outra moeda de *Cora* (*Rec.* pg. 11). Em um epitáfio de L. Cornélio Cipião está *viro* ao lado de *duonoro* (*honorum*).

Nos textos de autores arcaicos registamos: *inimicum* (Plauto, *Asin.* 280), *verbum paucum* (Ennio, *Rec.* pg. 159), *somnium* (*Rec.* 175). Um exemplo interessante de Pacúvio:

“Cives, antiqui amici maiorum meum,
Consilium socii, augurium atque extum interpretes,
Postquam, prodigium horriferrum, portentum pavos” (*Rec.* 198).

Na época clássica se limita muito o seu uso; encontra-se sobretudo na poesia. Na Eneida encontramos em cem versos do primeiro canto: *superum* (v. 4), *deum* (v. 9), *Argivum* (v. 40), *divum* (v. 65), *virum* (v. 87). Na prosa *-um* se emprega especialmente em termos da linguagem técnica como: a) nomes de pesos, medidas, moedas, etc.: *nummus*, *sestertius*, *denarius*, *modius*, *medimnus*, *nundinum*; b) numerais distributivos e às vezes outros: *bini*, *terni*, *seni*, *septeni*, *deni*, *centeni*, *ducenti*, etc. (também admitem *-orum*); c) alguns outros termos como: *socii*, *faber* (na expressão *praefectus fabrum*), *duumviri*, *triumviri*, etc..

II — PRONOMES

Os pronomes apresentam uma forma especial para o singular e para o plural. Começemos pelo:

GENITIVO SINGULAR

No I. E. a desinência era **-syo* ou **-so* para o masc. e n., que se manteve no sanscr. *ta-sya*, gr. hom. *ioio*, got. *this* < *te-so), etc.. O fem. tem **-e-syās* ou **-e-sās* em algumas línguas (vg. sanscr. *ta-syāh*, got. *thi-zōs*).

No itálico o único vestígio da primeira forma se tem em um substantivo do falisco, *Kaisio-sio*. No osco e no umbr. surgiram formas novas, segundo nos permitem julgar os poucos documentos sobreviventes.

No osco temos *izic* (is), gen. *eiseis*, *pis* (quis), gen. *pieis-um*: umbr. *ere(k)* is, gen. *erer*, *erer(ek)*. O latim apresenta *-ius* (*yus* depois de vogal). Assim *cuius* (arc. *quoius*), *huius*, *eius*, *istius*, *illius*, *ipsius*, *alius*, *alterius*, *utrius* e mesmo *totius ullius*, e *solius*.

Qual a origem desta desinência? Várias teorias têm sido propostas. Mencionamos aqui algumas:

1) *quoius* seria na origem um adj. possessivo encontrado no osco *puiiu* e no lat. *cuius-a-um*, especialmente na lingua arcaica. Passando a servir de gen., criaram-se analogicamente *hoius*, *eius*, etc. A teoria teve entre seus defensores Brugmann, Solmsen e modernamente é ainda a de Buck, que explica *illius* e formas semelhantes de um antigo *illī* a que se juntou *-us* por analogia (*Compar. Grammar*, pg. 222) (1).

Interessante nos parece a última sugestão de Buck, mas no seu todo a teoria apresenta dificuldades. A principal é esta: o osco apresenta um gen. *puiieh* (gen. de *pui*) perfeitamente paralelo ao lat. *quoius*, se *h* está por *-s*, como mostra o mesmo Buck. Pois bem, diante desta forma, o A. é obrigado a outra hipótese: a de que se trata não mais do adj. possessivo no nom., mas que o gen. do possessivo substituiu o do pronome. Entendemos que qualquer teoria deve explicar o osco e o latim pelo mesmo processo.

2) Sommer e Wackernagel prendem-na a **-o-syo*, **e-syo*, i. e., ao tipo comum do gen. dos demonstrativos indo-europeus. *Quoius* e *eius* viriam de **q^wosyo* e **esyo*, admitindo-se *-sy > ii* como freqüentemente *cons. + y*. Dai teríamos **quoiio* e **eiio*. O *-s* seria analógico dos nomes atemáticos: *quoius* e *eius*. Depois por extensão analógica: *illius*, etc. A teoria exposta como a damos encontra-se em Stolz-Schmalz, pg. 289 e é citada com aprovação (2).

(1) Cf. Stolz-Schmalz, pg. 289.

(2) "Wenn diese Erklärung richtig ist (und sie hat alle innere Wahrscheinlichkeit für sich), dann ist also inl. *-sy*-zu lat. *-yy-* geschrieben als zwischenvokal *-i-*, geworden" (pg. 290).

A hipótese do *-s* juntado a uma desinência anômala é perfeitamente razoável. A existência de *s* antes do *i* explicaria a conservação dêste entre vogais, mas aí está a primeira dificuldade: não há prova de que *-sy-* tenha tido o mesmo tratamento que *-dy-* ou *-gy-*. Demais, a teoria não leva em conta o osco *puiieh*.

Reconhecendo a dificuldade do problema, arriscamo-nos a apresentar uma tentativa de solução. Antes de mais nada, aceitamos a decomposição da desinência em um elemento *-ī-* cuja origem abaixo discutiremos, mais *-os*, que é a desinência dos nomes atemáticos com vocalismo *-o* (1).

Segundo entendemos, são os seguintes os fatores que nos fornecem a solução do problema:

a) o gen. itálico, como o céltico, devia ser em *-ī* na maior parte dos pronomes, pois estavam êles em relação mais íntima com os nomes temáticos desde o I. E. Quanto ao céltico não há lugar para dúvidas. No irl. ant. o gen. de *in* (artigo def.) é *ind*. com queda de *ī* final. Lewis e Pedersen (pg. 226) dão como étimo do irl. *coich* (gen. de *cia*, *cíd* quis?) uma forma **k^wok^wī*. Existem indícios de que também o latim conheceu êste gen. Em autores arcaicos se encontram *ulli* e *utrique* (Plauto), *nulli* (Terêncio), *soli* (Catão), *alii* (Varrão), *isti*, *illi*, *quoivismodi*, *cuicui modi*, etc.. Um exemplo de Plauto temos na expressão: “malus, bonus quoivismodi” (*Bacchid.*, 400).

Ernout cita algumas destas formas, observando: “On trouve aussi chez les auteurs archaïques une forme enclitique *illī*, *istī* dans des expressions adverbiales: *istimodi*, *isti* représente ici *istius* prononcé dissyllabique, devenu par suite de la chute de la voyelle finale *istī(u)s modi*, puis devant consonne; avec perte de *-s*, *istī-modī*” (*Morphol.*, pg. 131). Apesar da explicação sugerida por Ernout, preferimos considerar *isti*, etc., como sobrevivência de um gen. primitivo, pois o emprêgo dêle não se limita absolutamente à circunstância suposta pelo lingüista francês, isto é, quando o pronome é enclítico ou quando o *s* do gen. está seguido de sonora.

(1) É esta a interpretação de Meillet e Vendryes, *Gramm. Comp.*, pg. 408, de Ernout, *Morphol.*, pg. 149 e Lindsay, *Lat. Gramm.* pg. 89).

O gen. de *quī* (quoi) seria *quōī* (1) (cf. os exemplos acima citados de *quōivīs* e *cuicuimodī*) talvez *quōī*, admitindo-se que o gen. foi construído sobre o nom. *quoi* por se ter perdido a consciência de que *i* era uma partícula epítitica separável (cf. a declinação de *ipse*, em que a princípio *-pse* era partícula invariável juntada ao pronome. Assim na língua arcaica ainda aparece: *eumpse*, *eapse*, *eampse*, etc.

b) Alguns pronomes eram temas em *i* e possuíam declinação própria. Dêstes o mais importante era *quis quid*, o qual teve durante muito tempo todos os casos, embora mais tarde se confundisse com o tema *quo*. Além de *quem* (ac. masc.), abl. *quī*, dat. e abl. plural *quibus* há traços de outros casos, vg. nom. ac. plur. neutro *quia* (transformado em conjunção), nom. plur. masc. *ques* (cf. “ques sunt is”, Pacúvio, *Rec.* pg. 201). Certamente existiu também um gen. sing. *quius* como no osco havia *pieis-um*, gen. de *pis*. Esta forma *quius* se encontra várias vezes em inscrições e autores arcaicos, mas geralmente se procura explicar como variante de *quōius*. Não vemos razão para êste recurso, quando a existência de um gen. do tema em *i*, *quis*, é hipótese naturalíssima e confirmada pelo osco. Em muitos passos da poesia arcaica, onde *quōius* é monossílabo, não se teria de fato o velho *quius*?

c) Embora o latim empregasse o tema *quo* como relativo e o tema *qui* como interrogativo indefinido, os dois se foram confundindo em vários casos, de modo que o que temos historicamente é o uso, ora de um, ora de outro tema, em qualquer das duas funções. Esta confusão podia facilmente dar lugar a uma criação de *quōi-os*, por influência de **quios*, isto é, um gen. em que se acrescentou uma nova desinência à antiga. Esta acumulação não é rara (cf. em latim um gen. *tīs* do pronome pessoal *tu*, no qual se juntou um *s* à desinência primitiva do caso). No pronome que estamos considerando a adição era natural e necessária, porque a desinência antiga devia ser estranha e inexpressiva (o nom. era *quoi* e o dat. *quo(i)ei*). O gen. se distinguia mal do nom., pois, como atrás se disse, a partícula *-ī* se unira inteiramente ao pronome e assim se tinha nom. *quoi* e gen. *quōī*. Por outra parte convém frisar que *quōius* correspondia melhor a **quius* do que o velho gen. *quōī*, se se admitir ao lado do dat. *quo(i)ei* um outro **quiei* do tema *qui-* (cf. osco *piei*). Esta teoria explica igualmente

(1) Pode objetar-se que a conservação do *o* não é natural, mas o mesmo *o* aparece de modo estranho no dat. *quoei*.

o osco *puiēh*. É provável que o mesmo gen. em *-ī* do latim fosse também conhecido, a princípio, nos outros dialetos itálicos, sendo eliminado depois por outra desinência. É este gen. que teríamos em **pui(i)ī*. Depois, exatamente como em latim, o osco teria acrescentado a desinência *-es*, ou antes *-eis*, pois que o osco deu larga extensão a esta desinência.

d) O último passo seria a generalização da desinência a outros pronomes, donde *istī-us*, *illī-us*, etc..

A vogal longa desenvolveu provavelmente uma semivogal, de onde **istīos*, **illīos* (1). Em **quoiōs*, como nos outros casos em que *ī* estava precedido de vogal, o *ī* se abreviou formando ditongo com ela, e passou também a semivogal, dando **quoiōs*. Na época arcaica, até o século I A. C., se encontram regularmente *quoiūs* e *hoiūs*, que passam desde então a *cuiūs* e *huiūs*.

A respeito do *-ī* de *istīus*, *illīus* (formas em que *ī* está precedido de consoante), Meillet e Vendryes explicam a sua conservação pelo desenvolvimento da semivogal acima referida. A longa é dos poetas mais antigos, porém, desde Lucílio, se torna sempre mais comum a breve. Em Lucrecio têm-se *nullīus* (I, 959), *illīus* (I, 672), etc., mas *totīus* (I, 983 e II, 89), *nullīus* (I, 925), *alterīus* (2) (II, 2 e 84).

Em Ovídio ainda aparece *ī* com freqüência, vg. nos versos:

"Cum subit illīus tristissima noctis imago"
(*Tristes*, I, 3, 1).

"Temporis illīus colui fovique poetas"
(*Tristes*, IV, 10, 41).

Mesmo em Vergílio, embora domine a breve, ainda temos:

"navibus (infandum!) amissis unīus ob iram"
(*Eneida*, I, 251).

Na prosa o *ī* continuava longo, segundo a informação explícita de Quintiliano "longa corripitur, ut *Unius ob noxam et furias; extra carmen non deprehendas; sed nec in carmine vitia ducenda sunt*". (I. cap. 5).

(1) Hipótese de Meillet e Vendryes, *Gramm. Comp.*, pg. 117, para explicar a conservação da longa.

(2) *Alterīus* não pode aparecer no hexâmetro.

GENITIVO PLURAL

Não apresenta problemas especiais. No I. E. a desinência *-om*, já encontrada nos nomes, vinha sempre precedida de um elemento *-is-* no masc. e no neutro e de *-s-* no fem. Daí **-isom*, como se vê no sanscr. *tesām*, eslavo lit. *techū* (cf. russo *tiéch*), got. *thizē* (com modificação analógica da vogal, mas nos adjetivos ainda *-aizē*: *blindáizē* (1)). Mesmo o hitita apresenta aqui **-som*, se bem que com anteposição de um elemento novo: *kenzan* (kas=êste). No fem. citamos: sanscr. *tāsām*, gr. *τάων*, (at. *τῶν* e dor. *τᾶν*).

Às vezes o pronome recebe desinências nominais, como se verifica no lit. *tū*, gen. plur. masc. e fem. de *tas* êste, ou no gr. *ἐκείνων*, de *ἐκεῖνος*.

No itálico e, portanto, no latim, o gen. fem. se mantém: osco *eizazunc*, lat. *istarum*. O masc. **-o-isom* apresentava um aspeto anormal e por isto sofreu transformação. O elemento predesinencial passa a *-ō* como nos substantivos e em paralelismo perfeito com o gen. fem. Daí **-ōsum* que no latim dá *-ōrum* (istorum).

PRONOMES PESSOAIS — Encerramos o estudo da morfologia do gen. com uma ligeira nota sôbre estas. Para o singular Meillet dá: primeira pessoa **mene* (avest. *mana*, lit. *mané*); segunda pessoa **tewe* (sanscr. *tava*, lit. *tavé*). Com muita frequência se encontram inovações, vg. no grego *ἐμεῖο*, at. *ἐμοῖ*.

Do osco e do umbr. não possuímos nenhuma documentação. Quanto ao latim, emprega as formas do possessivo como pronomes: *mei*, *tui*, *sui*.

No plural não há uniformidade que permita reconstrução segura do original. Cf. sanscr. *asmākam*, gr. *ἡμῶν*, eslavo lit. *nasū* etc. O latim também aqui recorreu ao gen. dos possessivos: *nostrī* e *vestrī* (ou *nostrum* e *vestrum*. (2))

A língua original tinha formas enclíticas que serviam para vários casos, especialmente um sing. **moi* e **toi* para o gen. e o dat. (sanscr. *me* e *te*, gr. *μοι* e *τοί*). Estas formas se conservam em latim, mas com a adição de *-s-*: *mīs* e *tīs* (cf. Plauto, *Cistel.*, 459: “neque *tīs* misereri decet”).

(1) No germânico os adjetivos tomam desinências nominais ou pronominais (êstes são os adj. fortes).

(2) Na língua arcaica também *nostrorum* e *vostrorum*.

S I N T A X E

(AS ORIGENS)

Propomo-nos discutir nesta parte o assunto principal de nossa tese: qual a função original do gen. I. E.? É possível derivar tôda a variedade que o latim apresenta de uma função central e fundamental? Comumente se admitem para o nosso caso duas funções primárias, mas irreduzíveis: a de *partitivo* ou *adverbal* e a de *adnominal*.

Delbrück, no *Grundriss*, v. III, pg. 186, julga impossível estabelecer qual das duas seja a mais antiga. Brugmann declara que é impossível determinar os sentidos originais dêste caso ou mesmo fixar o desenvolvimento histórico de suas diversas aplicações desde o indo-europeu comum (ver KVG, pg. 435) (1). Meillet, o mestre ilustre, afirma: "Le génitif a deux emplois distincts: c'est le cas qui indique le tout dont on prend une partie, et c'est celui auquel se met le complément d'un substantif" (*Introd.*, pg. 345).

A nosso ver é perfeitamente realizável a tentativa de reunir as duas funções, ou antes, derivá-las de uma noção fundamental, se reconhecermos neste caso um abl. primitivo. Um lampejo desta idéia encontramos na *Kurze Vergl. Grammatik* de Brugmann, pg. 435, em uma nota breve, embora o autor não formule uma doutrina definida sobre a matéria (2).

(1) Textualmente: "Bei der Unklarheit des Ursprungs aller Formantien dieses Kasus ist es nicht möglich, die wirkliche Grundbedeutung oder Grundbedeutungen und das entwicklungsgeschichtliche Verhältniss zwischen dem adverbalen und dem adnominalen Gebrauch, die seit uridg. Zeit in einer lebendigeren Beziehung und Wechselwirkung gewesen sind als gewöhnlich angenommen wird, näher zu bestimmen".

(2) Diz êle: "Ebenso bleibt es fraglich, ob nicht in den Fällen wie ai. *padás* die Gen.-Bedeutung aus der Abl.-Bedeutung entstanden ist, womit die Gebrauchsentwicklung von nhd. *von* und von *de* im Roman. zu vergleichen wäre".

Examinemos as razões que justificam a nossa hipótese:

D) O GENITIVO E O ABLATIVO TÊM A MESMA FORMA NO SINGULAR DOS NOMES ATEMÁTICOS. Em ambos os casos a desinência é **-es/*-os*. Este fato torna, só por si, natural a suposição de um parentesco entre os dois casos. Cremos que se trata de uma desinência de ablativo, a qual assumiu depois as funções do gen..

Poderá objetar-se que ao menos em uma declinação nominal e nos pronomes os dois casos se diferenciam. Isto não invalida a hipótese, antes a reforça, pois neste caso não aparece a desinência **-es/*-os*, mas outra que, como antes vimos, deve ser desde a origem verdadeiro genitivo.

Outra objeção possível: a de que no dual e no plur. não se verifica a mesma concordância. Não julgamos decisiva a objeção: a) parece certo que as desinências casuais destes números foram dispostas sob plano diferente do singular, vg. o plural e o dual não tinham forma própria para o voc. e o dual não a tinha também para o acus.; o dat. e o abl. eram iguais, enquanto o instrum. o era a estes dois casos no dual. No dual o gen. e o loc. têm uma forma só no sanscr., enquanto no gr. o gen. e o dat-loc. são iguais. b) Provavelmente tanto as desinências do plural como do dual são criações mais recentes do que as formas casuais do singular. Isto parece evidente em alguns casos pelo menos. Interessante neste sentido é o tratamento fonético que o sanscr., por exemplo, dispensa a certas desinências do dual e do plural. Assim, quando o tema nominal termina em consoante, antes das desinências *-bhyām*, *bhīh*, *-bhyah*, *su* (1), esta sujeita-se às mesmas leis de adaptação fonética verificadas no encontro de duas palavras independentes, vg. *mano-bhyah* (dat., abl. plur.), *mano-bhīh* (instrum. pl.), *mano-bhyām* (dat., abl.-instrum. dual), formas do substantivo de tema em *-s manas* (pensamento), exatamente como *naro bhavati* em lugar de *naras bhavati* (homo est).

Também no grego se tem a impressão de que o sufixo $-\varphi\iota(\nu)$, correspondente ao sanscr. *bhī-*, ainda comum em Homero, apresenta certa independência, com função adverbial um tanto larga, pouco definida, exprimindo mais ou menos indiferentemente o singular e o plur. vg. $\beta\eta\varphi\iota$, $\delta\rho\epsilon\sigma\varphi\nu$, etc.

(1) Estas desinências se chamam por isto *pada* (i. e. *palavra*) e são *bhyām* (dat. abl. instrum. dual), *bhīh* (instrum. pl.), *bhyah* (dat., abl. pl.), *-su* (loc. pl.).

Enquanto há extraordinária concordância de formas no nom, acus., voc. e gen. plur. nos diversos grupos do I. E., os casos dat., abl., instrum. e em parte loc. apresentam duas formas distintas: uma desinência em que entra o elemento *-bh-*, no indo-irânico, armênio, grego, itálico e céltico; outra em que entra *-m-*, no balto-eslavo e no germânico. Ambas exercem funções várias, vg. dat. -abl. -loc. -instrum., o que indica a deficiência de formas para exprimir os vários casos do plural.

O hitita, que apresenta um sistema bastante completo de desinências casuais no singular, no plural só tem três formas: um nom. em *-es*, um acus. em *-us* e um gen. -dat. em *-as*, mas estas mesmas se confundem muito no emprêgo (1). Demais, muito comumente, tanto nos substantivos como nos adjetivos, se usa o singular pelo plural. Talvez nem tudo seja primitivo neste estado em uma língua que apresenta sinais evidentes de inovação, mas o fato de só se poderem traçar as origens I. E. do nom. e acus., enquanto não aparecem formas próprias para a maior parte dos casos, está de acôrdo com a falta de uniformidade nos casos dat. -abl. -instrum. -e loc. dêste número, nas outras línguas da família.

Tudo isto parece-nos justificar a opinião de que o plural tem formas casuais mais recentes do que o singular.

É mesmo possível que o gen.-loc. dual *-os* do sanscr. tenha a sua explicação em um abl. antigo (2) com o mesmo elemento *-s* do sing., pois, se por uma parte o abl. se transforma freqüentemente em gen., por outra, perdendo a idéia de procedência, às vezes se reduz a simples loc. (cf. onde < unde).

Embora admitindo a possibilidade de que na origem também o gen. plur. pudesse ter sido um abl., preferimos nada afirmar sôbre um assunto em que somos obrigados a limitar-nos a simples conjecturas.

TEORIA DA CONVERGÊNCIA DOS DOIS CASOS — (Genitivo e Ablativo). Não queremos concluir êste ponto sem nos

(1) Sôbre esta escassez nota Sturtevant: "These facts, together with etymological considerations, indicate that Hittite inherited only a general plural casé ending in *as, es or us*". (*Compar. Hitt. Gramm.* pg. 162 e 163).

(2) Bollensen. em um estudo sôbre o dual no Rig-Veda, mostrou que ai *-os* exerce função de abl., além das de gen. e loc., enquanto *-bhyâm* serve para o instrum. e o dat. (*Grundriss*, III, pg. 192), o que favorece grandemente a hipótese aventada no texto.

referirmos à hipótese de que na origem o gen. e o abl. dos nomes atemáticos tinham forma própria, acabando por confundir-se foneticamente pela passagem de *-ts* a *-s* no abl.. Encontramo-la exposta na *Comparative Hittite Grammar* de Sturtevant, pg. 172 s: "The abl. s. ends in *z* (*ts*), which is the zero grãde of the IH, and I. E. (1) suffix *tos* (Skt. *mukhatas* = "from the mouth", lat *funditus* = from the bottom, gk *ἐκτός* = outside). In the pre IH final *ts* lost *s* before a word beginning with *s*, and the remainder of the suffix appears in I. E. *o-stem* ablatives (Skt. *devāt*, o-lat. *dōnōd*).

Under other sandhi-conditions final *ts* became *s* in I. E. and this fell together with the original gen. wherever the gen. ended in *s*, i. e. everywhere except in the *o-stems*. IH *ts* remains in Hittite as *z*, and this is the abl. ending even in the original *-o-* stems".

Por esta teoria **-es/*-os* seria de fato apenas resultado da convergência de duas desinências, as quais na origem não tinham nenhuma relação funcional. Em nosso modo de ver, embora seja tentadora, a teoria tropeça em algumas dificuldades sérias:

1) não se percebe claramente por que a distribuição de *t* e *s* no abl. I. E. se fez do modo suposto, aparecendo o primeiro nos temas em *o* e o segundo nos atemáticos, i. e. *t* surge exatamente naquelas palavras que não têm *s* no gen. Parece, portanto, que a razão deve estar em outra parte: há nos nomes temáticos desinências particulares (cf. instr. plur.).

2) A teoria supõe que já no I. E. comum *-ts* tinha passado a *s*. Não cremos que se possa demonstrar tal transformação fonética. O abl. não pode ser aduzido como prova. No nom. sing. temos *-z* no hitita e é natural que represente *-ts* primitivo. Mas até onde podemos entrever o estado I. E. *-ts* ainda não se tinha confundido com *-s*, como se verifica pelo sanscr., onde o nom. sing. dos nomes de tema em dental termina em *t* (vg. *pāt* = pé, cf. lat. *pēs*, *marut* = vento) e pelo avéstico. Neste, *-s* desaparece, enquanto *-ts* se reduz a *-s* (Stolz-Schmalz, pg. 172).

Em latim três fatos comprovam a diferença entre *-ts* e *-s* primitivos: a) *-ts*, tendo passado a *-ss*, por muito tempo ainda fazia posição no verso, como se vê pelo passô de Plauto citado por Niedermann: "milēs impransus astat aes censet dari" (senário jámbico). (2) b) Enquanto *-s* primitivo se omite com freqüência nas inscri-

(1) O A. não considera o hit. I. E., mas supõe uma unidade anterior dêste e do hit. chamada *indo-hitita*.

(2) *Phon. Hist.* pg. 169.

ções, e não faz posição na parte fraca do pé, o -s provindo de -ts se conserva sempre, vg. *miles, novitas* (Stolz-Schmalz, pg. 175). c) A distinção se observa ainda no fato de a vogal que precede -ts primitivo não ter, quando breve, o mesmo tratamento que tem antes de -s. Assim temos *eques* de **equet-s*, mas *legis* de **leg-es*.

Não se pode fazer a mesma distinção em outras línguas, vg. no grego, onde temos *δλότης* como *γένος*. É, contudo, interessante notar que as línguas nas quais se faz a distinção são as que melhor preservam o fim da palavra. O grego conserva poucas consoantes finais. O céltico elimina quase tudo no fim, sendo às vezes difícil reconhecer a forma primitiva. Em outras línguas, como no gótico e no lituânio já não há vestígios de temas em dental, os quais passaram para outras classes ou foram eliminados.

Portanto, até onde se pode verificar, no I. E. -ts não se confundira com -s.

3) A teoria supõe um gen. primitivo diferente do abl. e quer explicar por que os dois casos se tornaram iguais. Se o problema se reduzisse a isto, justificar-se-ia a tentativa. O problema real, porém, para nós é outro. Trata-se de algumas questões sintáticas: à medida que se volta no tempo e se chega às origens, o gen. revela cada vez mais um caráter acentuadamente adverbial, enquanto a função de adnominal, característico essencial do que entendemos por gen., se torna mais dúbia e incerta. Por outra parte esta lacuna é suprida por outros meios de expressão, notadamente a composição e os adjetivos derivados. O hitita não reflete este estado primitivo. Na falta de um estudo completo da sintaxe hitita, demos ao trabalho de examinar todas as frases citadas por Delaporte em sua *Grammaire Hittite* e, até onde nos foi possível, a edição do *Code Hittite* de Hrozny com tradução francesa. Não conseguimos encontrar aí exemplos de gen. que não fossem claramente adnominais. (Exceção será uma frase onde aparece o gen. do adjetivo *sakuwasar* com função adverbial: “*zik sakuwasaras kisan mematti*” (tú, segundo-convém, do modo seguinte dize) (1). Trata-se aí de verdadeiro advérbio, o que concorda perfeitamente com nossa hipótese de um abl. primitivo. Esta redução do gen. a adnominal está de acordo com a escassez de nomes compostos nesta língua. Sturtevant observa: “Noun compounds in Hittite are few and mostly of secondary origin” (*op. cit.* pg. 144).

(1) Delaporte, *op. cit.*, pg. 27.

Conclusão: o hitita não representa fielmente o estado primitivo e não deve servir de ponto de partida para a solução do problema. Tôda tentativa de resolvê-lo deve levar em conta as características das outras línguas mais antigas da família no emprêgo do gen..

4) A hipótese de Sturtevant alicerça-se em uma doutrina controversa, a de que o hitita não é propriamente um ramo dentro da unidade indo-européia, mas antes membro de uma família, que abrange tanto o I. E. como o hitita, família a que chama I. E.-Hitita. (1) De acôrdo com isto admite que a concordância desta língua com o I. E. representa de fato um estado pre-I. E. Ora se o hitita conservou traços arcaicos, vg. voz médio-passiva em *-r*, desinência em *-er* da terceira p. plural do perfeito, gênero animado único, etc., tais particularidades se explicam bem pela fecunda hipótese das línguas marginais exposta por Meillet. Ao lado destes arcaísmos, o hitita deixa a impressão de inovações numerosas, de perdas freqüentes, de confusão de elementos diversos, o que era natural se verificasse em um ambiente de cultura avançada e de línguas estruturalmente muito diferentes como aquele que os invasores indo-europeus encontraram na Anatólia e no qual criaram a sua civilização. A uniformidade quase perfeita da declinação hitita deve ser inovação. O gen. em *-as* e o abl. em *az*, o instr. em *-et* (ou *-it*) são de tôdas as declinações, enquanto em outras línguas indo-européias algumas destas formas pertencem apenas aos nomes temáticos (vg. *-ed* nos advérbios latinos), outras só aos atemáticos. O emprêgo dos casos no hitita apresenta grande sincretismo, de modo que às vezes com dificuldade se determinam as funções próprias de cada um.

Concluimos também aqui que se deve receber com desconfiança a idéia de que a diferença entre o gen. e abl. hitita representa um estado pre-indo-europeu.

Queremos encerrar a discussão sobre esta teoria, expondo nosso ponto de vista sobre o abl. hitita em *-az*.

O sufixo *-tos*, encontrado como suf. adverbial em várias línguas (cf. sanscr. *tatas* daqui, *itás*, *átas*, *yátas*, *kútas*, gr. *ἐπίτος* e *ἐκτός*

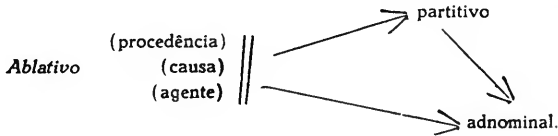
(1) Ver também sobre esta tese Buck. *Comp. Gramm.*, pg. 15. Depois de termos estudado o assunto mais detidamente em Yale com o prof. Götze, temos dúvidas sobre o valor do argumento. Cremos, porém, que o caráter inovador do hitita apontado aqui justifica a suspeita de que não apresenta o estado primitivo da declinação I. E. ou I. H..

lat. *intus, subtus, funditus*), é na origem essencialmente abl. em sua função. Whitney, *Sanskr. Gramm.*, 403 e 404, observa que êle não só exprime procedência, mas serve para exercer qualquer função do abl. Em latim a significação primitiva de procedência ainda é sensível em frases como: “*intus pateram proferto foras*” (Plauto, *Amphitr.* 770); “*intus exit*” (id. *Asin.* 585).

Qual a origem do sufixo? Meillet o decompôs em *-t-os* há muitos anos (1) e ainda recentemente Gray, em *Found. of Language*, pgs. 191 e 198. Êste supõe que ao *-t* do abl. se juntou *-os* do gen. Consideramos natural a hipótese, mas acrescentando que êste *-os* tem aí a função primitiva de abl.. Vemos em *-tos* uma sobreposição de desinências, fenômeno encontrado no domínio do I. E.. Basta lembrar o lat. arcaico *tis* já estudado ou formas gregas como *ολκόνδε*, com adição de partícula. Demais não vemos como se teria juntado *-os* a um abl. para reforçar a idéia de procedência, se *-os* exprimisse um gen., enquanto a adição se compreende, se êste elemento tinha por função indicar procedência.

Que o mesmo sufixo tivesse um vocalismo zero ao lado do vocalismo *o* é muito natural. Teria êle a forma *-ts*, que passava a *-z* no hitita, estendendo-se nesta língua a tôdas as declinações. O mesmo sufixo com vocalismo zero poderá estar no sufixo adverbial grego *-ως*. Seria esta a nosso ver a melhor solução do problema ainda discutido da origem do *-ς*.

II) A EVOLUÇÃO SEMANTICA DE UM ABLATIVO PARA GENITIVO É PSICOLÓGICAMENTE NATURAL — Examinemos a possibilidade de semelhante evolução, tendo em mente as duas funções básicas do gen. como geralmente se estuda: a de *partitivo* e a de *adnominal*. O ablativo enuncia procedência e é essencialmente adverbial em seu emprêgo. A transformação dêste em gen. pode dar-se pelo processo indicado no esquema seguinte:



(1) Citado por Stolz-Schmalz, pg. 300 e Schwyzer, *Griech. Gramm.* 630.

Começemos pelo partitivo. A passagem da idéia de origem para a de parte é um dos fatos mais comuns na evolução das línguas. Quando dizemos “qual de nós”, “um deles”, “parte do exército”, “eles comeram do pão” designamos um todo do qual *separamos* uma parte, isto é, consideramos a fonte de que deriva esta parte. Dai encontrarmos por tôda a parte preposições de procedência usadas para exprimir o partitivo. Lembramos o lat. “unus e nobis” ou o sanscr. *tebhya ekam* (um deles), aqui simples ablativo com função de partitivo.

A facilidade com que tais preposições servem de exprimir o partitivo pode observar-se tomando uma expressão hebraica da Bíblia e acompanhando-a em diferentes traduções. A frase hebraica é “mîpprî êtz hag-gân nôkhêl” (*mîp* = *mîn*, prep. que exprime procedência). A Septuaginta traduz *ἀπὸ καρποῦ ξύλων... φαγόμεθα*; a Vulgata: “de fructu lignorum... vescimur”; Lutero: “Wir essen *von* den Früchten der Bäume”; a versão inglesa do Rei Tiago: “We may eat of (1) the fruit of the trees” e o padre P. de Figueiredo: “nós comemos *do* fruto das árvores”.

Passemos ao gen. adnominal. Este pode parecer mais afastado do abl. no seu emprêgo, mas mesmo aqui a evolução é espontânea, fácil de operar-se. Vamos examinar apenas alguns tipos fundamentais. Alguns autores colocam junto do partitivo o gen. de espécie “mons auri”, “poculum lactis”. De fato existe tão íntima relação entre ambos, que às vezes é difícil separá-los. Nada há, pois, de estranho em que o gen. de espécie tenha provindo daquele: comparem-se as duas expressões “pars auri” e “multum auri”, a primeira analisada como partitivo e a segunda como gen. de espécie, e se verá bem como se podia dar facilmente a passagem de um para outro.

O gen. *subjetivo* exprime, junto de um substantivo, o autor de uma ação ou sentimento.

Delbrück, no *Grundriss*, III, 334, crê poder tirá-lo do gen. de posse, passando-se da expressão “a asa da ave” para “o vôo da ave”. Tal transformação semântica é perfeitamente natural, mas, sendo o gen. I. E. sobretudo adverbial, como hoje se admite, cremos que muito espontaneamente o gen. *subjetivo* poderia ter-se derivado de um abl.

Para melhor se compreender esta extensão do abl. é necessário lembrar um traço característico da sintaxe I. E. apontado

(1) *of*, da mesma origem que o latim *ab*, exprime na origem um ablativo.

por Meillet: “Chaque mot a la forme que demande le sens à exprimer, non une forme commandée par un autre mot de la phrase: il n’y avait pas en indo-européen de *rection* d’un mot par un autre, comme il y en a en latin par exemple: *l’autonomie du mot est le principe qui commande la structure de la phrase indo-européenne*”. (*Introduction*, pg. 359). Na página 358 da mesma obra observa o mestre: “Le cas auquel sont mis les compléments ne dépend pas du verbe, mais *seulement du sens à exprimer*”.

Em conseqüência dêste principio o caso I. E. não está necessariamente ligado a um verbo ou a um *substantivo*. O ac., por exemplo, indicava o *objeto* de uma ação, o *alvo* de um movimento, quer êstes se exprimissem por um verbo ou por um nome. Vestígios desta liberdade antiga se rastreiam ainda em línguas tão evoluídas como o latim, vg. em César, *De B. Gal.*, I. 5: “*domum reditionis spe sublata*”.

Ora, entre as funções normais de um abl. está a de exprimir agente com um verbo ou participio passivo e, em uma época em que os limites entre o verbo e o substantivo não se definiam tão claramente, devia também juntar-se com muita facilidade a um substantivo de ação ou sentimento. O que importava aí era a idéia de *agente* e não a palavra com que ela se ligava. Leiam-se expressões como “*litterae fratris*”, “*oratio Ciceronis*” ou como o sanscr. “*çaranam prati devānām*” (*Nala* V, çl. 15, em *Sanskrit Reader*, pag. 13) = *à proteção dos deuses*, para ver como a idéia de *procedência* ou *fonte* ainda é sensível no gen. subjetivo.

Quanto ao gen. *objetivo*, onde é menos perceptível a evolução semântica, muitos substantivos existem, junto dos quais o gen. ainda permite a noção de origem ou causa. Tal se verifica em “*metus hostium*” i. e. *medo inspirado pelos inimigos* ou «*ἡρώων . . . νεμέσεων*» (Il. VI, 335 = por ressentimentos dos troianos, i. e. *contra os troianos*, ou na frase de Vergílio: “*tantane vos generis tenuit fiducia vestri*” (*En.* I, 132) em que *fiducia generis vestri* significa “*confiança que provém de vossa origem*”.

Creemos, porém, que o gen. objetivo podia ter a sua origem sobretudo em um *gen. de respeito*, adverbial a principio, o qual se devia ter desenvolvido de um abl. de procedência, exatamente do mesmo modo como a preposição *de* em latim tomou esta função. Também em latim *de*, que é normalmente adverbial, passa a ser usado com substantivos verbais em frases como: “*de ea re iuridictio . . . esto*” (*Lex Agraria, Arch. Inscript.*, pg. 398), “*Sunt autem optima curae de salute patriae*” (*Cic. Sonho de Cip.*, 16). Enfra-

quecendo-se o valor primitivo do *de*, chegamos nestes exemplos facilmente a um simples gen. objetivo. Ao lat. *cura de salute* corresponde, pela origem, o nosso "cuidado da saúde". Admitindo-se a mesma origem para o gen. objetivo, temos primeiro um abl. que passa depois a complemento de respeito e êste, unido a um substantivo, reduz-se a simples complemento objetivo. O gen. de posse, ou para dar-lhe um sentido mais lato, o gen. de *pertença*, é a função mais rica e variada do gen. adnominal, porque abrange um número quase infinito de relações entre os substantivos.

Já mostramos como podia um abl. transformar-se em partitivo, transformação de fato admitida por todos. Vejamos agora como o partitivo devia acabar em simples possessivo. De expressões como *pars hominum*, *pars plebis* se chega naturalmente a *pars urbis* ou *pars domus*. *Pars* é um substantivo e o gen. indica uma relação entre êle e outro substantivo. Por analogia e com muita facilidade outros substantivos que designavam parte de um todo, poderiam empregar-se em lugar de *pars*, vg. *aedes urbis*, *viae urbis*, *tectum domus*. Embora êstes substantivos designem *parte*, tal idéia vai-se obliterando e dá lugar a uma outra, a de *pertença* ou *posse*. Suponhamos que se trate, não de um objeto material, mas, sim, de uma pessoa. Expressões como "manus viri", "caput pueri", onde à idéia de parte do corpo se une naturalmente a de posse, sugerem outras como "toga viri", "libri pueri" em que se nomeiam objetos externos pertencentes à pessoa e, por fim, continuando a mesma progressão e cada vez mais longe da noção primitiva de parte, chegamos aos substantivos abstratos em expressões como "virtus civis", "pulchritudo puellae" e mesmo "amor patris" (gen. subjetivo) (1).

Em alguns casos êste gen. se deriva certamente, de um modo mais direto, do abl. primitivo, vg. em *filius regis*.

(1) A passagem de "manus Petri", para "domus Petri" pode explicar-se por uma página de W. James: "Cependant, au sens le plus large du mot le moi enveloppe tout ce qu'un homme peut appeler sien, non seulement son corps et ses facultés psychiques, mais encore ses vêtements, sa maison, sa femme et ses enfants, ses ancêtres et ses amis, sa réputation et ses oeuvres, ses champs et ses chevaux, son yacht et son compte de banque. Tous ces objets lui donnent les mêmes émotions, sinon les mêmes degrés de ces émotions: il exulte quand ils prospèrent, il s'abat quand ils périlicent et meurent". Êste sentimento de que os objetos que nos pertencem são partes do nosso eu devia ser ainda mais natural ao homem semi-civilizado e mostra bem como se desenvolveria um partitivo, chegando a gen. de posse.

(Nota. A citação acha-se no *Précis de Psych.*, pg. 228).

Terminamos estas considerações sobre o gen. adnominal com alguns exemplos de frases, nas quais se percebe ainda a noção de *causa ou origem*: “abstergere senectutis molestias” (Cic. *De Sen.* I, 2) i. e. molestias que provêm da velhice; “mercedem exigit caritatis” (id. *De Am.* XXI, 80), “iniuria retentorum equitum” (Ces. *De B. Gal.* 2, 10); “ob iram interfecti domini” (T. Liv. 21, 2). Cf. a frase da *Iliada*: «ὡὶ ἀρούρης καρπὸν ἔδουσι», VI, 142.

Dêstes casos numerosos, onde o gen. encerrava mais ou menos nítida a noção de procedência, foi-se estendendo e ao mesmo tempo esvaziando-se sempre mais da significação primitiva, até acabar por exprimir uma variedade infinita de relações.

III) A PASSAGEM DE ABLATIVO A GENITIVO DÁ-SE FREQUENTEMENTE. Verifica-se isto em grande número de línguas. Temos neste fato a confirmação histórica de que tal mudança é natural.

a) As línguas românicas eliminaram o gen. do latim, recorrendo à prep. *de* para substituí-lo. Ora, *de* era a prep. mais empregada para indicar origem no falar do povo, onde *ab* e *ex* se tornaram obsoletas pouco a pouco.

Em francês *de* não é o único exemplo desta evolução. O pronome *en* tem seu étimo no advérbio latino *inde* (daí). Toma êle primeiro significação de partitivo “j’en ai mangé”, mas acaba servindo igualmente de simples possessivo, pelo menos quando o possuidor não é nome de pessoa, nem sujeito da oração em que se enuncia a coisa possuída. “Ce plan n’est pas encore le style, mais il *en* est la base” (1).

Ainda na mesma língua temos *dont* do lat. *de unde*. Outra vez se trata de um advérbio de procedência. Conserva ainda a mesma significação em francês, mas serve também para indicar um partitivo e até um simples adnominal como na frase: “je chante les héros dont Ésope est le père (La Fontaine, *intr.*)”.

b) Exemplos semelhantes encontramos no céltico. No irlandês a prep. *di* (equivalente do lat. *de*) se emprega de preferência como partitivo ou complemento de espécie (2). Nos dialetos britônicos, que perderam toda flexão casual, o gen. foi substituído por prep. de abl., o que se vê pelos exemplos dados por Lewis

(1) Fl. Brito, *Gramática Francesa*, pgs. 265 e 266.

(2) Lewis e Pedersen, *Celt. Gramm.*, pg. 165 (cf. pg. 162).

e Pedersen, vg. “drws y pebyll” (a porta da tenda), onde *y* < *di* (galês antigo).

c) Nas línguas germânicas temos o inglês *of* (AS. *aef* e *of*, ant. alt. al. *aba* e *ab* (1), got. *af*) com a mesma origem que o grego *ἀπό*, lat. *ab*, sanscr. *apa*. A significação primitiva de abl. é ainda clara no gótico “atgaggandin imma af fairgunja” (Mat. 8, 1) “descendo êle do monte”. No inglês antigo *of* se emprega frequentemente para indicar procedência, vg. “he reveiced them of him that brought them” (Shakespeare, *Hamlet*, Act. IV, 7). Modernamente ainda se encontram restos dêste emprêgo em alguns verbos (cf. *to rid of*, *to die of*) e sobretudo na forma *off*, como advérbio.

No alemão igual tendência se nota na prep. *von*, a qual se emprega não só como abl. vg. “er kam von Berlin”, mas também se vai usando cada vez mais em lugar do gen: “der König von Bayern”, “die Umgebung von Frankfurt” (2).

d) Outra língua indo-européia moderna perdeu a sua declinação: o persa. As relações casuais se indicam por prep. É, pois, interessante verificar como se exprime nele o antigo gen. Além de um processo semítico chamado “status constructus”, introduzido do árabe, usa-se regularmente a prep. *az*, quer para o partitivo, quer para o possessivo, vg. em frases equivalentes a “um homem dentre os persas” ou “êste jardim é do pai”. Quanto à etimologia, *az* provém do persa antigo *hačā* (avest. *hača*), que se emprega com o abl. para exprimir *ponto de partida* (3).

c) No grego moderno *ἀπό* exerce regularmente a função de partitivo «*κανεῖς ἀπὸ τῶν φίλων*» (nenhum dos amigos) e às vezes a de simples restritivo, vg. *ἤθελε να πάρη οκέδιος ἀπὸ τὸ σπίτι* “êle quis fazer uma planta da casa”. Assim se substitui o gen. plural, que vai rareando, e no norte (Tessália e Macedônia), onde todo o gen. está em vias de desaparecer, é *ἀπὸ* que o substitui (4).

É, portanto, bem longa a lista das línguas I. E., nas quais o mesmo fenômeno se repetiu. Nada há de estranho em que o mesmo se tenha dado na língua-mãe.

(1) No alemão sobrevive ainda como prefixo separável, vg. *abgeben*.

(2) Ver Heyse-Lyon, *Deutsche Gramm.*, pg. 459.

(3) Ver J. T. Platts, *A Grammar of the Persian Language*, pgs. 25, 27, 32 e 113 e ainda Ernout e Meillet, *Dict. Étym.* s. v. *secus*.

(4) Thumb, *Handbuch der Neugriechischen Volkssprache*, pgs. 30 e 97.

IV) FUNÇÕES DE ABLATIVO SOBREVIVEM NA SINTAXE DO GENITIVO — Como já se disse, é tradicional a divisão das funções do gen. em duas fundamentais e irreduzíveis: adverbial e adnominal. O adverbial se considera como partitivo, que teve, segundo se entende, larga aplicação no I. E., servindo para substituir quase todos os outros casos. Meillet, em sua *Introduction*, após mencionar os dois empregos fundamentais do caso, nota: “Le principal emploi du génitif indo-européen était sans doute d’indiquer le tout dont on prend une partie; le génitif ainsi employé sert alors de complément à un mot quelconque, nom ou verbe” (pg. 345). Na *Grammaire Comparée*, escrita pelo mesmo autor em colaboração com Vendryes, se lê: “Comme partitif, le génitif se distinguait de tous les autres cas en ce qu’il pouvait jouer dans la phrase un rôle grammatical quelconque” (pg. 508).

Esta doutrina universal entre os lingüistas modernos, tem levado à tentativa de explicar tôdas as funções adverbiais por uma idéia primitiva de parte. Citemos dois exemplos apenas, Kieckers: em sua *Historische Griechische Grammatik*, vol. III, pg. 33ss, depois de dar a mesma interpretação do gen. adverbial, enumera como partitivos os complementos dos verbos que significam *considerar, tocar, desejar, almejar, atirar, errar o alvo, perceber* (física ou mentalmente), *dominar, provar, participar, encher* e dos verbos afetivos ou judiciais; enfim, todos os complementos verbais em gen. se explicam aí como aplicações do partitivo, i. e., como noções tomadas não como um todo, mas como parte. Outra ilustração temos no “*Système de la Syntaxe Latine*” de Juret. Refêrindo-se aos verbos *pudet, piget, paenitet* e semelhantes, em que o A. considera o gen. como sujeito, diz: “Le sujet se met au génitif en certains cas où le prédicat est affirmé d’une partie du sujet” (pg. 162). No estudo do gen. de crime dá a mesma interpretação: “Le génitif et l’ablatif avec *de* sont employés pour indiquer que l’accusation porte sur un cas particulier du grief général indiqué par le substantif” (pg. 182). À mesma explicação recorre êle para o gen. com os verbos *admoneo, commonefacio, moneo, commoneo*, etc.; e até, ao tratar dos verbos que significam *libertar*, acrescenta a observação: “sans doute parce que ce deuxième objet désigne le domaine auquel appartient cette chose”, (pg. 183).

Em que pesem autoridades tão respeitáveis, a nosso ver é necessário grande esforço para perceber em todos estes complementos verbais a designação de uma parte apenas do objeto.

Há com freqüência neles a noção de procedência, da qual se desenvolvem com admirável espontaneidade muitos dos complementos adverbais. O fato de se ter recorrido ao partitivo para explicar tôdas estas funções é devido à necessidade de achar no gen. uma significação básica, especial, diversa da do ablativo e, mesmo, resulta de uma certa relação existente, entre a noção de *parte* e a de *fonte* ou *origem*, como atrás vimos.

Creemos que é mais razoável distinguir três funções principais do caso: a) *adverbial*, com a noção primitiva de *procedência*, *causa*. Esta função será sobrevivência de uma época em que o gen. era verdadeiro abl., exatamente como o inglês *of*, passando a servir de gen. e eliminado em sua função primitiva por *from*, conserva ainda no uso moderno muitos vestígios de seu emprêgo antigo. b) *Partitivo*, o qual se emprega nos nomes e pronomes tomados como parte. c) *Adnominal restritivo*, usado junto de substantivos e adjetivos, e, às vezes, por extensão analógica, com alguns verbos. Na primeira subdivisão estão ainda bem claros numerosos traços do sentido original do caso.

Examinemos alguns exemplos ilustrativos: em várias das aplicações do suposto partitivo, a hipótese de um abl. original satisfaz muito melhor.

Nas frases “*puDET me huius criminis*”, “*taedet nos horum verborum*”, é difícil perceber onde está o partitivo, porquanto é impossível pretender que os nomes em gen. se devam tomar apenas como parte. Se se diz: “eu me envergonho deste crime”, não há a mínima razão para limitar a idéia a uma parte do crime: quem se envergonha dele, envergonha-se do todo. Ponha-se de parte a preocupação de um partitivo e admita-se que em tais construções se conserva um arcaísmo, isto é, que temos com êstes verbos um velho abl. do qual os romanos já não tinham consciência, e tudo se torna claro.

O gen. de crime se emprega normalmente para indicar o crime pelo qual o réu é condenado ou aquele de que é absolvido. No primeiro caso temos a origem ou causa da pena imposta, no segundo a isenção da mesma. Também aqui o latim consagrou o emprêgo do abl. “*crimine furti mulctatus est*”, por causa da nitidez com que tal idéia se apresenta.

Mesmo com verbos que significam *libertar*, *ter falta* e semelhantes vem às vezes o gen. e tal construção não é particular ao latim: Buck cita um exemplo do úmbrío, embora o classifique

como partitivo. A frase é: “*iuenga peracrio* (gen. plur.) *tursituro*” (= iuencas ex opimis fuganto). Neste exemplo o gen. umbr. *peracrio* corresponde ao abl. *ex opimis*. No sanscr., observa Whitney, emprega-se o gen. com verbos que significam *receber, aprender*, vg. “yo rājnah pratignāti lubdhasya” (que recebe dádivas de um rei ambicioso (1)).

Tratando de verbos latinos como *indigeo* e outros, Riemann, na *Syntaxe*, pg. 123, supõe que o uso do gen. tenha a sua origem em uma confusão entre êle e o abl. em época muito antiga. Sendo tão numerosos os casos em que o gen. parece exercer funções mais próprias daquele, cremos mais racional considerar tal uso primitivo. A mesma conclusão justificam os verbos perceptivos, notadamente os que significam *ouvir*, vg. gr. ἀκούω e sanscr. *çrnoti*

Ambos recebem um complemento pessoal no gen., que é a fonte da percepção. Teremos aí uma formação semelhante à do abl. em “*saepe audivi a maioribus natu*” (Cic. *De Sen.* XIII, 43). No sanscr. encontra-se tanto o abl. como o gen. Assim “*çrnu me*” (gen.) = ouve-me (*Nala*, II, çl. 19), mas “*tac chrutvā... Damayantīsakhī-ganāt* (abl.) = ouvindo isto das amigas de Damayanti” (ib. II, çl. 6). Interessante a êste respeito é a distinção estabelecida por Meillet: “en grec et en védique, le bruit entendu est indiqué à l'accusatif: Δ 455 *δοῦπον ἐν ὄρεσιν ἔκλυε ποιμήν...*, mais la source du bruit au génitif: Δ 357 *τοῦ δ'ἔκλυε πόνια μήτηρ*” (*Introduction*, pg. 346). Tal diferença concorda maravilhosamente com a hipótese de um abl. primitivo, enquanto é estranha como aplicação de uma noção de parte.

Em várias línguas da família I. E. se admite o gen. junto de um participio e às vezes de outras formas nominais passivas, para designar o agente. Em tôdas elas tal uso é raro, sobretudo poético, deixando a impressão de um arcaísmo. Temos no grego: *οἱς ἀλόχου σφαγείς Αἰγύλοδου τε* (morto por tua espôsa e por Egisto (2)), no lit. “*karálius siuostas*” (enviado pelo rei); no sanscr.: “*yathā me Naisadho vrtáh*” (*Nala*, V, çl. 17) = como foi por mim escolhido o filho de Nisadha; “*hantavyo 'smi na te*” (occidendus non sum tibi), *ib.*, I, çl. 20. Este gerundivo também se constrói com o abl.

Poderíamos lembrar ainda o gen. de matéria que aparece em várias línguas indo-européias e certamente foi da língua original.

(1) *Sanskrit. Gramm.* pg. 100.

(2) Goodwin, *Greek Grammar*, pg. 240.

Tal gen. também se explicará melhor partindo da idéia de procedência do que de um partitivo.

Queremos apenas lembrar que o latim, tendo perdido o gen. de matéria, criou novo meio de exprimi-lo, recorrendo ao abl. regido de *de* ou *ex*, vg.: “*pocula ex auro*” (Cic. *De Sign.*, 27), “*fuit... de marmore templum*” (Verg. *En.* IV, 457).

Certo nem sempre é tão fácil rastrear a noção fundamental de procedência no uso adverbial do gen., mas ainda no gen. de tempo, tão comumente citado como partitivo, é possível descobrir um velho abl. (cf. as nossas expressões *de nocte*, *de tarde*, etc.).

NOTA FINAL — Enquanto se pode organizar longa lista de empregos do gen. que se prendem perfeitamente a um abl., já não se dá o mesmo com outros casos, por exemplo, o dat.. As raras funções de loc. e instrum. que se exprimem com o nosso caso, nada apresentam de anormal, pois que do abl. se chega sem dificuldade a estas. Terminamos com uma pergunta: admitindo um partitivo original, não seria estranho que êle tivesse assumido sobretudo significações intimamente ligadas ao abl., enquanto muito raro se encontrava em lugar de outros casos que devia substituir com a mesma espontaneidade?

V) A COMPOSIÇÃO E O ADJETIVO DERIVADO SUBSTITUEM O GENITIVO ADNOMINAL NO INDO-EUROPEU — Eminentes autoridades no terreno da lingüística indo-européia admitem que o gen. I. E. era sobretudo adverbial. Meillet observa na obra já citada: “Le principal emploi du génitif indo-européen était sans doute d’indiquer le tout dont on prend une partie” (pg. 345). É preciso lembrar que o partitivo de Meillet é sobretudo adverbial, ou pelo menos exclui o adnominal restritivo. Mais explícita é a gramática de Stolz-Schmalz. Nela se afirma que o gen. I. E. tinha emprêgo bastante restrito e devia ser bem recente como adnominal (1). Em outro passo da mesma obra se considera o gen. inteiramente adverbial na origem. Do mesmo modo Wackernagel, no já citado artigo dos “*Mélanges Saussure*”, insiste no caráter adverbial e partitivo do caso que estudamos (2).

(1) “Im Idg. hatte der Gen., noch ein verhältnismässig sehr eng begrenztes Gebiet und kam beim Namen erst relativ spät auf” (pg. 387).

(2) “Um so sicherer ist er (Genetivus adverbialis) der Grundsprache im weitesten Umfang zu vindizieren und *darin und im Genetivus partitivus die eigentliche und ursprüngliche* und zur Zeit der Sprachtrennung wol noch durchaus vorwiegende *Funktion der sogen. Genetivformen zu sehen*, (pg. 147).

Esta opinião baseia-se no fato notável de que, quanto mais nos aproximamos do estado primitivo das línguas I. F., mais abundantes e variados se tornam os empregos do gen. adverbial e partitivo, enquanto o adnominal vai escasseando, sendo as relações próprias dêste caso expressas por outros processos sintáticos. Entre estes sobrepõe todos pela importância histórica o da composição nominal.

COMPOSIÇÃO NOMINAL — Consiste essencialmente na juxtaposição de duas palavras ou dois temas em que um serve de complemento restritivo a outro.

Duas línguas antigas conservaram uma grande riqueza e variedade de compostos com funções numerosas: o *sânscrito* e o *grego*. Aqui nos interessam apenas os chamados *determinativos* ou entre estes os *dependentes*, i. e. aqueles nos quais há uma dependência casual entre o primeiro e o segundo elemento. Sobre o sânscr. diz Perry, *Sanskrit Primer*, pg. 137: “the case-relation of the prior to the second member may be of any kind, but is oftenest genitive. and least often accusative”. Um rápido exame dos compostos comprova esta afirmação. Vejamos alguns exemplos: *Virasenasutah* (filho de Virasena) *Manujendrāh* (reis de homens), *Veda-vid* (conhecedor dos Vedas), *mahī-patih* (senhor da terra), *prajā-krāmah* (desejoso de prole), *marottamá* (o melhor dos homens). Temos aí compostos nominais em que o primeiro elemento serve de gen. possessivo, objetivo e até partitivo. Uma curiosa aplicação dos compostos no sânscr. está em formas como *kanyā-ratnam* (jóia de filha, i. e. filha que é uma jóia), *marāçārdūlah* (*tigre de homem*, isto é, homem que tem as qualidades do tigre). Ora, até este uso tão estranho da composição corresponde perfeitamente ao emprêgo do gen. latino, vg. em *monstrum mulieris*.

Damos aqui uma pequena estatística que, embora falha, não deixa de revelar de modo interessante a correlação entre o gen. adnominal e a composição. Contamos no primeiro capítulo do episódio de Nala (64 versos) cerca de 48 compostos nominais, dos quais mais da metade serve para a substituição do genitivo. No mesmo trecho se encontra 21 vezes o gen., sendo 15 com função de restritivo. Este é empregado principalmente nos pronomes, onde êle deve ser adnominal desde a origem (com a desinência *-s-ya*). Por outra parte, em autores latinos, nos quais a composição falta quase inteiramente, o gen. adnominal é muito mais freqüente. Contamo-lo 24 vezes em Vergílio (em 64 versos do canto I da Eneida) e 26 vezes nas primeiras 61 linhas do *Pro Archia* de Cícero, portanto, o dôbro de vezes que no poema sânscrito.

Também no grego a composição é comum e exerce função semelhante, como se vê dos exemplos seguintes: *ἵππο-βότης* criador de cavalos, *οἰκο-δεσπότης* senhor da casa, *σιτο-πώλης* vendedor de trigo, etc. (1)

Se muitas vezes a composição serve de enunciar outras relações casuais além do gen., ainda nisto está de acôrdo com o gen. adnominal, pois, como bem observam Meillet e Vendryes, “Aussi peut-on observer entre le génitif et le nom dont il dépend *tous les rapports de sens possibles*” (*Gramm. Comp.*, pg. 510).

Tal semelhança nos leva à suposição de que na língua original se podia dispensar perfeitamente o caso gen. e que de fato em seu período mais remoto ela não possuía forma especial para êle, mas sim um abl. que pela extensão de seu emprêgo acabou por fazer concorrência à composição (ou a princípio simplesmente *juxtaposição*) até eliminá-la quase de todo em certas regiões do domínio I. E., perdendo assim mais e mais o seu caráter de abl., o qual foi parcialmente substituído por novos morfemas mais vigorosos e expressivos.

O processo de recorrer à simples *juxtaposição* como recurso para exprimir o gen. adnominal não é raro. Vendryes o refere em *Le Langage* (pgs. 92 e 93), citando um exemplo do chinês, onde em *wang tien* (casa do rei) a palavra *wang* (rei) indica o possuidor pela anteposição. Pelo mesmo modo, diz-nos Couto de Magalhães (*Curso de Língua Tupi*, pg. 4), falando da língua mais comum dos nossos selvícolas: “o gen. de possessão se conhece porque a cousa possuída é posposta ao possuidor, como no inglês: casa de Deus, *Tupã roca*”.

Os fatos até aqui estudados, cremos, favorecem a hipótese de que o mesmo sistema pertenceu ao I. E. em seu estado mais antigo.

ADJETIVO DERIVADO — Outra construção existia ainda, que tornava dispensável o emprêgo do gen. adnominal: abundância de adjetivos derivados. Há incontestavelmente íntima relação entre o gen. e o adjetivo, servindo ambos de modificar o substantivo. Delbrück, que primeiro estudou esta semelhança, procura distingui-los, dizendo que o adjetivo se emprega quando se rela-

(1) A composição mantém-se ainda bem viva em várias linguas I. E. atuais, vg. inglês e alemão.

cionam *noções expressas pelos substantivos*, mas não os próprios substantivos (1). Para êle, entretanto, a distinção só é aplicável aos seres inanimados: quando se trata de pessoas há correspondência perfeita entre ambos.

O emprêgo dos adjetivos é mais desenvolvido nas línguas conservadoras, i. e., nas que refletem melhor a construção da língua-mãe. No sanscr. tal uso existe especialmente com adjetivos derivados de nomes próprios, vg. *Pāncālo rājā* (rei dos panchalas). Com freqüência indica filiação: *Aditeyá* (filho de Aditi).

No grego os exemplos se nos deparam sobretudo em Homero e no dialeto eólico e são quase sempre derivados de nomes próprios, embora se encontrem igualmente de nomes comuns. (2) Entre outros registramos: *βίη Ἡρακλήτη* (a força de Hércules), *πηγή Ἀχιλλείου* (a fonte de Aquiles), e até às vezes com um apôsto no gen.: *ἐν δέ τε Γοργείη κεφαλῇ, δεινοῖο πελώρου* (*Iliada*, V, 741). Meillet e Vendryes citam um derivado de nome comum: *ταύρειος φόνος*.

Mesmo em latim não são raros os vestígios de tal construção. Assim temos “*flamen Dialis*”, “*sacerdos Veneria*”, “*fraternum nomen*” etc. (3) Um exemplo de Cícero: “*Domum Rabirianam... emit*” (*Ad Att* I, 6). Podemos lembrar também o emprêgo comum de adjetivos para exprimir a matéria de que um objeto é feito. Assim prefere-se dizer “*argenteum poculum*” a “*poculum ex argenteo*” .

Até no armênio se usa um adjetivo derivado de nome próprio, vg. “*Noyean tapan*” (a arca de Noé) (4).

Onde, porém, mais vivo se mantém o gen. derivado é nas línguas eslavas. Aí se acham muitas vezes lado a lado as duas construções. Segundo Delbrück, o gen. é regularmente usado quando seguido de complemento: “*sin Boga živoga*” (filho do Deus vivo). (5) Fora disto é perfeitamente normal o emprêgo do adjetivo não só no eslavo litúrgico, mas também no sérvio e no russo. No primeiro temos como exemplo: *stado svinoye* (rebanho de porcos), *počitaniye knžinoje* (leitura dos livros — notar que

(1) *Grundriss*, III, 447.

(2) No estudo do adjetivo derivado aproveitamo-nos principalmente do trabalho de Wackernagel já citado.

(3) Juret, *Système*, pgs. 276 e s.

(4) Meillet, *Introd.* pg. 347.

(5) *Grundriss*, III, 443.

está por um gen. objetivo); no russo: *siéstrino plate* (o vestido da irmã) (1).

Havia, portanto, no I. E. abundância de meios para exprimir o complemento restritivo do nome, sem que a língua sentisse necessidade de um caso especial para exprimi-lo.

* * *

Resumindo esta segunda parte de nossa dissertação, temos as seguintes razões que justificam a hipótese da origem ablativa do gen. I. E.:

1) A morfologia do gen., pelo menos no singular, supõe identidade de origem dos dois casos.

2) Psicologicamente a transformação de um ablativo em genitivo é natural.

3) Històricamente a passagem de um caso para outro é bastante comum.

4) Na sintaxe do gen. existem numerosos vestígios de que na origem era um abl..

5) A função do gen. parece tanto menos adnominal, quanto mais nos aproximamos do estado primitivo das línguas I. E.. Ao mesmo tempo se tornam mais comuns os compostos e os adjetivos derivados, que deviam ter exercido as funções daquele.

(1) Sobre o russo ver Fuchs, *Russische Konv. Gramm.*, pgs. 115 e s.

AS FUNÇÕES DO GENITIVO

(CLASSIFICAÇÃO)

Passaremos agora a considerar em rápido esboço as diversas funções exercidas pelo caso, procurando traçar as suas origens no I. E. e acompanhar o seu desenvolvimento genético, tendo em vista sempre a noção fundamental que lhe atribuímos na parte anterior. Naturalmente nem sempre é fácil estabelecer a maneira exata por que um morfema se passou a usar para expressão de uma nova idéia e muito freqüentemente o mesmo resultado se pode obter por caminhos diferentes. A transformação semântica de uma palavra ou de um morfema se dá por associação de idéias e esta se faz com muita liberdade, podendo apresentar sempre resultados imprevistos. Existem, entretanto, certas tendências dominantes na evolução das línguas, que se baseiam em leis do pensamento. Estas tendências justificam nosso esforço de derivar de um abl. as diversas funções que pertencem historicamente ao caso que serve de objeto ao nosso estudo.

De acôrdo com o nosso modo de ver, dividimos êste estudo sintático em três partes:

- 1) *Genitivo adverbial*, no qual reunimos diversas funções caracteristicamente adverbiais e mais intimamente ligadas ao abl. por nós suposto.
- 2) *Genitivo partitivo*, em que a noção de *procedência* se oblitera, desenvolvendo-se a de *parte*.
- 3) *Genitivo adnominal*, o qual indica relações diversas entre dois nomes.

I — GENITIVO ADVERBAL

O genitivo adverbial emprega-se: 1) *com alguns verbos e adjetivos que exprimem privação, falta, necessidade, separação.*

Trata-se de uma função própria do abl. O gen. é raro e o seu uso melhor se compreende como um arcaísmo mantido na língua junto de certos verbos muito usuais, mas ainda nestes sofre a concorrência do caso mais recente e mais expressivo.

Sobre a existência de semelhante emprêgo em outras línguas, pouco se pode afirmar, pois em quase tôdas o gen. e o abl. se confundiram inteiramente. Vestígios devem existir no grego com os adjetivos *χῆρος*, *κενός*, no got. em *frija* (livre), no lit. em *tuščas* (vazio). Mais seguros são os exemplos sânscritos, onde os dois casos são diferentes. Whitney nota: "A genitive, instead of an ablative, is sometimes found used with a verb of receiving of any kind" (*Sanskrit Gramm.*, pg. 100).

No latim o gen. aparece desde os textos mais antigos, embora quase sempre se prefira o abl., exceto no verbo *indigeo*, onde prevalece o gen. ainda nos clássicos, e em alguns adjetivos vg. *expers*, com o qual os dois casos se empregam.

EXEMPLOS: "tute si pudoris egeas, sumas mutuam" (Plauto, *Amphitr.*, 819); "egens consili servos" (id. *Bacchid.*, 651); "praeter quam tui carendum quod erat" (Ter. *Heaut.*, 400); "indigem liberum lacerasti" (Pacuv., *Rec.*, 204); "pectora tristitiaec dissolvenda dedit" (Tibul., I, 7, 40).

Na época clássica o gen. se mantém sobretudo nos poetas, onde o exemplo do grego, que confundira o gen. e o abl., pode ter estimulado o gôsto por êste arcaísmo. Vejam-se alguns exemplos de Horácio: "inane lymphae dolium" (*Od.* III, 11, 26); "operum solutis" (*Od.* III, 17, 16); "abstinens pecuniae" (*Od.* IV, 9, 37 e 38).

NOTA: Entendemos que aqui se devem incluir exemplos como o de Plauto: "nec satis exaudibam, nec sermonis fallebar tamen" (*Epidic.* 239), ou o de Horácio "Dulci laborum decipitur sono" (*Od.* II, 13, 38). Hofmann vê (1) no primeiro exemplo analogia de *expers*, etc., o que concorda com o nosso ponto de vista. Quanto ao segundo, Plessis e Lejay sugerem influência de *obliviscor*. A nosso vêr trata-se de imitação dos verbos que exprimem falta.

2) *Com certos verbos e adjetivos de abundância e provimento.* Tais são os verbos *compleo*, *impleo*, *repleo*, *oppleo*, *expleo*, *obsaturo*, *abundo*, *participo*, *impertio*, *pótió*, *potiôr* e os adjetivos *plenus*, *dives*, *satur*, etc..

(1) Stolz-Schmalz, pg. 401.

A mesma construção aparece por tóda a parte no domínio do I. E., vg. no grego ἀφνειὸς βίότιοι *Iliada*, VI, 14), no got. *fulls* (cheio), *fulljan* (encher), *fullnan* (estar cheio) e assim também no báltico, no eslavo e no indo-irânico. Interessante é o emprêgo que no sanscr. se faz, ora do gen., ora do instrum.. Delbrück cita mesmo um exemplo, no qual se encontram na mesma frase as duas regências (1).

Alguns exemplos latinos são:

"erroris ambo ego illos et dementiae complebo (Pl. *Amphitr.* 470); "omnis angulos furum implevisti" (id. *Aulul.* 551 e 552); "istius obsaturabere" (Ter. *Heaut.* 869); "est oneratus frugum" (Pacuv. *Rec.* 203); "largus lacrimarum" (Pl. *Asin.* 533); "fiduciae pleni" (Ces. *De B. G.* 7, 76).

Também êste emprêgo é favorecido pelos poetas. Cf. ainda de Horácio: "fecunda culpae saecula" (*Od.* III, 6, 17); "fertilis frugum pecorisque tellus" (*Carmen Saec.* 29); "nigrae feraci frondis in Algido" (*Od.* IV, 4, 58).

NOTA — Com algumas exceções, é o abl. o caso regular de verbos e adjetivos de abundância. Embora geralmente se veja aqui uma das múltiplas aplicações do partitivo, cremos tratar-se antes de outro vestígio do abl.. O uso de um abl. é regular para designar a fonte. E é a ela que se refere o complemento dos verbos acima citados.

3) *Com verbos que exprimem domínio, govêrno* — Êstes recebem sem dúvida, desde o I. E., um complemento no gen.. Traços de tal regência aparecem em várias línguas, vg. ant. alt. al. *waltan*, sanscr. *ksáyati* (dominar), *prabhávati* (ser superior, ter poder sôbre) (2), e sobretudo o grego ἀρχειν, βασιλεύειν, κρατεῖν".

Muito duvidosa é a sobrevivência dêste emprêgo dentro do latim. Hofmann vê-o na frase de Ênio "Romae regnare quadratae" e manda comparar o grego «βασιλεύειν τῆς πόλεως». O exemplo não nos parece, contudo, concludente, em que pese a Hofmann. Alguns vêem aí um loc., ao qual o A. objeta com a citação grega. Mas o grego também usa o verbo referido com o loc. (3). vg. βασιλεύειν ἐν τῇ πόλει. Um exemplo certo encontramos em Horácio: "agres-

(1) Grundriss, III, 251.

(2) Whitney, *Sansk. Gramm.* pg. 100.

(3) i. e. com o complemento de lugar.

tium regnavit populorum” (*Od.* III, 30, 11 e 12), onde se vê geralmente imitação da sintaxe grega (assim Riemann, *Synt.*, pg. 124), mas Hofmann crê haver aqui, como na frase de Ênio, influênc'ia de *potior*. A analogia com êste verbo é sugestiva, mas parece-nos difícil negar que o poeta clássico, e mesmo Ênio, se usou o gen., tivesse na memória o modelo da sintaxe grega.

NOTA — Colocamos os verbos de domínio com os de provimento e abundância, admitindo que a origem desta sintaxe esteja em uma extensão do emprêgo anterior, isto é, dos verbos que significam *estar provido*, poderia passar-se aos que designam *domínio*, *governo*. Confessamos, entretanto, que outras explicações são possíveis.

4) *Com os verbos afetivos* — Encontram-se por tôda a parte e podem denotar *alegria*, *tristeza*, *vergonha*, *temor*, etc. O gen. no sanscr. aparece com *kanati* (ter prazer), *kupyati* (alegrar-se), *mâdati* (regozijar-se). Numerosos são os exemplos eslavos, vg. eslavo lit. *plakati* (chorar, queixar-se), russo *boiát'sia* (ter medo), *stydít'sia* (envergonhar-se). No lit., observa Seidel, se encontra o gen. com verbos que significam *temer*, *envergonhar-se*, *alegrar-se*, *compadecer-se*. No gen. temos got. *skaman sik* (envergonhar-se) e no alemão ainda *sich erbarmen*, *sich schâmen* e com alguns impessoais, vg. “mich erbarmt seines Elends” (1).

Em latim, onde se mantém bem viva esta sintaxe, os verbos são na maioria impessoais, assim *miseret*, *commiserescit*, *paenitet*, *piget*, *pu-det*, *tacet*, raramente pessoais: *fastidio*, *doleo* (raro), *miserereor*, etc.

Os exemplos são numerosos desde o período arcaico: “fastidit mei” (Pl. *Aulul.* 244), “miserete anuis” (Ênio, *Rec.* 181), “miseret me illius” (Pl. *Bacchid.* 1044), “iam omnium taedebat” (Ter. *Adelph.* 150 e 151), “haud scio an satis sit eum... iniuriae suae paenitere” (Cic. *De Off.* I, 11).

Com *pu-det* o gen. pode indicar a ação de que alguém se envergonha ou também a pessoa em cuja presença sente vergonha de um ato, v.g. “tui me, uxor, pu-det” (Pl. *Asin.* 933), “pu-det Philomenae” (Ter. *Hec.* 792) e às vezes se encontram dois gen.: “patris mei meum factum (gen. pl.) pu-det, optumi viri” (Ênio, *Rec.* 176) : o primeiro designa a pessoa e o segundo a ação.

(1) cf. Heyse, *Deutsche Gramm.*, pg. 431.

Nesta classe deve incluir-se o verbo *vereor* (às vezes impessoal) que, sobretudo em autores arcaicos, se acha com o gen., embora tal construção seja rara. Hofmann o classifica com *cupio* e *studeo*, que recebem um gen. de fim (Stolz-Schmalz, pg. 407). Trata-se, porém, de um verbo de sentimento. Como em outras línguas os verbos que significam *temer* (vg. russo, lit. e sanscr.) regem este caso, também em latim se justifica a inclusão de *vereor* aqui: “cuius a te veretur maxime” (Pacuv., *Rec.* 200), “neque huius veritus sis feminae primariae” (Ter. *Phorm.* 971).

Em nossa interpretação do caso teremos nesta função uma das mais naturais aplicações de um abl. original. O complemento dos verbos citados devia designar a princípio a causa, isto é, a origem do sentimento. Sem dúvida, os que o empregavam já não tinham consciência do sentido antigo, mas daí não se pode concluir que ele não tivesse existido em época mais remota. É digno de nota que dentro do latim, em período mais recente, também se punha no abl. o complemento (1).

GENITIVO DE EXCLAMAÇÃO — Raros textos o apresentam. Entre outros podem mencionar-se: “Di immortales, mercimoni lepidi” (Pl. *Mostel.* 912); “foederis heu! taciti” (Propércio, 17, 7, 21); “Pro deum, popularium omnium, omnium adulescentium” (Cecil. *Estac. Rec.* 250).

Controvertida é a origem do gen. de exclamação em latim. Seu emprêgo é caracteristicamente helênico: ἰὼ, πάτερ, σοῦ ὄων τε γενναίων τέκνων (Ésquilo *Agam.* 1305), mas raro em outras línguas da família. Kieckers dá alguns exemplos do russo e do alemão (2). Em latim costuma ver-se simples imitação do gr. nos casos onde aparece. Tal é a opinião de Brenous, citado em Stolz-Schmalz, e a de Ernout na *Synt.* de Riemann, pg. 136. Outros, como Hofmann, procuram explicá-los dentro do latim, por analogia de verbos afetivos (Stolz-Schmalz, pg. 409). Este autor argumenta com o uso plautino, mas o fato de Plauto ter usado tal construção não garante a ausência de inspiração grega, pois o grande comediógrafo latino abeberou-se abundantemente em fontes gregas e é natural que alguma influência se refletisse mesmo na sua sintaxe.

NOTA. Quer se trate de uma herança indo-européia, quer de imitação do grego, a origem do gen. de exclamação está certamente numa extensão analógica,

(1) Stolz-Schmalz, pg. 407: “hier konkuriert später der Abl. causae”.

(2) *Griech. Hist. Grammatik*, III, pg. 47.

cujo ponto de partida é o uso do mesmo caso com os verbos afetivos. É a razão por que o estudamos junto daquele.

5) *Com os verbos que significam acusar, condenar, absolver*, designando o crime que determina a acusação ou a condenação, ou aquele de que se absolve alguém. O gen. nesta função costuma chamar-se *genitivo de crime*.

O seu caráter indo-europeu é geralmente admitido, embora não se encontrem exemplos no sânscrito. Buck na *Gramm. of Osc. and Umbr.*, pag. 197, cita um exemplo do itálico, que se pode também interpretar de outro modo. Do germ. Kieckers cita AS. "thik thīnero wordo witnon" (III, pg. 39) = "*castigar-te pelas tuas palavras*. Mais comum é o gen. de crime no alemão. Também no grego há exemplos da mesma sintaxe.

Em latim encontra-se com os verbos *accusare, arguere, insimulare, convincere, arcessere, agere, captare, urgere,prehendere, comperire, damnare, absolvere* e outros, vg.: "insimulabit eam probri" (Pl. *Amphitr.* 477); "tu si me impudicitiai captas" (id. *ib.* 821); "quam vir insontem probri Amphitruo accusat" (*ib.* 869 e 870); "ita me probri, stupri, dedecoris a viro argutam meo" (*ib.* 882 e 883); "quem mendaci prendit" (Pl. *Bacchid.* 696); "quod proditiōnis esset damnatus" (C. Nep. *Temist.* X); "sed iam me ipse inertiae nequitiaeque condemno" (Cic. *1.^a Cat.* II, 4); "quia male administratae provinciae aliorumque criminum urgebatur" (Tac. *An.* VI, 29).

Embora se costume ligar freqüentemente êste gen. aos chamados "verba iudicialia", considerando-o sobretudo próprio da linguagem jurídica, o seu uso não se limitava a esta aplicação, pelo menos na origem, como se pode observar em autores arcaicos, especialmente no *Amphitruo* de Plauto, onde se encontra várias vezes em conversas e discussões familiares, sem a mínima referência a questões forenses. Se tal uso se manteve depois principalmente na linguagem jurídica, deve o fato ter a sua explicação no caráter mais ou menos conservador que ela apresenta.

CLASSIFICAÇÃO DO GENITIVO DE CRIME. Para Hofmann êle é um gen. de relação. Reconhece, porém, que há nestes complementos muitas vezes a idéia de causa (1). Para nós esta deve

(1) Der Gen. bei den *Verba iudicialia* ist, wie § 29 erwähnt, ein Gen. des Sachbtreffs (Stolz-Schmalz, pg. 402). A referência à idéia de causa está na pág. 401.

ser a significação primitiva e, embora admitamos a mesma origem para o gen. de relação ou respeito, preferimos estudar as duas funções separadamente, pois no segundo a noção de causa já está mais ou menos obliterada, enquanto no primeiro ela é ainda perfeitamente sentida. A princípio o gen. exprimia, de acôrdo com a hipótese que se defende nesta tese, a *origem* ou *causa* da acusação ou condenação, ou, com os verbos que significam *absolver*, o crime de que alguém se isenta (idéia própria do caso abl.).

É notável, contudo, a freqüência do gen. em *-i*, especialmente na época arcaica, como se pode ver dos exemplos mencionados acima. Também em uma inscrição aparece esta forma: “Semol te orant se voti crebro condemnes” (*Rec.* pg. 70). Haveria influência do gen. em *-i* na extensão que o latim deu a êste emprêgo? Existiria na origem algum parentesco entre algumas aplicações do gen. de crime e o gen. de apreciação?

6) *Com os verbos de percepção* — O gen. encontra-se um pouco por tôda parte, sobretudo no grego. No sanscr. regem êste caso *çrnoti* (ouvir), *mányate* (pensar) e *vedati* (tomar conhecimento, experimentar). No eslavo litúrgico Delbrück registra *slyšati* (ouvir), *videti* (vêr), *zireti* (id.). Têm a mesma regência, às vezes, os verbos que significam *lembrar-se*. No lit. temos entre outros *atsiminti* (lembrar-se) e no germ. got. *gamunan* (id.), etc. A língua que mais variado emprêgo faz dêste gen. é o grego, onde se encontra com grande número de verbos: *ἀκούω, κλύω, μέμνημαι, ἐπιλανθάνομαι, φρονιζώ*, etc.

Justifica-se, pois, suficientemente a admissão de sua origem indo-européia e, embora não seja muito clara a extensão de seu uso, podem traçar-se-lhe os limites, afirmando que podem admitir um complemento no gen. os verbos que de algum modo designam atividade da mente, quer se trate de percepção por meio dos sentidos, quer se refira a pensamento. Tais são os verbos que significam *ouvir*, *ver* (raro e provávelmente analógico), *apalpar*, *tomar conhecimento*, *lembrar-se*, *advertir*, *pensar*, *cuidar* e outros.

Geralmente êstes verbos também se encontram com o ac., que é mesmo às vezes mais freqüente. O ac. é natural com a maior parte deles, onde se trata de simples objeto direto. Comumente, já o dissemos, se interpreta o gen. como objeto tomado como *parte*. Segundo o nosso modo de ver, o gen. servia de início para indicar a fonte de uma impressão mental, como já observamos ao tratarmos do verbo *ouvir* (ver pg. 55). Não percebemos como em frases do tipo “moneo te temporis” o gen. deva encerrar

a idéia de parte; o que há é um conceito diferente, isto é, ao lado do objeto direto o verbo recebe um complemento circunstancial. A noção primitiva de procedência aparece freqüentemente obliterada como no gen. de respeito, com o qual apresenta de fato relação mais ou menos íntima.

Em latim o número dos verbos assim construídos é limitado. O gen. nunca se encontra com *audio*. Citam-se exemplos de *memini*, *reminiscor* (raro antes de Cícero), *obliviscor*, *moneo*, *commoneo*, *admoneo*, *commonefacio* e de algumas locuções: “*in mentem venit, in memoriam induco*” etc.. Notem-se: “*equidem meminit Mnesilochi?*” (Pl. *Bacchid*, 206); “*ei venit in mentem hominum fortunas*” (Névio, *Rec.* 139); “*admonebat alium egestatis, alium cupiditatis*” (Sal. *De C. Cat.* 21, 4); “*meminerint verecundiae*” (Cic. *De Offic.* I, 34).

7) *Como genitivo de respeito ou relação* — Reunimos sob êste título dois complementos que nem sempre é fácil distinguir. Por gen. de relação entendemos aquele que de algum modo limita o sentido do verbo ou adjetivo a que se refere. Chamamos *gen. de respeito* o que indica o complemento “a respeito do qual” se afirma alguma cousa. Corresponde às nossas preposições *de* ou *sobre* (lat. *de*).

Em vários grupos se tem documentação do primeiro. Assim no gen. vg. got. “*ba framaldra dage seinaize wesun*” (eram ambos velhos em seus dias), med. alt. al. “*grā des hāres*” (*de cabelo ruivo*, literalmente: *ruivo de cabelo*). (1) Do celt. Lewis e Pedersen registam alguns exemplos irlandeses, embora notando que o gen. adverbial é raro no grupo, vg.: “*be sóir mo brethre*” (serei livre no que diz respeito à minha palavra), “*gréssich foigde*” (constante no implorar). (2) Do grego lembramos frases como *αἴμωνα θήρης* (*Iliada*, V, 49); *μηδ’εἴκετε χάριτος Ἀργείους* (*ib.* IV, 509 e 510).

No itálico se encontram as duas acepções que atribuímos ao gen.. Buck cita um exemplo osco da Tábua Bantina “*manim ase-rum eizazunc egmazum*” (*manum adserere de eis rebus*) (3).

Um verdadeiro gen. de respeito temos em uma velha fórmula citada por Tito Lívio: “*quarum rerum litium, causarum condixit pater patratrus populi Romani*” (I, 32). Outros exemplos arcaicos,

(1) Os exemplos são de Delbrück.

(2) *Op. cit.* pg. 164.

(3) *Gramm. of Osc. and Umbr.*, pgs. 197 e 233.

e encontram-se sobretudo com *res*, podem interpretar-se como gen. de respeito, ainda que às vezes pareça mais sensível a idéia de relação.

EXEMPLOS — “quarum rerum te falsilocum esse mi nolo” (Pl. *Capt.* 264); “quoi omnium rerum ipse semper credit” (id. *Asin.* 459); “si huius rei me esse mendacem invenieris” (id. *ib.* 855); “Quam liber harum rerum multarum siet” (id. *Amphitr.* 105).

O gen. de respeito é eliminado na história do latim, certamente por causa da concorrência feita pela prep. *de* largamente usada nesta língua. Continua, porém, o gen. para exprimir um complemento de relação como se vê dos textos seguintes: “Desi-
piebam mentis” (Pl. *Epid.* 138); “absurde facis qui angas te animi” (1) (id. *ib.* 326).

Na época clássica e post-clássica a construção pertence especialmente à poesia e aos prosadores que, como Salústio, Tito Lívio e Tácito, cultivam o arcaísmo ou imitam os poetas. Convém notar, entretanto, que muitos exemplos vulgarmente citados como genitivos de relação devem antes considerar-se gen. de provimento ou de privação e sob estes títulos preferimos estudá-los. Nem sempre é fácil traçar os limites entre as duas funções. Exemplos indiscutíveis são, entre outros, “integer vitae” (Hor. *Od.* I, 22, 1); “integer est mentis” (Id. *Sat.* II, 3, 65) (2).

Quanto à origem deste gen., queremos notar apenas que o complemento de relação se desenvolve espontaneamente de um abl. através do conceito de causa. Um exemplo de Cornélio Nepos, onde temos o abl. servirá de ilustrar o fato: “omnes Athenienses splendore ac dignitate vitae superasse” (*Alc.*, 11). Aqui tanto se percebe um complemento de causa (e este é sem dúvida mais antigo) como de relação. O complemento de respeito (ou de argumento, como também lhe chamam) prende-se regularmente a um abl., como mostra o uso que o latim faz da prep. *de*, ou o alemão, da prep. *von*. Quanto ao *de*, o latim lhe deu largo emprêgo para exprimir o complemento que estamos estudando, *antes de*

(1) Muitas vezes se tem tomado *animi* como locativo. Hofmann impugna com razão semelhante doutrina, mostrando que êle se coordena a outros gen. (pg. 402). Cf. “Satin tu es sanus mentis aut animi tui?” (Pl. *Trin.* 454).

(2) Uma lista extensa de exemplos dos prosadores citados vem em Riemann, *La Langue et La Grammaire de T.* Liv. pg. 270.

generalizá-lo como partitivo. Isto concorda perfeitamente com a nossa hipótese de que também no I. E. o uso do gen. adverbial precedeu ao partitivo.

8) *Genitivo de tempo e de lugar* — O gen. de tempo se encontra por tóda parte, emborá geralmente seja pouco usado ou se reduza a alguns advérbios. Do sanscr. Whitney cita *aktos* (de noite), *vastos* (de dia). Nas línguas eslavas existe sobretudo no sérvio. Do germ. podemos lembrar got. *nahts* e *dagis* ou os advérbios alemães *tags*, *morgens*, *abends*. Também se encontra no célt. (1); onde, porém, é mais freqüente é no grego, vg. *νυκτός*, *θέρους*, *χειμῶνος* etc..

De sua existência no itálico temos prova no seguinte exemplo osco: “eiscucen ziculud zicolom XXX *nesimum* comonom ni hipid” (ex illo die *in diebus* XXX *proximis* concilium ne habuerit (2).

Em latim éle extinguiu-se, embora alguns advérbios de tempo sejam na sua origem formas dêste caso, vg. *nox* (por **noctis*) e provávelmente *dius*. De *nox* temos documentação em “nox, si voles, manebo” (Pl. *Asin.* 597); “si luci, si nox... data sit” (Enio, *Rec.* 168). Alguns exemplos posteriores de autores eclesiásticos, por exemplo, são imitação da sintaxe grega.

Embora menos comum do que o gen. de tempo, o de lugar, encontrado em algumas línguas, vg. no avéstico, no germ. e no gr. (vg. ἡ οὐκ Ἄργεος ἡ ἐν Ἀχαικοῦ, ἀλλὰ πη ἄλλη πλάζει' ἐπ' ἀνθρώπους *Odiss.* III 251 e 252), deve ter-se formado já na língua original. O latim, porém, nada conserva de semelhante emprêgo.

Nenhuma dúvida pode haver sôbre a natureza adverbial dêste gen., embora Buck veja nêle uma aplicação do gen. de posse. (3) Geralmente se considera uma das numerosas aplicações do partitivo. Que no gen. de tempo em certos casos a interpretação seja cabível não negamos, mas queremos frisar que a hipótese de um abl. original explica perfeitamente, e talvez melhor do que a outra teoria, as funções de locativo aqui estudadas. A expressão dos complementos de tempo e de lugar pelo mesmo morfema que o complemento de procedência não é rara no domínio do I. E.. Um exemplo latino onde um loc. e um abl. vêm coordenados temos em Tácito: “pars alia... *in ore*, *in latere* et saepe *a tergo* erat” (Tac. *An.* 3, 74).

(1) Lewis e Pedersen, pg. 164.

(2) Buck, *op. cit.* pg. 196.

(3) *op. cit.* pg. 196.

9) *Como complemento de objetivo* — É o gen. empregado para indicar o *alvo* a que tende um esforço mental ou físico e aparece com alguns verbos que exprimem *sentimento, movimento, procura, etc.*

A construção é seguramente I. E., pois está documentada em quase todos os grupos. Do sanscr. Delbrück cita dois verbos com a significação de *bater*, vg. “*çunáh práhanti*” (bate no chão). No got. são os verbos *gairnjan* (desejar), *beidan* (esperar por), *insandjan* (enviar), vg. “*thu is sa qimanda tháu antharizuh beidama*”? (és tu o que vem ou havemos de esperar outro?) (Mat. 11, 3). Mais freqüentes são estes verbos no balto-eslavo e no grego. Fuchs, na *Russische Grammatik*, pg. 303, cita entre outros *želát'* (desejar), *procit'* (pedir), *ždat* (esperar), *iskat'* (procurar). No lit. Seidel enumera alguns verbos de movimento, de esforço e de vontade, vg. *eiti* (ir) *jiskóti* (procurar por), *laukti* (esperar por), *norėti* (querer), *pamilti* (apaixonar-se). Do grego podem mencionar-se: *ύγγάνω*, *ἔραμαι*, *ἀκονίζω*, *οἰστεύω*, *ἐπαίσσω*, *λιλαίομαι*, etc..

EXEMPLO: *οἴστευσον Μενελάου κνδαλίμοιο (Iliada, IV, 100).*

Muito incerta é a sobrevivência deste gen. na língua latina. Alguns exemplos arcaicos aparecem com *cupio*, “*cupiunt tui*” (Pl. *Mil. Glor.* 963) e talvez *studeo*, “*qui nec amet nec studeat tui*” (Cecil. *Estac., Rec.* 249). Estranho é este gen. adverbial. A explicação comum de que se trata de um partitivo, não vai mal com parte dos exemplos, vg. com verbos como *atingir, ferir, tocar*, onde o complemento normalmente só se aplica a uma parte do todo designado pelo substantivo, vg. *ἀκονίζει τοῦ ἀνθρώπου*, mas é mais difícil perceber a propriedade do conceito em verbos como *desejar, amar, esperar, procurar*, que são justamente os mais bem documentados. Talvez se reúnam aqui empregos do gen. que a princípio correspondiam a noções diversas. Com alguns deles vai bem a noção de causa, vg. *desejar* (i. e., sentir-se atraído por), *amar* (i. e., estar enamorado de). Demais, devia existir em muitos deles na origem uma idéia de direção e esta não raro se enuncia com o abl.. Note-se o seguinte exemplo do sanscr.: “*visasrpuh sarvatah*” = fugiram para todos os lados (*Nala I, çl. 25, ap. Sanscr. Read., pg. 3*), onde *sarvatah* é um advérbio com o sufixo *-tah*, o qual tem valor de abl.

NOTA — O fato de aparecer o gen. mesmo para indicar direção e localização no tempo é no espaço pode levar alguém a duvidar de que seja mais razoável partir

do abl. do que do partitivo para explicar o gen. adverbial. Queremos lembrar apenas que, enquanto as funções que acabamos de estudar são de emprego muito limitado, as anteriores, que se prendem facilmente ao abl., têm largo uso. Como o abl. pode explicar mesmo estas aplicações mais remotas, preferimos partir dele na solução do problema.

GENITIVO DE PARTE — Não é latino e a sua existência na língua-mãe é muito discutível. Ele pertence ao grego, onde se encontra sobretudo em Homero, *χειρὸς ἔλωνι* (*Iliada*, I, 323), *κρόνδος λάβειν ἰπποδασειῆς* (*ib.* III, 369). Fora do grego quase nada existe, o que levou Klinghardt (citado no *Grundriss*, III, 323) a considerá-lo como abl. e não gen. nesta língua. Delbrück objeta, porém, com um exemplo sanscr. de um verbo de raiz *grah-* em uma frase como “*çrótrasya grhe*” (*êle é agarrado pelas orelhas*, ou mais livremente, *êle sofre dos ouvidos*).

Se o exemplo sanscr. é suficiente para estabelecer o estado I. E. dêste gen., mais uma vez a suposição de um abl. original é plausível. Assim na frase de Aristófanes. *ξυνειρίβη ἰῆς κεφαλῆς* (*Paz*, 71), *κεφαλῆ* indica o ponto ou a parte pela qual se toca o corpo, o que faz lembrar frases latinas como “*latus ab umeris et pectore*” (*Suet. Tib.* 68); “*attingit etiam ab Sequanis et Helvetiis flumen Rhenum*” (*Ces. De B. Gal.* I, 1).

10) *Genitivo de apreciação e de valor* — É especialmente latino. Encontra-se mormente como adjetivo de função adverbial, vg. *magni, permagni, parvi, minimi, maximi, tanti, quanti, tantidem*, etc., mas também às vezes em substantivos, assim *nihili, nauci, flocci, pili, terunci, compendi, assis*. Temos por exemplo: “*Ecastor te experiar quanti facias uxorem tuam*” (*Pl. Amphitr.* 508); “*quin te quoque ipsum facio haud magni*” (*id. Asin.* 114); “*nihili facio nisi causa tua*” (*id. Bacchid* 89); “*ego parvi pendo gratiam*” (*id. ib.* 558); “*istuc, Chremes, aequi, bonique facio*” (*Ter. Heaut.* 787 e 788); “*illud parvi refert*” (*Cic. De L. Man.* VII, 18); “*hanc coqui ac pistoris moram boni consulo*” (*Sêneca, Epist. ad Lucil.* 123).

Assim também com os verbos de *compra* e *venda* “*tantidem emptam postulat sibi tradier*” (*Ter. Adelph.* 200); “*tanti vendidit*” (*Cic. De Sign.* 5); “*maioris alapae mecum veneunt*” (*Fedro* 2, 5). É, contudo, digno de nota que o uso do gen. se restringe a alguns adjetivos, vg. *tanti, quanti, tantidem, pluris* e mais alguns.

Já nos referimos à hipótese de Wackernagel, segundo a qual o gen. de apreciação seria originalmente função do gen. em *-i*

dos nomes temáticos por serem quase os únicos usados na língua arcaica. Realmente as exceções são poucas, vg. “atque me minoris facio” (Pl. *Epid.* 522); “neque eo esse servom... qui sit pluris quam illest” (id. *Asin.* 435), etc.. Wackernagel explica-as como criações analógicas de uma época em que já se obliterava a distinção primitiva entre o gen. dos nomes temáticos e atemáticos. Entre outras razões alega êle a ausência quase absoluta de um gen. de valor em outras línguas da família. De fato êle é raro. Delbrück menciona no sanscr. apenas alguns verbos que significam *jogar*. No got. constrói-se com o gen. o adj. *wairths* (cf. ingl. *worth*, al. *wert*). Também no grego há um gen. de apreciação ou valor, mas é raro em Homero, vg. com *περιδίδομαι* (após-tar, dar-se como penhor), *λύω* (resgatar): *αἰγιόχοιο περιδιδόμεον* (*Iliada* XXIII, 485). Mais freqüente é o seu uso no ático.

Como adiante veremos existem também traços de um gen. de pena, o qual se explicará certamente pelo de preço (ou apreciação). Por esta razão inclinamo-nos a admitir um gen. de valor que se desenvolveu do gen. dos atemáticos e, pois, de um abl. primitivo, embora concedendo que muito provavelmente a larga extensão que lhe deu o latim deve originar-se em cruzamento ou confusão com um complemento de procedência diversa, isto é, com uma função própria do gen. em -i.

11) *Genitivo de pena* — Tem emprêgo limitado dentro do latim, vg. com verbos como *damnare*, *absolvere*, *perdere*, onde se pode ver influência analógica do gen. de crime em alguns casos.

EXEMPLOS: “egone ut illam mulierem capitis non perdam” (Pl. *Bacchid.* 489 e 490); “capitis te perdam ego et filiam” (id. *Asin.* 132); “damnatuque longi Sisyphus Aaeolides laboris” (Hor. *Od.* II, 15, 19 e 20).

Um gen. de preço temos certamente nos casos em que aparece o gen. de um adj. como *dupli*, *quadrupli*, *quanti*, etc. Assim se devem interpretar os poucos casos onde aparece um gen. de pena no grego, vg. (proponho a pena de morte para alguém) e também um exemplo citado em Buck: “ampert *minstreis* aeteis eituas *moltas* moltaum licitud” (dumtaxat minoris partis pecuniae multae multare liceto) (1).

A relação do gen. de pena com o de preço justifica, como atrás dissemos, a nossa opinião de que devia ter existido um

(1) O exemplo é do osco. Ver *Gramm. of Osc. and Umbr.*, pg. 196.

gen. de preço indo-europeu. O exemplo do osco é importante, porque nele não existe o gen. em *-ī* que na hipótese de Wackernagel serviria de exprimir a referida função.

12) *Genitivo de causa e de fim* — Está documentado desde a língua arcaica, especialmente no gerúndio e no gerundivo e mais freqüentemente em Salústio, Tito Lívio, Tácito e alguns outros prosadores, vg. “ne id adsentandi magis quam quo habeam gratum facere existumes” (Ter. *Adelph.* 270); “quod initio conservandae libertatis atque augendae rei publicae fuerat” (Sal. *De C. Cat.* VI, 7).

Mais raro é êle com os substantivos. Alguns exemplos vêm citados em Stolz-Schmalz, vg. “utrum avaritiae an egestatis accessit ad maleficium” (*Rhet. Her.* 4, 38, 50).

Juret vê no uso do gen. do gerúndio e do gerundivo um arcaísmo (*Synt.* pg. 195). Hofmann interpreta o gen. de causa como desenvolvimento secundário do gen. de relação dentro do latim (Stolz-Schmalz, pg. 402).

Como o próprio gen. de relação deve prender-se a uma noção primitiva de causa, nenhuma dificuldade vemos em admitir uma velha função do genitivo.

II — GENITIVO PARTITIVO

Designa um substantivo ou pronome tomado apenas como parte.

Tal função pode êle exercer como:

1) *Objeto do verbo* — Esta noção é particularmente nítida com os verbos transitivos, onde se distingue entre o acus. empregado quando o complemento verbal é tomado no seu todo (cf. o francês *il mange le pain*) e o gen., que se usa quando a ação verbal se estende a uma parte apenas do complemento (francês *il mange du pain*).

A diferença tão clara aqui não se percebe bem na maior parte dos casos estudados no gen. adverbial, razão por que preferimos separar as duas funções, considerando o gen. adverbial anterior ao partitivo.

Não há dúvida do caráter I. E. do gen. partitivo objetivo. Êle se encontra no sanscr., embora não revele grande vitalidade.

Podem mencionar-se exemplos com os verbos *pibati* (beber), *pāyayati* (fazer beber), *açñāti* (comer), *dadāti* (dar). Um exemplo citado por Delbrück: “*dādād ušriyānām*” (dê-nos vacas). É mais freqüente no grego, onde há não só alguns dos verbos comuns ao sanscr., mas aparecem exemplos com vários outros verbos transitivos. Assim ἀφ'ἑσῆς δὲ τῶν αἰχμαλώτων (Xen. Anab. VII, 4, 5); οἶκος δ'ὑπάρχει τῶνδε... ἔχειν (Esquil. Agam. 961).

No germ. sobrevive em pequeno número de verbos, vg. got. *matjan* (comer), ant. alt. al. *trinkan* (beber) e outros. Em pleno vigor está êle no balto-eslavo. Exatamente como o francês, o lit. distingue ainda “Ar duonós gavai?” com o gen. (recebeste pão?) e “Ar duona gavai?” com o acus. (recebeste o pão?) No eslavo é o sérvio que melhor conserva tal emprêgo.

Do itálico sabemos que existiu pelo menos no umbr., como se vê da frase “*struhçlas, fiklas, sufafias kumaltu*” (Struis, offae, partis exsertae commolito) (Buck, *op. cit.* pgs. 195 e 295).

Raros vestígios temos em latim, onde êle está em vias de extinguir-se já nos mais antigos documentos. Exemplos de autores arcaicos são “numquam edepol tu mihi divini creduis post hunc diem” (Pl. *Amphitr.* 672); “mensam sermonemque suos rerumque suarum comiter impertit” (Enio, *Rec.* 158). O último exemplo é interessante, porque se sente bem a idéia de parte em *rerum suarum* oposto a *sermonem* e *mensam*. Mais alguns exemplos cita Juret na sua *Syntaxe*.

2) *Sujeito ou predicativo do verbo* — É aquele que substitui o nominativo. Traços dêle se nos deparam um pouco em vários grupos, mas em parte alguma seu uso é muito comum. Exemplos se registam no avéstico, no grego, no lit. e no eslavo. Dó gregó um exemplo clássico é «ἐπιπτον ἐκατέρων» (Xen. *Hell.* 4, 2, 20). Meillet e Vendryes citam ainda ἀλλ' οὐ πη γόος εἶσατο (*Iliada*, XIII, 191), tomando εἶσατο como aoristo de εἶδω, med. εἶδομαι (ser visto, aparecer). Outros prendem êste aoristo a εἶμι e interpretam: “mas não penetrou na pele”. A continuação do texto «πᾶς δ'ἄρα χαλκῷ σμερδαλέω κεκάλυφθ'» torna mais natural o primeiro sentido.

No lit. temos “šiandien žmoniù (gen. = hominum) pas manè ateis” (hoje virão homens (gen.) a mim), *Grundriss*, III, 332. No balto-eslavo o gen. é próprio sobretudo dos verbos que exprimem existência.

O partitivo subjetivo sobreviveu no itálico, como se vê do seguinte exemplo umbr.: “*eru emantur herte*” (earum accipi-

antur oportet) (1), mas não existem vestígios dêle na língua do Lácio, a não ser como predicativo dos verbos *sum* e *fit*, onde raros exemplos se podem respigar, vg. “fies nobilium tu quoque fontium” (Hor. *Od.* III, 13, 13); e como sujeito, mas sempre acompanhado do adv. *partim*: “sed eorum partim in pompa, partim in acie illustres esse voluerunt” (Cic. *De Or.* II, 94), “sed eorum partim ita levia sunt, ut contemnenda sint” (id. *ib.* II, 308). *Partim* não pode ser o sujeito e o verbo concorda em número com o partitivo, que é o sujeito. A tradução literal é: “deles, em parte, quiseram ser illustres”.

3) *Complemento adnominal* — Emprega-se junto de substantivos que indicam divisão, e adjetivos, especialmente no superlativo, numerais, pronomes interrogativos e indefinidos e ainda, às vezes, junto de um advérbio.

EXEMPLOS: “Quid enim horum infirmari potest?” (Cic. *Pro Arch.*, IV, 8), “quis nostrum tam animo agresti ac duro fuit?” (id. *ib.* VIII, 17); “notat et designat oculis unumquemque nostrum” (id. *1.ª Catl.* I, 2), “Harum igitur duarum ad fidem faciendam iustitia plus pollet” (id. *De Off.* II, 9), “maxime divom” (Ênio, *Rec.* 169).

Sobre o emprêgo do gen. partitivo adnominal note-se:

a) O latim, como o grego e o sanscr., emprega a mesma forma para o superlativo relativo e absoluto. O relativo, vg. em “pulcherrima dearum”, distinguia-se a princípio apenas pelo complemento no partitivo. A frase acima significava “a mui bela entre as deusas”.

Naturalmente o mesmo partitivo se juntava às vezes a adjetivos no grau normal e disto temos traços no grego e mesmo no latim, embora aí escasseiem mais os exemplos. É possível que haja neles influência grega, como opina Hofmann (2). Por outra parte o emprêgo do partitivo com o superlativo podia facilmente sugerir a poetas, amigos de uma sintaxe mais variada, construção idêntica com os adjetivos no grau normal.

Assim temos em autores arcaicos: “dia dearum” (Ênio, *Rec.* 147), onde há imitação evidente do grego homérico. *δία θεάων*; “Venus... pulchra dearum” (id. *Rec.* 147). Na época clássica empregam esta sintaxe Horácio, Tito Lívio, Plínio, Tácito, etc. (éstes dois já post-clássicos).

(1) Buck, *A Gramm. of Osc. and Umbr.*, pg. 195.

(2) “zum Teil mag griechischer Einfluss mitspielen” Stolz-Schmalz, pg. 390).

Ainda a respeito do partitivo com adjetivos devemos notar que também o comparativo recebe o mesmo complemento quando se trata de comparação entre dois nomes apenas, pois neste caso substitui o superlativo, vg. "Maior Neronum mox grave proelium commisit" (Hor. *Od.* IV, 14, 14 e 15).

b) Alguns advérbios de lugar admitem no partitivo os nomes *terrarum, gentium, locorum*. São especialmente da linguagem familiar, embora apareçam às vezes até nos discursos de linguagem tersa do clássico por excelência, Cícero. Os advérbios são *ubi, longe, usquam, quo, unde* e outros.

EXEMPLOS: "non edepol nunc ubi terrarum sim scio" (Pl. *Amphitr.* 336); "unde gentium?" (id. *Asin.* 90); "ubiubi est gentium" (id. *ib.* 287); "ubivis gentium" (Ter. *Hec.* 284); "ubinam gentium sumus?" (Cic. *1.º Cat.* IV, 9).

c) Geralmente se observa que os poetas e alguns prosadores como Salústio, Tito Lívio e Tácito (1) usam o gen. partitivo com adjetivos neutros substantivados no singular e no plural. O que, porém, apresenta de novo esta sintaxe não é tanto o uso do partitivo, inteiramente normal, mas antes o emprêgo do adjetivo no singular ou no plural neutro, que substitui *partes* ou *loci* acompanhados do mesmo adjetivo. Notem-se apenas: "in occultis ac reconditis templi... tympana sonuerunt" (Ces. *De B. Civ.* III, 105, 5); "quae humi arido atque harenoso gignuntur" (Salust., *De B. lug.* XLVIII, 3).

Nesta construção a idéia de partitivo já se vai apagando. Confira-se a expressão "ab eius summo", em que temos um adjetivo substantivado, com esta outra; "sub ipsis *radicibus montium* consedit" de Salústio (*De C. Cat.* LVII, 3). O que aí se vai desenvolvendo é a idéia de pertença.

GENITIVO DE ESPÉCIE — Intimamente relacionado com o partitivo está o chamado gen. de *espécie* ou de *gênero*, do qual às vezes apenas se distingue.

Podem fixar-se os limites entre ambos, notando que o gen. de espécie designa de um modo geral e indefinido o gênero, junto de palavras que exprimem quantidade, enquanto o partitivo se aplica a um todo definido do qual se considera uma parte. Em

(1) Raro Cícero e César (Riemann, *Synt.* 113).

português estabelecemos a diferença pelo emprêgo do artigo definido no segundo caso. Confirmam-se as duas expressões: “10 quilos de ouro” e “parte do ouro”.

O gen. de espécie se encontra com substantivos, pronomes e advérbios de quantidade.

a) *Com substantivos* — Usa-se com os que designam medida e quantidade, vg. “Factum est illud ut ego illic *vini hurneam* eberim meri” (Pl. *Amphitr.* 431); “iumentorum et carrorum quam maximum numerum coemere” (Ces. *De B. Gal.* I, 3); “in longitudinem milia passuum CCXL... patebant” (id. *De B. Gal.* I, 2).

b) *Com pronomes* — (e formas neutras do adjetivo no singular). Esta construção é muito caraterística do latim, onde apresenta largo emprêgo, vg. com *quid*. *aliquid*, *nihil*, *minus*, *plus*, *minimum*, *nimum*, *parum*, *multum*, *plurimum*, *tantum*, *quantum*, e até com demonstrativos como *hoc*, *istud*, *illud*, *id*, etc.

O uso extenso do gen. de espécie com formas pronominais neutras parece-nos inigualado em qualquer outro grupo I. E., mesmo no eslavo, onde a construção é muito comum, mas não se estende, ao que sabemos, aos demonstrativos (1).

Tal sintaxe devia ser sobretudo familiar e popular, aparecendo com grande freqüência nos comediógrafos, mormente em Plauto.

EXEMPLOS: “neque in ero quicquam auxili” (Pl. *Amphitr.* 157); “non reputat laboris quid sit (id. *ib.* 172); “quid Amphitroni doni a Telobois datum est? (id. 418); “bene prospere hoc hodie operis processit mihi” (id. 463); “id modo si mercedis datur mi” (id. 646 e 647); “quid modi... facies” (id. *Asin.* 882); “quid rerum geram” (id. *Aulul.* 54). É menos encontradiço em Terêncio, vg. “quid tu hominis es?” (*Heaut.* 848).

Na época clássica bastem alguns exemplos: “quidquid hoc libelli est” (Catul. I, 8); “o deorum quidquid in caelo regit terras” (Hor. *Epod.* 5, 1 e 2) e em Cícero, embora o empregue com mais moderação: “quid consili ceperis” (1.^a *Cat.* I, 1); “ut quisque minimum firmitatis habeat minimumque virium” (*De Am.* XIII, 46).

Apesar do gôsto latino pelo gen. de espécie, também se admite o adjetivo em concordância com o substantivo, vg. “sed lubet

(1) É comum, porém, com numerais, o que não se dá em latim.

scire quantum aurum erus sibi dempsit” (Pl. *Bacchid*, 661). Esta sintaxe, que também devia ser popular, explica a forma mais usual em português “muito ouro”, enquanto a outra vive no francês “beaucoup d’or”.

NOTA — O mesmo partitivo usava o latim com frequência em adjetivos neutros substantivados no singular, mas normalmente só nos adjetivos da 1.ª classe, por exemplo: “ut exprobraret quod bonis faceret boni” (Pl. *Amphitr.* 47); “boni si optigit quid” (id. *ib.* 636); “quid istuc novi est?” (id. *Asin.* 50).

c) *Com advérbios de quantidade* — Sobretudo *satis* (e *satillum*) e depois *affatim*, *abunde*, *largiter*, *paulatim*, *vg.* “aliorum affatim est qui faciant” (Pl. *Cistel.* 231).

Também alguns advérbios de lugar como *eo*, *quo*, *huc*, se empregam com substantivos abstratos. Assim “quoniam eo miseriarum venturus eram” (Salust. *De B. Jug.* 14, 3), “et eo magnitudinis procederent” (*ib.* I, 5).

Tanto o gen. partitivo como o de espécie se encontram por tôda parte e dispensam documentação. Assim sanscr. “ka narānām?” (quis hominum?), gr. *τις ἀνθρώπων*; al. “welcher der Freunden?” etc.. Com advérbios aparece o partitivo no germ., no avéstico e no gr. *vg.* *πov ἀγγῶν*.

Exemplo do gen. de espécie, *vg.* sanscr. “madhos pātram” (vaso de mel), lit. “katils vandens” (balde de água), russo “čáška čaiu” (chicara de chá) (1).

O uso de formas pronominais neutras e advérbios com gen. de espécie aparece abundantemente no eslavo e no báltico. Do russo Fuchs, *Russische Gramm.*, pg. 48, cita *mnogo* multum, *malo* parum *dovol’no* satis, etc., por exemplo “mnogo cyru” (multum casei). Cf. lit. “jis tur daug pinigû (êle tem muito dinheiro). (2) Também no grego e no germ. se encontra, embora mais raramente.

III — GENITIVO ADNOMINAL

Também se chama *genitivo restritivo* e indica o complemento do nome, quer do substantivo, quer do adjetivo, e às vezes, por extensão analógica, de alguns verbos, como veremos.

(1) Ver Stolz-Schmalz, pg. 409 e *Grundriss*, III, 336 ss.

(2) Seidel, *Lit. Gramm.*, pg. 168).

Já vimos que o gen. adnominal deve ser secundário, resultado de uma das duas primeiras funções do caso.

Não tentaremos aqui uma classificação completa de tôdas as funções dêste gen., a não ser nas linhas gerais. Com razão observa Meillet: “tout complément d'un substantif se met au génitif, quel que soit le lien logique des deux noms” (*Introd.*, pg. 346) e logo adiante acrescenta: “le génitif exprime simplement qu'un nom détermine un substantif, et *il est inutile — autant qu'impraticable — à essayer de passer en revue toutes les nuances de sens que le génitif permet de rendre*” (*ib.*). Também neste particular o gen. se sobrepõe perfeitamente aos compostos, nos quais se podem indicar as mais variadas relações entre os elementos componentes.

Seguiremos, contudo, em largos traços os principais tipos do restritivo, para observarmos a gênese dêstes e a sua aplicação em latim.

1) *Genitivo subjetivo* — Pode encontrar-se com qualquer substantivo designativo de *ação, sentimento* ou *estado*.

Como já em outra parte tratamos do problema de sua origem, aqui nos limitaremos à citação de alguns exemplos, vg. gr. «ἀνδρός ἐρώτησις Plat. *Hip. Men.* 373b), sanscr. “çaranam... devānām” (Nala, V, çl. 15) = proteção dos deuses.

No latim “adventus mali” (Cic. *De Leg. Man.* VI, 15), “dona... Danaum” (Verg. *En.* II, 44).

2) *Genitivo objetivo* — É o que designa o objeto da ação expressa por um substantivo verbal e também por muitos adjetivos e até participios.

Exemplos dêle aparecem por tôda parte, vg. sanscr. “apām ajáh” (agitador da água), grego «διὰ τὴν τοῦ θεοῦ λατρείαν (Plat. *Apol.* 23b), ant. alt. al. “duruh gotes minna” (pelo amor de Deus). (1)

Em latim distinguimos três casos: a) com substantivos que designam *ação, sentimento* ou ainda *agente*. Vg. “merito ut caperet odium illam mei” (Ter. *Hec.* 580), “ad comparationem novi (sci. belli)” (Cic. *De Leg. Man.* IV, 9), “calamitatis formidine liberatos” (*id. ib.* VI, 16), “osorem uxoris suae” (Pl. *Asin.* 859); “adiutor...

(1) Os exemplos do sanscr. e al. são do *Grundriss*, III, 350 e 352.

eius iracundiae" (Ter. *Adelph.* 146), "tutor finium" (Hor. *Epod.* 2, 22).

NOTA — Se bem que o gen. objetivo seja comum sobretudo com os nomes correspondentes a verbos transitivos, pode igualmente substituir outros casos, o que se vê das frases seguintes: "ad oblivionem veteris belli" (Cic. *De Leg. Man.* IV, 9), "Tantane vos generis tenuit fiducia vestri?" (Verg. *En.* I, 132). (Aqui *fiducia* corresponde ao verbo *fido*, que rege dat. ou abl.), "magna cum excellentia praestantiaque animantium reliquarum" (Cic. *De Off.* I, 28). O verbo *praestare* rege o dat..

b) Com grande número de adjetivos. Nem sempre é fácil traçar os limites entre o gen. objetivo e o de relação. Podem incluir-se aqui os adjetivos que exprimem *lembrança, conhecimento, desejo, poder, costume* e semelhantes. Alguns correspondem a verbos que também regem o gen.

EXEMPLOS: "rudis agminum (Hor. *Od.* III, 2, 9), "dicti studiosus" (Ennio, *Rec.* 157), "quae suist impos animi" (Pl. *Casina*, 629), "ignotas iteris sumus" (Névio, *Rec.* 141), "laudis avidi" (Sal. *De C. Cat.* VII, 6), "neque enim ignari sumus ante malorum" (Verg. *En.* I, 198).

Existe a tendência de dar complemento no gen. a certos adjetivos verbais, especialmente os que têm sufixo *-ax*, vg. "quaesiti tenax" (Ovid. *Met.* 7, 657); "tenacem propositi virum" (Hor. *Od.* III, 3, 1). (1).

c) Com participios ativos. Na língua arcaica é freqüente com os participios de verbos que exprimem *desejo, sentimento*, talvez por influência dos adjetivos de mesmo sentido. A extensão deste uso se explica por uma tendência que cedo revelou o participio latino, de se ir reduzindo a simples adjetivo, ficando assim na mesma condição da classe estudada sob a letra b). Esta evolução, que tem as suas raízes já em uma época bem antiga da história do latim, explica a passagem completa do participio a adjetivo ou substantivo, como vemos em português, vg. *amante, ouvinte, praticante, comandante*, etc.

Com o mesmo participio se encontra ora o acus., ora o gen., o primeiro quando o participio mantém seu valor verbal, o segundo, quando tem significação antes adjetiva, denotando uma qualidade inerente ao nome que modifica.

(1) Plessis e Lejay incluem este exemplo entre os de gen. de relação. Entendemos mais natural a explicação que damos acima.

EXEMPLOS: "cuius cupiens maxime est" (Pl. *Amphitr.* 132), "appetentes gloriae... atque avidi laudis fuistis" (Cic. *De Leg. Man.* III, 7), "patiens pulveris atque solis" (Hor. *Od.* I, 8, 4), "rixarum metuens" (Hor. *Od.* III, 19, 16). Note-se no segundo exemplo a coordenação do participio ao adj. *avidus*.

3) *Genitivo de pertença ou de posse* — Exprime não só relações de propriedade como *liber discipuli*, mas também qualidade, vg. *mos maiorum, virtus fratris, pulchritudo puellae* e ainda relações de parentesco, etc., parte integrante de um todo concreto, vg. "pedes mensae" e mesmo de uma noção abstrata. (1)

O largo emprêgo dêste gen. em todo o domínio do I. E., sobretudo em uma época mais recente de sua evolução histórica, dispensa documentação. Apenas queremos lembrar que no eslavo ainda o adjetivo o substituiu com muita freqüência, o que até hoje se observa no russo. (2)

EXEMPLOS: "filios Barbati" (*Elog. Scip.*), "quorum viatorum praeconum nomina" (*Lex Corn. de XX Quaest.*), "huius... orationis... exitus" (Cic. *De Leg. Man.* I, 3), "regnum Ariobarzani" (*ib.* II, 5), "aguntur bona multorum civium" (*ib.* II, 6), "paci ornamenta" (*ib.* II, 6), "periculi magnitudo" (*ib.* V, 12), "fratris sui membra" (*ib.* IX, 22), "totius anni vectigal" (*ib.* VI, 16),

Êste gen. também se pode ligar ao substantivo por meio do verbo *sum* como em outras línguas, vg. "Sotae sum, noli me tanger" (*Inscr., Rec.* pg. 55).

Sôbre o gen. de pertença observe-se: a) A elipse do substantivo regente pode dar-se: 1.º nos substantivos que designam santuários, vg. *templum, aedes, fanum*, etc., especialmente quando precedidos de *ad, ante, in*. Assim *ad Dianae* (Ter. *Adelph.* 582); "ubi nunc Vitae Potae est" (T. Liv. 2, 7).

2.º Nos substantivos que indicam relação de parentesco ou senhorio, como *filius, uxor, servus*, vg. "ob... furias Aiacis Oilei" (Verg. *En.* I, 41).

Embora o segundo caso se encontre mais comumente em substantivos gregos e estrangeiros em geral, cremos que deve ser antigo em latim, pois a elipse também se dá no umbr. (3)

(1) Sôbre a formação do gen. de pertença de um antigo partitivo ver pgs. 44 e 45.

(2) Fuchs, *Russ. Gramm.* pg. 115.

(3) Stolz-Schmalz, pg. 393.

b) Com os verbos *sum* e *videor* emprega-se o gen. para designar o que é *próprio* de alguém, ou é seu *dever*: “est igitur humanitatis vestrae magnum numerum... civium calamitate prohibere” (Cic. *De Leg. Man.* VII, 18), “est igitur prudentis sustinere, ut currum, sic impetum benevolentiae” (id. *De Am.* XVII, 63), “fraus quasi vulpeculae, vis leonis videtur” (id. *De Off.* I, 13).

c) O gen. de posse constrói-se também com adjetivos que exprimem relação de *igualdade*, *semelhança*, *propriedade* e noções equivalentes. Assim com *proprius*, *affinis*, *similis* (ad-, con-, dis-), *par*, *dispar*, *aequalis*, *propinquus*, *communis*.

EXEMPLOS: “volo me patris mei similem” (Pl. *Asin.* 68), “liber captivos avis ferae consimilis est” (id. *Capt.* 116), “huius siquid simile forte evenerit” (Ter. *Heaut.* 552), “et haec communia omnium quae sunt patrum” (id. *Hec.* 117), “proxima Phoebi versibus ille facit” (Verg. *Buc.* VII, 22 e 23).

Os adjetivos referidos se constroem também com o dat. e são mesmo mais freqüentes com êle na língua clássica.

d) Temos também um gen. de posse com os verbos *rēfert* e *interest*, pelo menos na origem, em frases como “cum eius iam nihil interesset” (Cic. *De Off.* II, 24).

Como se justifica tal interpretação? Para estabelecermos a origem do gen., precisamos reportar-nos à construção destes verbos, sobretudo *rēfert*, com os possessivos *mea*, *tua*, *nostra*, *vestra* no abl. feminino, vg. “tua quod nil refert, percontari desinas” (Ter. *Hec.* 810); “verum tua refert nil” (ib. 618).

A explicação mais razoável destas formas é a de que *rē* era na origem o abl. de *res*, o qual se usava com o possessivo, vg. “hoc mea re fert” (isto vai de acôrdo com o meu interêsse). (1)

Naturalmente o abl. *rē* podia usar-se não só com um adj. possessivo, mas também com um gen. de posse. Em Salústio, *De B. Jug.* 111, estão coordenados os dois: “quod illorum magis quam sua retulisse videretur”.

Analogicamente *interest* recebeu a mesma regência. A hipótese de Riemann (*Synt.*, pg. 131) de que a expressão “interest

(1) A teoria é de Schöll (ap. Stolz-Schmalz, pg. 409), e é defendida por Ernout e Meillet (*Dict. Etym.*). Outros autores ligam o primeiro elemento de *refert* a outros casos de *res*, o que nos parece menos satisfatório.

Caesaris” tenha gerado a outra “refert Caesaris” na época imperial, não explica o aparecimento do gen. com êstes verbos, enquanto a suposição contrária, que parte de *rēfert*, é simples e natural. O engano de Riemann vem de ser *interest* muito mais comum na época clássica, ao passo que *rēfert* é raro.

e) Genitivos possessivos na origem são ainda os que se empregam com *causa*, *gratia*, *instar*, *ergo*, *fini* e *tenus*.

EXEMPLOS: “effecerant ut instar muri hae saepes munimenta praeberent” (Ces. *De B. Gal*, II, 17), “nunquam animum quaesti gratia ad malas adducam partis” (Ter. *Hec*. 836), “omnia... se amici causa esse facturos” (Cic. *De Am.* X, 35), “societatis ergo” (Warmington, *Arch. Inscript.*, pg. 138), “et crurum tenus a mente palearia pendent” (Verg. *Georg.* III, 53).

Em tôdas estas palavras temos abl. ou acus. de nomes que se vão transformando em simples preposições. Uma expressão como “causa amici” devia significar a princípio “pela causa do amigo”. Note-se que também se dizia *meã causã* etc.

Quanto a *instar*, devia ser na origem um substantivo com a significação de *contrapeso*, *equivalente*. Assim *instar muri* vinha a ser etimologicamente “o equivalente de um muro”.

Ergo e *fini* são arcaicos. O primeiro interpreta-se literalmente como **e rogo* (a partir da direção de). É, pois, na origem um substantivo que recebe um complemento restritivo. *Fini* (ou *fine*) é o abl. do substantivo *finis*.

Tenus é o acus. sing. de um neutro que significava *extensão*. O uso do gen. com esta palavra limita-se aos poetas.

4) *Genitivo de posição* — Designamos o gen. do nome próprio aposto a um nome comum “gen. de posição”. Este gen. não é propriamente clássico. Encontra-se em alguns poetas e prosadores menos rigorosos e pertence à língua vulgar.

Geralmente se considera como gen. explicativo, que Riemann define “destiné à marquer en quoi consiste l’objet designé par le premier”. A aplicação de semelhante conceito a um nome próprio não parece muito clara. Cremo-lo uma extensão vulgar do gen. de posse, o qual em nomes próprios de templos, portos, etc., designava na origem um “possuidor” vg. em “templum Iovis”, “aedes Dianae” etc.

EXEMPLOS: “delubrum Feroniai” (Warmington, pg. 196), “an vero ignoratis portum Caietae... esse direptum?” (Cic. *Pro Leg. Man.* XII, 33), “ad portum Trogiliorum” (T. Liv. 25, 23). Este último exemplo mostra claro a idéia de posse que o gen. enuncia, pois o A. emprega não o nome da cidade, mas dos habitantes.

Que em expressões dêste cunho com o tempo se perdesse a consciência de um possessivo, estendendo-se o seu emprêgo a outros nomes próprios nos quais não existia qualquer idéia de posse, parece-nos muito natural. Hofmann nota, também, que originalmente se tratava aqui de um gen. possessivo, mas da divindade tutelar. Tal explicação tem cabimento com nomes de santuários dedicados a divindades, mas não quando se trata de nomes de cidades, pois estes não eram geralmente os mesmos nomes que os dos *numes* protetores.

Em latim o gen. se encontra com os nomes comuns *urbs*, *mons*, *flumen*, *promunturium* e mais alguns. Assim “urbem Patavi” (Verg. *En.* I, 247), “in oppido Tarentei” (em uma lei antiga, Warm., pg. 440). Verdadeira aposição temos também em nomes comuns como *nomen*, *cognomen*, *vox*, vg. “audaciae potius nomen habeat” (Cic. *De Off.* I, 19).

NOTA — Vestígios da mesma construção existem em várias línguas irmãs do latim, vg. lit. “Ragaines miestas” (a cidade de Regnit), eslavo lit. “vode Save” (do rio Sau). (1) Freqüentes são os exemplos gregos, vg. *εἶδον Ἰλίου πόλιν* (Esquil. *Agam.* 1286).

5) *Genitivo explicativo* — Não é fácil distingui-lo do anterior e muitos autores os reúnem sob o mesmo título. Se os separamos é porque prendemos o apositivo mais diretamente ao de posse. Aceitando a definição de Riemann, entendemos por gen. explicativo “aquele que explica em que consiste a idéia expressa pelo substantivo regente”, em expressões como “alimenta carnis”, “virtus continentiae”. Exemplos “flumina iam lactis, iam flumina nectaris ibant” (Ovid. *Met.* I, 111), “cum... rivi sanguinis fluerent” (*Comment. Pet.* III, 10 em Cic. *Correspond.* V. I, 84).

Quanto à origem, também este genitivo deve prender-se ao gen. de pertença, ou talvez ao de gênero.

6) *Genitivo de matéria* — É de algumas línguas da família. Delbrück cita um exemplo certo do avéstico. É regular no lit,

(1) Os dois exemplos são de Delbrück.

onde temos (aukso žedas” (anel de ouro). Alguns vestígios tem o germ., enquanto no eslavo é êle mais freqüente. Sôbre o sanscr. nota Whitney (*Gramm.* pg. 99) que êle é muito raro. O grego usa-o regularmente, v.g. *πλήμναι δ'ἀργύρου εἶσι* (*Iliada*, V, 726). Esta extensão pressupõe que o gen. de matéria já pertencia ao período da unidade I. E.

Existe êle em latim? Afirmam-no Delbrück (*Grundriss*, III, pg. 340) e Stolz-Schmalz (pg. 388), mas os exemplos por êles aduzidos não são convincentes. O primeiro cita a frase de Cícero: “saepe lapidum, sanguinis nonnunquam, terrae interdum, quondam etiam lactis imber defluxit”. Trata-se antes do gen. explicativo: “chuva que consistia em pedras”. Em Stolz-Schmalz mencionam-se *virga lauri, rutae folia, visci globus*. Nos dois primeiros exemplos há antes um gen. de pertença e no terceiro um de espécie.

O que não se encontra são exemplos decisivos em que o gen. exprime a matéria de que é feito o objeto. Assim não se diz “anulus auri”, mas sim “anulus ex auro” ou “anulus aureus”. Na falta de semelhantes exemplos preferimos incluir o de Delbrück e outros do mesmo tipo no gen. explicativo, do qual de fato se aproxima o gen. de matéria pela significação.

Se o gen. de matéria pertence à língua original, como parece, podemos explicá-lo perfeitamente como mais uma aplicação do abl. primitivo, de onde nasceu o gen. do mesmo modo como o latim criou um complemento de matéria com o abl. regido de *ex*.

7) *Genitivo de qualidade* — Wackernagel (*op. cit.*) considera, segundo vimos, o gen. de qualidade função própria do elemento *-i* dos nomes temáticos, alegando: a) antes de Cícero o gen. de qualidade se limita ao singular, o que não se verifica com o abl. correspondente (*op. cit.* pg. 135); b) no singular há ainda uma limitação na língua arcaica: êle é muito mais comum na segunda declinação do que nas outras. Às vezes coordena-se um gen. da segunda a um abl. de outra decl.: “sit... cibique minimi maximaque industria” (Pl. *Vidul.* 42); c) O gen. de qualidade não tem correspondente exato em outras línguas I. E., a não ser quando indica valor ou medida (*op. cit.*, pg. 135). O mesmo autor sugere que seu uso se desenvolveu para compensar a falta dos compostos possessivos (pg. 136).

São dignos de nota os fatos por êle apontados, mas não bastarão provavelmente para se concluir pela ausência de um gen. de qualidade no I. E. Embora pouco disseminado, êle existe. Del-

brück o documenta em vários grupos. Claros são sobretudo os exemplos do balto-eslavo, vg. “žmogus linksmos širdies, drūto kuno, aukštos giminės, mažo stomens” (homem de coração jovial, corpo robusto, alto nascimento e pequena estatura). O mesmo se diga do eslavo litúrgico. No sanscr. não se encontra (Whitney), mas no grego, ainda que raro, há exemplos, especialmente com τροπον. É comum e regular nesta lingua o gen. de medida e valor com um numeral, vg. «ὠκτὸ σταδίων τεῖχος»; «ἦν ἑτῶν ὡς τριάκοντα» (Xen. *Anab.* II, 6, 20).

Tudo isto nos leva à suposição de que o gen. de qualidade tem raízes no I. E., mesmo fora dos nomes temáticos. Seu emprêgo não seria muito comum, mas servia para expressão de medida, quando acompanhado de um numeral e mesmo de outras qualidades. Também aqui o mais provável é que o grande desenvolvimento dado pelo latim a este gen. se deva à convergência de elementos morfológicos diferentes, mas que podiam exprimir a mesma relação.

Que um gen., cuja origem está em um abl. original, possa perfeitamente assumir o valor de complemento, se vê pelo alemão, onde a preposição *von* serve para o mesmo fim, vg. “ein Mädchen *von* zwölf Jahren”, apesar de ser na origem um abl.

EXEMPLOS — temos em: “nam in hominum aetate multa eveniunt huius modi” (Pl. *Amphitr.* 938), “mortuos pluris pretist quam ego sum” (id. *Bacchid* 630 e 631), “Lysander Lacedaemonius, vir summae virtutis” (Cic. *De Sen.* XVII, 59).

Conquanto exista também um abl. de qualidade, o gen. é obrigatório quando se exprime *medida, valor, idade* com numerais e indefinidos, vg. “classem quingentarum navium comparavit” (C. Nep. *Milt.*, 4), “Bis trium ulnarum toga” (Hor. *Epod.* 4, 8). Neste caso o plural é comum desde os mais antigos textos, assim: “Suavis homo, facundus... verbum paucum” (Enio, *Rec.* 159).

Sobre o emprêgo deste gen. note-se: a) O gen. de qualidade é formado regularmente de um substantivo modificado por um adjetivo: “vir magna sapientiae”. Muito raro se acha o substantivo só: “homo iustus et morum”, mas não na lingua clássica (Stolz-Schmalz, pg. 399). Observa-se aí que o gen. de qualidade sem adjetivo ainda não se encontra no lat. arcaico. Parece-nos, porém, que em formas como: “mortalem... madidum, nihili, incontinentem” (Pl., *Asin.* 858 e 859), “armigero *nili* atque improbo” (id. *Casina*, 257) temos verdadeiros exemplos dele.

b) O gen. de qualidade em geral não se liga diretamente a um nome próprio ou a outro substantivo determinado, mas sim por meio de um apóstro, como se pode ver no terceiro exemplo acima.

c) Este gen. também se pode ligar ao sujeito pelo verbo *sum*. Assim “*tantae molis erat Romanam condere gentem*” (Verg. *En. I, 33*), “*summi ut sint laboris efficiunt*” (Ces. *De B. Gal. IV, 2*).

Nota final sobre o gen. restritivo. Não é raro em latim que se acumulem dois genitivos como complementos do mesmo nome, vg. “*eorum dierum consuetudine itineris nostri exercitus perspecta*” (Ces. *De B. Gal. II, 17*), “*quorum inter Gallos virtutis opinio est singularis*” (*De B. Gal. II, 24*), “*exhaurietur ex urbe tuorum comitum magna et perniciosa sentina rei publicae*” (Cic. *1.ª Cat. V, 12*), “*L. Sullae et C. Caesaris pecuniarum translatio... non debet liberalis videri*” (Cic. *De Off. I, 14*).

Tal construção, que repugna à nossa sintaxe, já em latim se evita substituindo um dos genitivos por outra expressão equivalente. Exemplos disto podemos encontrar e bem numerosos em Cícero, vg. “*scribis de Caesaris summo in nos amore*” (*Cartas, Q. Fr. III, 1*), “*faciles aditus ad eum privatorum*” (*De Leg. Man. XIV, 41*).

HELENISMOS NA SINTAXE DO GENITIVO

(NOTA SUPLEMENTAR)

Queremos encerrar o nosso estudo, expondo sucintamente o que pensamos sôbre tão debatido problema.

Em quase todos os pontos em que a sintaxe de um autor latino, desviando-se das normas comuns da língua, se aproxima do grego, surgem duas correntes diversas para explicá-los. Diante da mesma construção anômala, uns vêem imitação da sintaxe grega, outros procuram descobrir dentro do latim analogias que justifiquem o novo emprêgo. Tal se verifica com o acus. de relação, com o gen. de exclamação, com o dat. dos verbos que significam *combater* e com grande número de outras construções.

Entendemos que a melhor solução de todos êstes problemas está em admitir a cooperação dos dois fatores. Que o latim literário criasse uma sintaxe inteiramente nova, contrariando o gênio da língua, só para imitar modelos gregos, nada tem de provável. Assim a regência nominal ou verbal se mantém dentro de certos limites, de acôrdo com as tradições da língua latina, ainda nos autores mais ousados. Por outra parte, quando um escritor revive, e sobretudo, quando estende a novas aplicações um uso arcaico, êle o faz quase sempre porque tem diante de si o exemplo da sintaxe grega.

Duas razões existem para assim julgarmos:

1) A extensão maior do emprêgo do caso gen. se verifica na época clássica não só em autores de tendências francamente arcaizantes (vg. Salústio), mas também em outros que, como Horácio, tinham bebido largamente em fontes helênicas. Ora, a tendência do latim era para restringir cada vez mais o uso do gen.

adverbal e de certo modo até do adnominal (lembrar que na língua vulgar acabou por ser eliminado pelo abl. regido de *de*) Regências arcaicas como a de *egeo* com o gen., o uso do gen. de relação com *rerum*, podem explicar-se, considerando-as simples imitações de autores antigos, mas o grande número de extensões analógicas, e isto de acôrdo com a sintaxe grega, constitui prova de que os escritores não podiam escapar à influência poderosa exercida pela língua que constituía a grande fonte cultural do mundo romano.

2) Outra razão importante para se admitir a influência helênica é que os dois casos mais enriquecidos em suas funções, quer nos poetas, quer em certos prosadores que usam de uma sintaxe mais livre, são o *genitivo* e o *dativo*, isto é, justamente os dois casos vivazes na língua grega, enquanto o locativo, que também existe em latim, e ainda com certa vitalidade na época arcaica, em nada se enriqueceu na linguagem dos poetas e prosadores post-clássicos. Estes, se o usaram, mantiveram-se dentro do uso tradicional, quando não o limitaram, naturalmente porque neste caso não havia modelo grego para inspirá-los, pois que lá não existia o locativo.

O mesmo se pode observar a respeito do abl, que era, para assim dizermos, o caso mais vigoroso e florescente da língua latina. Apesar disto, os poetas e prosadores a que nos referimos, não introduzem inovações abundantes no seu emprêgo como o fazem com os dois casos acima mencionados. A razão é clara: o grego não possuía abl. e, pois, não sugeria nenhuma construção nova no seu uso.

Concluimos que as inovações sintáticas do gen. se fazem, tanto por imitação de velhas formas latinas, como por influência do grego, a segunda língua-mãe de todo romano culto.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO (Fl.) — *Grammatica Franceza*, 3.^a ed., Rio de Janeiro, 1926.
- BRUGMANN (K) — *Kurze Vergleichende Grammatik der Indogermanischen Sprachen*, Berlin und Leipzig, 1922.
- BRUGMANN (K) e DELBRÜCK (B.) — *Grundriss der Vergleichenden Grammatik der Indogermanischen Sprachen*, Strassburg, v. I, 2.^a ed. 1897; vv. II a V, 1.^a ed., 1889 a 1900.
- BUCK (C. D.) — *Comparative Grammar of Greek and Latin*, Chicago, 1937.
- BUCK (C. D.) — *A Grammar of Oscan and Umbrian*, Ginn and Company, 1923.
- CONWAY (R. S.), WHATMOUGH (J.) e JOHNSON (S. E.) — *The Praeitalic Dialects of Italy*, 3 volumes, Cambridge (U. S. A.), 1933.
- COUTO DE MAGALHÃES — *Curso de Lingua Tupi, O Selvagem*, 3.^a ed., São Paulo, 1935.
- DELAPORTE (L.) — *Eléments de la grammaire hittite*, Paris, 1929.
- DOTTIN (G.) — *La langue gauloise*, Paris, 1920.
- ERNOUT (A.) — *Morphologie historique du latin*, Paris, 1935.
- ERNOUT (A.) — *Recueil de textes latins archaïques*, Paris, 1916 (Citamo-lo no texto com abreviatura: Rec.).
- ERNOUT (A.) e MEILLET (A.) — *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, Paris, 1932.
- FUCHS (P.) — *Russische Konversations-Grammatik*, Heidelberg, 1922.
- GOODWIN (W. W.) — *A Greek Grammar*, Boston, 1902.
- GRAY (L. H.) — *Foundations of Language*, New York, 1939.
- HEYSE (J. CH. A.) — *Deutsche Grammatik*, 26.^a ed., revista por Lyon (O.), Hannover und Leipzig, 1900.

- HROZNY (Fr.) — *Code hittite* (1re. Partie — Transcription, traduction Française), Paris, 1922.
- JURET (A. C.) — *Système de la syntaxe latine*, Paris, 1926.
- KIECKERS (E.) — *Historische Griechische Grammatik*, 4 volumes, Sammlung Göschen, 1926.
- LANMAN (CH. R.) — *A Sanskrit Reader*, Cambridge (U. S. A.), 1934.
- LEWIS (H.) e PEDERSEN (H.) — *A Concise Comparative Celtic Grammar*, Göttingen, 1937.
- LINDSAY (W. M.) — *A Short Historical Latin Grammar*, 2.^o ed., Oxford, 1937.
- MEILLET (A.) — *Esquisse d'une histoire de la langue latine*, Paris, 1933, 3.^o ed..
- MEILLET (A.) — *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes*, 7.^o ed., Paris, 1934.
- MEILLET (A.) e VENDRYES (J.) — *Traité de grammaire comparée des langues classiques*, Paris, 1924.
- MONRO (D. B.) — *A Grammar of the Homeric Dialect*, Oxford, 1891.
- NAZARI (O.) — *I Dialetti Italici*, Milão, 1900.
- NIEDERMANN (M.) — *Précis de phonétique historique du latin*, Paris, 1931.
- PEDERSEN (H.) — *La cinquième déclinaison latine*, Copenhague, 1926.
- PERRY (E. D.) — *A Sanskrit Primer*, 4.^o ed., New York, 1936.
- PISANI (V.) — *Introduzione alla Linguistica Indoeuropea*, Roma, 1939.
- PLATTS (J. T.) e RANKING (G. S. A.) — *A Grammar of the Persian Language*, Oxford, 1911.
- RIEMANN (O.) — *Études sur la langue et la grammaire de Tite-Live*, Paris, 1885.
- RIEMANN (O.) — *Syntaxe latine*, 7.^o ed., revista por Ernout, Paris, 1935.
- SCHWYZER (E.) — *Griechische Grammatik*, 1.^o parte, 1934; 2.^o parte, 1939, München.
- SEIDEL (A.) — *Grammatik der Litauischen Sprache*, Wien und Leipzig, (sem data).
- STOLZ-SCHMALZ — *Lateinische Grammatik*, 5.^o ed., revista por Leumann e Hofmann, München, 1928 (Atribuímos a Leumann e Hofmann as opiniões enunciadas nesta obra).

- STURTEVANT (E. H.) — *A Comparative Grammar of the Hittite Language*, Philadelphia, 1933.
- THUMB (A.) — *Handbuch der Neugriechischen Volkssprache*, Strassburg, 1910.
- VENDRYES (J.) — *Le langage*, Paris, 1921.
- WACKERNAGEL (J.) — *Genetiv und Adjektiv*, em *Mélanges de linguistique offerts à M. Ferdinand de Saussure*, Paris, 1908.
- WARMINGTON (E. H.) — *Archaic Inscriptions* — é o volume 4.º de sua edição "Remains of Old Latin" da *The Loeb Classical Library*.
- WHITNEY (W. D.) — *Sanskrit Grammar*, 2.ª ed., Cambridge, (U. S. A.), 1931.
- WRIGHT (J.) — *Grammar of The Gothic Language*, Oxford, 1937. É gramática acompanhada de grande número de textos).

ABREVIATURAS

Damos apenas as que possam apresentar alguma dúvida.

al.	alemão
at.	ático
celt.	céltico
çl.	çloka
conf. e cf.	conferir
cons.	consoante
dor.	dórico
eslavo lit.	eslavo litúrgico
ex.	exemplo
gaul.	gaulês
gen.-dat.	genitivo e dativo
gen.-loc.	genitivo e locativo
gr.	grego
hit.	hitita
I. E. (indo-europeu), i.e.	(isto é)
irl.	irlandês
jon.-át.	jônico-ático
lit.	lituânio
Liv. Andr.	Lívio Andrónico
n.	neutro
osc.	osco
Pl. (Plauto) e pl.	(plural)
Sal.	Salústio
Ter.	Terêncio
umb.	úmbrio
v.	verso

C O R R E Ç Õ E S:

Pag.:	Linha:	Onde está:	Leia-se:
13	39(n.3)	leloik ^w a	*leloik ^w a
14	15	outras	outra
17	1	A	Ā
20	1	E	Ē
22	8	vluci	vlūci
28	7	*wlki	*wlkī
"	8	vrkī	vṛkī
"	"	*wlklós	*wlklōs
"	13	rksī	ṛkṣī
29	2	fem.	—
"	3	tes-am	teṣ-ām
30	22	em lugar	em lugar de
32	25	slovesu	slovesū
33	32	A	Ā
"	"	E	Ē
40	4	tesām	teṣām
"	18	estas	estes
52	8	reweiced	received
53	13	le	leḥ
55	5	rājnah	rājnaḥ
"	"	pratigrnāti	pratigrṇāti
"	13	ḡnoti	ḡṇoti
"	17	ḡnu	ḡṇu
"	33	Naisadho	Nāisadho
"	"	vrtáh	vṛtāḥ
57	22	marottamá	marōttamāḥ
"	26	maraçārdūah	marāçārdūlaḥ
59	8	Pāncalo	Pāncalo
63	25	ksayati	kṣayati
67	18	ḡnoti	ḡṇoti
71	36	visasrpuh	viśasṛpuḥ
72	13	grhe	grhe
75	12	duona	duona
79	18 e s	Freunden	Freunde
82	nota 1	pags. 44 e 45	pag. 50

Além dessas correções:

- 1) à pag. 73, linha 34. intercale-se, no espaço vazio, a expressão: τικάν τοῦ φανάτου.
- 2) Nas palavras sânscritas terminadas em h leia-se essa letra com um ponto subscrito (h).
- 3) Outros lapsos menores serão facilmente notados.

